21º Curso Anual do NPC

VITÔ VIVE!

18 a 22 de Novembro de 2015

Rio de Janeiro

Núcleo Piratininga de Comunicação

18 NOVEMBRO QUARTA

→ 16h

Abertura 21º CURSO ANUAL DO NPC

→ Das 16h30 às 18h30

50 anos depois: ecos da ditadura nas ruas, nas escolas, no país

- Milton Pinheiro (UNEB)
- Cecília Coimbra (Tortura Nunca Mais)
- Sebastião Neto (IIEP)

→ Das 19h às 21h

Roda Viva sobre política e economia no mundo hoje

- Ricardo Antunes (UNICAMP)
- *Luiz Pinguelli Rosa (COPPE/UFRJ)
- Eloá dos Santos Cruz (RJ)

19 NOVEMBRO QUINTA

→ Das 9h30 às 12h

JE SUIS... coxinha! A mídia e o fortalecimento do conservadorismo

- Francisco Fonseca (EAESP/FGV)
- José Arbex (PUC/SP)
- Márcia Tiburi (Mackenzie)

→ Das 12h30 às 14h30

YO SOY... periodista! A mídia alternativa na luta dos trabalhadores

- Beto Almeida (Telesur)
- Claudia Costa (Conlutas)
- Breno Altman (Opera Mundi)

→ Das 15h30 às 17:30h

Arte e cultura na periferia

- Tiaraju Pablo (SP)
- Rafael Calazans (RJ)
- Luiz Antônio Simas (RJ)

→ Das 18h às 21h

HOMENAGEM AO VITO GIANNOTTI
Comunicação Sindical: falar para milhões

- Claudia Santiago Giannotti (NPC)
- Carlos Campos (STIU)
- Clóvis Nascimento (Fisenge/RJ)
- Amigos de todo o Brasil
- Herbert Claros (Metalúrgicos São José)

20 NOVEMBRO SEXTA

→ Das 9h às 11h30

Televisão no Brasil hoje

- André Gavazza (RJ)
- Natana Magalhães (RJ)
- Paulo Victor (Intervozes)
- Laurindo Lalo Leal (TV Brasil)

→ Das 11h30 às 14h

Programas policiais e cobertura de crimes no rádio, na TV e nos jornais

- Danillo Duarte (UFBA)
- Kleber Mendonça (UFF)
- Cecília Oliveira (LEAP)

→ Das 15 às 17h30

Democratização da Comunicação

- Renata Mieli (Barão de Itararé)
- Alessandro Molon (Deputado Federal RJ)
- Rodrigo Murtinho (Fiocruz)
- Gustavo Gindre (Intervozez)

→ Das 17h30h às 19h

Por que não é noticiado a Guerra do Contestado

- Eloi Giovane Muchalovski (SESI/SC)
- Alexandre Assis Tomporoski (UnC)

21 NOVEMBRO SÁBADO

→ Das 9h às 12h

A mídia, a gentrificação e os trabalhadores

- Sabrina Duran (Repórter Brasil)
- Guilherme Boulos (MTST)
- Marcelo Freixo (Deputado Estadual RJ)

→ Das 12 às 14h

Jornalista de esquerda como intelectual orgânico dos trabalhadores

- Rita Casara (Senge-SP)
- Ednubia Ghisi (CEFÚRIA)
- Rogério Almeida (NAEA/UFPA)
- Cristian Góes (SE)

Oficinas

→ Das 15h às 16h30

Oficina 1
Streaming (transmissão ao vivo pela internet)

- Arthur William

→ Das 16h30 às 18h

Oficina 2
Desenvolvimento de aplicativos para smartphone

- Arthur William

→ Das 15h às 16h30

Oficina 3
Aplicação das mídias digitais na comunicação sindical

- Gustavo Barreto

→ Das 15h às 16h30

Oficina 4
Como escrever para trabalhadores

- Sheila Jacob

→ Das 15h às 16h30

Oficina 5
As Muralhas da Linguagem

- Claudia Santiago Giannotti

→ Das 16h30 às 18h

Oficina 6
Programação visual

- Claudia Santiago Giannotti

22 NOVEMBRO DOMINGO

→ Das 11h30 às 14h

O que aconteceu em junho de 2013 no Brasil?

- Flavia Braga Vieira (UFRRJ)
- Breno Bringel (IESP)
- Josué Medeiros (NPC/IESP)

Vito Giannotti: Companheiro e Amante

- Por Claudia Santiago Giannotti

Vito Giannotti: Companheiro e Amante

• **Claudia Santiago Giannotti** – Jornalista, professora de História e coordenadora do Núcleo Piratininga de Comunicação

Neste momento estou em um avião voltando para o Rio de Janeiro após um dia de trabalho em Goiânia juntamente com meu colega Arthur William. Não era para ser assim.

Eu devia estar em casa muito brava com Vito por ter passado mais um fim de semana sozinha enquanto ele cruzava os céus do Brasil dizendo para os trabalhadores que um partido sem jornal era como um exército sem armas.

Era sempre assim. A cada viagem a cena se repetia. Primeiro eu caía no choro e depois rapidamente ficava feliz por saber como era importante o trabalho dele.

Ele me telefonava o tempo todo. Às vezes eu era boazinha, compartilhava da felicidade dele de estar junto com os companheiros, ajudando a luta da classe. Ele nunca se cansava. Nunca dizia não. Passava horas em escalas nos aeroportos. Mas vibrava com o pessoal do Maranhão, do Rio Grande do Norte, do Sergipe, do Piauí, de Pernambuco, do Ceará. Com as gentes das cinco regiões brasileiras.

Outras vezes, quando ele ligava eu estava chateada. Mal respondia. Mas quando ele chegava em casa, toda bronca se dissipava e eu contava nos dedos os dias que o teria no Rio de Janeiro. Eram os dias mais felizes da minha vida. Dormir e acordar ao lado dele. Sempre conversando. Eu dizia: – Quando a gente ficar velhinho, pode ser que não façamos mais sexo, mas teremos sempre assunto para conversar.

Nem sempre concordávamos politicamente. Às vezes eu era mais radical; às vezes era ele. Dizia sempre que eu tinha cabeça de PCB. Não era só de PCB. Os 20 anos que passei na CUT me ensinaram a viver harmonicamente com todas as forças políticas do campo da esquerda. Eu não sei viver de forma belicosa dentro da esquerda. Na função de assessora, tinha por todas as forças políticas o mesmo respeito e dedicação.

Trouxe essa marca para o Núcleo Piratininga de Comunicação, que juntos criamos em 1994, portanto logo depois de nos conhecermos. E o Vito gostava muito dessa característica plural.

Homem de visão ampla, arejada, leitor de Marx, Lenin, Trotsky, Rosa, Alexandra Kollontai, Gramsci, Wilhelm Reich, Bordiga, Heleieth Saffioti, Étienne de La Boétie, Ângelo Gaiarça, Heloneida Studart. Autor de mais de 30 livros sobre sindicatos, história dos trabalhadores e comunicação.
Era um feminista que reafirmava sempre que a opressão do homem pelo homem começava com a opressão da mulher pelo homem.

Crítico do modelo capitalista de família, mas extremamente ligado aos filhos André, Taiguara e Luisa. Defensor e praticante da revolução sexual. Ser amante dele, como eu fui, durante 23 anos era o melhor dos mundos. Era o homem generoso, preocupado com o prazer da companheira.

E assim ele viveu a segunda metade

dos seus 50 anos no Brasil. Como um tarado pela comunicação dos trabalhadores. Ensinou a falar, a escrever, a diagramar, a usar as fotos e as ilustrações. Caminhou entre todas as forças políticas da esquerda no Brasil com muita generosidade. Como ele mesmo dizia: "do rosinha ao quase roxo são meus amigos". Os patrões são o nosso inimigo, assim como os Estados Unidos e a Rede Globo. E contra essa trinca ele se bateu politicamente.

Em respeito a mim, buscou considerar o PCB e entender o apoio do partido a Joaquinzão contra a Oposição Metalúrgica. Mas nunca engoliu a relação com Luís Antônio Medeiros.

Com o PCdoB ele nunca teve problema. Relevava tudo daqueles que tinham feito a Guerrilha do Araguaia, embora nunca tivesse sido adepto da política do foquismo.

Vito acreditava no convencimento dos trabalhadores. "Quer fazer a revolução?", ele perguntava para logo responder: "eu também quero, mas antes precisamos convencer muita gente disso". Por isso criou, junto comigo, o Núcleo Piratininga de Comunicação e depois a livraria Antonio Gramsci. Por isso difundiu no Brasil inteiro a ideia da comunicação sindical como disputa de hegemonia. Como o MST era o seu partido, toda semana distribuía o jornal Brasil de Fato na praça Saens Peña, na Tijuca, coerentemente com o que pregava. Fez isso até o dia 23 de julho. Ele morreu no dia 24.

Vito sempre foi um dirigente. Daquele tipo que era o primeiro a chegar e liderar a tropa. Um dirigente além de respeitado, amado. Solidário, respeitoso, corajoso, lutava com amor e alegria. Por ele, companheiros como Paulo Cézar ou Cícero de Crato, e tantos outros, eram capazes de tudo. Usaram seus corpos como escudo contra os porretes dos pelegos que tinham Vito Giannotti na mira. Hoje, choram como órfãos do irmão mais velho.

Quando trabalhava em fábricas em São Paulo, Vito foi intensamente perseguido pelos patrões. Era a ditadura. E, como coordenador da Oposição Metalúrgica, foi preso no DOPs. Por isso tudo, em 2011 Vito foi anistiado político. Imediatamente abriu mão de sua remuneração no Núcleo Piratininga de Comunicação. O dinheiro daquela anistia permitiu a ele um tratamento de saúde digno no último ano de sua vida.

As favelas cariocas

Depois de 10 anos no Rio, lutando, escrevendo, dando aula, fazendo palestra, participando de todas as manifestações que coincidiam com seus dias sem viajar, descobriu as favelas cariocas. Foi logo depois da Chacina do Borel. Juntos, criamos o Curso de Comunicação Popular do NPC e a nossa vida mudou. Nossos amigos não eram mais apenas os sindicalistas e os intelectuais. Passamos a dividir a vida com jovens da Maré, Santa Marta, Cidade de Deus, Jardim América, Manguinhos, Jacaré, Campo Grande, Alemão, enfim, da cidade toda.

Uma lufada de ar fresco nos jogou no dia a dia da favela carioca. Com sua comida, sua música, sua alegria e suas dores inomináveis, frutos de tamanha violência contra a população.

E daí ele se apaixonou pelo funk de MC Leonardo e Mano Teko, pelo hip-hop de Rapper Fiell e do Bonde da Cultura. E também pelo samba da Marina Iris, Tomaz Miranda, Manu da Cuíca e pelo violão de 7 cordas do Maurício Massunaga, "o japonês", como ele chamava.

Leu o livro do Cid Benjamin "Gracias a la vida" e quis conhecer o Barbas, no carnaval de 2014; o Bip Bip do Alfredinho. Já tinha pouco tempo de vida quando entendeu a esquerda carioca. O carnaval ele entendeu logo. Brincava todos os anos. Seu penúltimo baile foi na Praça XV, em 2015, no Cordão do Boitatá. O último foi no bloco do PCB, o Comuna que Pariu, na Cinelândia, com um inesquecível samba, feminista como ele foi a vida inteira.

Vito era um jovem, brincalhão, apaixonado, vibrante, que só tinha uma tristeza: os rumos da política no Brasil e no mundo. O triunfo da direita o machucava. Muito. Por isso ele vibrou com Lula, Correa, Evo, Cristina, Chavez, Dilma e Mujica. Principalmente de Chavez ele gostava muito. Uma surpresa: ele admirava profundamente a presidenta Dilma Roussef. Discordava da política, mas a admi-

rava como mulher. Ele gostava do seu jeito forte, pisando e falando firme.

De repente tudo mudou. Depois de sentir tonteira algumas vezes, seu cardiologista pediu um exame na cabeça. Não deu outra: aneurisma cerebral. E, em maio de 2014, nosso mundo desabou. Depois da operação bem sucedida, teve dois AVCs e se recuperou. De repente, uma hérnia, que aguardava a sua vez de ser operada, enclausurou. Operou a hérnia. A operação foi um sucesso para um paciente que tomava remédios para afinar o sangue, arritmia cardíaca e fibrilação.

2015 chegou e nós comemoramos. Estávamos vivos, felizes, nos amando mais do que nunca. Festeiros como éramos, em julho de 2015 já preparávamos uma festa para agradecer a todos os que ficaram ao nosso lado no difícil ano de 2014.

Não tínhamos dúvidas de que havíamos vencido.

Até que, no dia 23 de julho, ele me levou ao aeroporto, me pagou um café e desejou bom trabalho. Raramente eu dava cursos sem o Vito. Mesmo que estivéssemos um em cada sala de aula, estávamos no mesmo espaço. Daquela vez eu iria sozinha. E fui.

Minhas últimas palavras para ele foram: "Como vou viver sem você quatro dias?"
Eu não vou viver nenhum dia sem você, meu amor. Acompanhada por nossos filhos Luisa, Sheila, Marina, Gustavo, Eric, Tatiana, Gizele, Raquel, Alan, Renata, Augusto, Arthur, Lidiane, Fiell, Julião, Rita, Pablo, Camila, Katarine, Matheus, Kátia, Mário, Well e tantos outros e outras que é melhor parar por aqui, eu não viverei nenhum dia sem você.

E você não vai morrer nunca! Vou tratar de falar de você para muita gente, para que a tua história se espalhe pelo mundo, como a história do revolucionário da solidariedade e da alegria. A história do homem que virou semente.

50 anos depois: ecos da ditadura nas ruas, nas escolas, no pais

- **Milton Pinheiro (UNEB)**
- Cecília Coimbra (Tortura Numca Mais)
- Sebastião Neto (IIEP)

Crise, democracia formal e lutas populares: pistas da teoria social marxista*

• **Milton Pinheiro** – Professor do Programa de Pós-Graduação em História, Cultura e Práticas Sociais da Universidade do Estado da Bahia (UNEB), editor da revista Novos Temas e autor/organizador, entre outros, do livro Ditadura: o que resta da transição (São Paulo, Boitempo, 2014).

INTRODUÇÃO

A crise do capital tem estimulado um conjunto de medidas que são usadas pela burguesia com a perspectiva de encontrar meios, formas e caminhos, mais rápidos, para praticar expropriações com o intento de resolver os problemas de revalorização do capital com a conseguinte extração de mais-valia. Trata-se, para os capitalistas, da única forma de resolver a crise de caráter sistêmico em que o capitalismo se encontra engolfado.

Ao lado desse processo que tem tido profunda repercussão sobre a sociabilidade dos trabalhadores, a juventude tem se confrontado, também, com a ausência de emprego e outras particularidades expressas em denotam péssimas condições para o deslocamento urbano, falta de equipamentos públicos para lazer e a constante violência do Estado da democracia formal. O cenário hodierno da mais completa falta de perspectiva para a juventude e o proletariado, em particular a juventude e os trabalhadores precarizados, tem sido um dos fatores que contribuem para as mobilizações populares.

Este artigo tem por objetivo analisar questões que se apresentam com regularidade na atual conjuntura política, particularmente a partir da longa crise do capital, das lutas proletárias e populares que convulsionaram o Brasil durante o mês de junho de 2013, e que se mostram ainda com fôlego para questionar as contradições que são perenes na sociedade contemporânea, dentro da democracia formal.

Um ponto de inflexão que se apresentou como novidade nessa conjuntura veloz foi a movimentação dos segmentos proletários, impactados pela crise do capital, sem a presença dirigente das clássicas formas de vanguarda política, organizando-se pelo papel assoberbado das *Redes de Contágio*[1] como forma difusa e líquida de organização coletiva. Essas redes (contágio) de mobilização agem pela sobrevida de setores reacionários e por medidas do Estado da democracia formal. Exercitam e cumprem funções perigosas e, por vezes desviantes, que tornam imprevisíveis as movimentações sociais que são ofuscadas pela cena política dentro do processo complexo em curso.

Ao lado deste amplo panorama, que pode se tornar um importante programa de pesquisa - que ainda precisa de respostas concretas – apresentam-se ações que são

* Este artigo se apropriou de pontos gerais que levantei em outros textos desenvolvidos durante o ano de 2013 sobre a crise do capital, a convulsão social, o espaço da democracia formal, a questão das lutas populares, os aspectos velozes da conjuntura política, o papel da vanguarda e alguns aspectos de práticas neofascistas.

1 Facebook, twiter, Instagran, internet e outras formas líquidas de comunicação/convencimento ideológico. Todavia, não estamos entrando no mérito de meios que estão celeremente surgindo em várias partes dos EUA e Europa com essas mesmas finalidades. Trata-se de instrumentos de relações sociais que congregam duas perspectivas: primeiro, criar um mundo virtual de convívio social que, entre outros papéis, possa colapsar a solidão das multidões e segundo, disputar com as tradicionais formas de vanguarda a direção política as convulsões sociais (formas desarticuladas de movimentação sociais), tentando descolar as massas proletárias de qualquer vinculação com o operador político da longa tradição da esquerda (partidos e movimentos).

orientadas por uma cultura reacionária e que operam na sociedade tardo-capitalista de consumo dirigido, que podem ser qualificas como posturas e comportamentos de uma prática neofascista.

A crise sistêmica desse modelo societal tem movimentado o bloco conservador, nem sempre compacto, numa cruzada pela revalorização do capital, através de expropriações que radicalizaram o processo social por meio da retirada de direitos sociais e se consolidaram nas medidas e práticas das condutas autoritárias, discricionárias e policialescas do aparelho de Estado da burguesia na organização do seu regime político, como sendo o

> conjunto das condições sobre as quais, num tipo particular de Estado e dentro dos limites estabelecidos pela forma de que este se reveste, se desenvolve a ação (partidária, faccional) da classe dominante, com vistas a participar, juntamente com os funcionários estatais, do processo de implementação da política de Estado (SAES, 1987, p. 89).

Todavia, os diversos segmentos, que de forma organizada ou não, integram o bloco contra-hegemônico, têm se movimentado para enfrentar o projeto da contrarrevolução burguesa que se evidencia na lógica da barbárie e que é apontada pela ação do capital. São ainda formas incipientes de enfrentamento que, no entanto, começam a mobilizar contingentes que são cada vez mais expressivos de trabalhadores e juventude por bandeiras da cidadania difusa, mobilizados pela tática da luta direta.

Contudo, uma questão pode desvelar e impactar a conjuntura em curso que é marcada pela velocidade dos dissensos políticos: a imprevisibilidade da direção que pode tomar a cena política, transformando-a em uma disputa em aberto que pode alterar a correção de forças.

Portanto, para tentar entender esse processo histórico-político de crise sistêmica, é necessário se utilizar de algumas categorias explicativas da teoria social marxista para que elas possam iluminar as pistas e desvelar os caminhos.

CARACTERÍSTICAS DA CRISE, DO PODER POLÍTICO E DAS NOVAS LUTAS

As movimentações proletárias e as lutas populares que ocorreram pelas ruas do Brasil no mês de junho de 2013 e que continuam, com menos intensidade, por outros meios, têm movimentado a política brasileira. Essa conjuntura de crise preocupa esse governo apassivador, burgo-petista, e coloca em desconforto os negócios da burguesia interna no que diz respeito, principalmente, aos equipamentos da Copa do Mundo de 2014, Olimpíadas de 2016 e as concessões para explorar os serviços públicos de transportes.

O bloco no poder tem radicalizado seu discurso através dos seus instrumentos midiáticos, com receio de fissuras no Estado capitalista. Afinal,

> o Estado capitalista apresenta igualmente, em virtude da sua estrutura específica, e nas suas relações com as classes e frações dominantes, uma particularidade em relação aos outros tipos de Estado. Trata-se do problema do 'bloco no poder': o conceito de hegemonia poderá ser útil aqui a fim de situar as relações entre Estado e este bloco.
>
> Constata-se, efetivamente, no caso deste tipo de Estado, uma relação específica entre as classes ou frações a cujos interesses políticos este Estado responde. Isto permite precisamente situar as relações entre as formas de Estado desse tipo e a configuração típica que esta relação apresenta entre as classes e frações dominantes num estádio de uma formação capitalista (POULANTZAS, 1971a, p. 60).

Esse conjunto complexo de mobilizações e lutas populares trouxe novas pautas que começam incidir sobre o percurso da luta de classes. A jornada de luta direta da juventude com a presença massiva de amplos setores do proletariado, que se encontram em condições de intensa precarização, registrou uma redescoberta das ruas por estes segmentos que estão sendo profundamente atacados pela crise sis-

têmica. Essa crise caracterizada pela intensa articulação entre fatores infraestruturais da ordem do capital com mudanças profundas na superestrutura jurídico-política, atinge violentamente a sociabilidade da classe trabalhadora e, ao mesmo tempo, executa ações que têm revelado uma determinada perplexidade da esquerda e, até mesmo, modificado o seu papel histórico (PINHEIRO, 2013).

A crescente insatisfação social da população, embora tendo como ponto de convulsão o aumento das tarifas dos transportes públicos, não foi tão somente pelo aumento das tarifas desse serviço. Trata-se da implosão de um ciclo de expropriação social (FONTES, 2010) que tem sido operado até as últimas conseqüências pelo aparato de Estado da burguesia, na tentativa de regular a vida social - invertendo prioridades sociais - através do mercado e da tentativa de remuneração do capital em sua crise sistêmica.

A movimentação da juventude e dos trabalhadores, atacados por esse ciclo, gerou um horizonte de ação que pode contribuir, se politizado e unificado no campo da vanguarda, para movimentar amplos setores do bloco que se contrapõe à ordem capitalista, apesar de seu sistema jurídico organizar-se de forma a que não se perceba o seu caráter de classe.

> O sistema jurídico moderno, distinto da regulamentação feudal fundada nos privilégios, reveste um caráter 'normativo, expresso num conjunto de leis sistematizadas a partir dos princípios de liberdade e igualdade: é o reino da 'lei'. A igualdade e a liberdade dos indivíduos-cidadãos residem na sua relação com as leis abstratas e formais, as quais são tidas como enunciando essa vontade geral no interior de um 'Estado de direito'. O Estado capitalista moderno apresenta-se, assim, como encarnando o interesse geral de toda a sociedade, como substancializando a vontade desse 'corpo político' que seria a 'nação' (POULANTZAS, 1971a, p. 133).

A pauta das lutas em curso colocou na cena política a movimentação da cidadania difusa com razoável força política para enfrentar a imensa retirada dos direitos sociais e contra-atacar a hegemonia burguesa, com propostas que modifiquem o quadro das políticas públicas executadas a partir dos interesses dos governos e da sua relação com o bloco no poder, ou seja, as políticas de saúde, educação, moradia, transportes e segurança pública.

Além das questões imediatas, que dizem respeito às condições de vida dos trabalhadores, estas manifestações demonstram a indignação de amplos setores populares diante dos descalabros com as inversões de prioridades dos governos, que operam neste momento de crise, como aliado clássico das frações de classe dominantes da burguesia no bloco no poder.

Como espaço de disputa política, as ruas foram tomadas nas principais capitais e cidades do país. Uma parte significativa da juventude brasileira estreou na dinâmica do protesto por interesses imediatos, mesmo que ainda pautada pela influência da ideologia burguesa disseminada pela mídia – quando questionou a presença da vanguarda política, ou seja, partidos e movimentos com bandeiras universalizantes. Essa postura política conservadora, dirigida pela estrutura ideológica do Regime político, serviu como instrumento para que os grupos reacionários e neofascistas agissem com violência na tentativa de expulsar do espaço de disputa política as organizações de esquerda, bem como manter velada a cena política.

> Em O Dezoito de Brumário e também no Luta de classes na França, livro que o antecedeu e lhe serviu de base, Marx concebe a cena política nas sociedades capitalistas, que é o espaço de luta entre partidos e organizações políticas, como uma espécie de superestrutura da luta de classes e de frações de classe, que formam aquilo que poderíamos denominar a base socioeconômica da cena política. A cena política é uma realidade superficial, enganosa, que deve ser desmistificada, despida de seus próprios termos, para que se

> tenha acesso à realidade profunda dos seus interesses e dos conflitos de classes (BOITO, 2002, p. 129).

Uma primeira etapa desse processo político-social foi vencida. Novas formas de ação penetraram na superestrutura da luta de classes e modificaram a conjuntura. Foram criadas novas perspectivas de enfrentamentos que avançaram para medidas que ainda estão tentando desorganizar o aparato de Estado da democracia formal (burguesa), aqui entendida pelas pistas da teoria social marxista como,

> forma de Estado em que a classe social exploradora (capitalistas) logra, por predominar invariavelmente no Parlamento, formalmente aberto a todas as classes sociais, repartir com a burocracia de Estado a capacidade de definir e implementar a política de Estado. Também é, correlatamente, o regime político no qual a competição partidária com vistas à conquista do controle do Parlamento existe, mas é dominado invariavelmente pelos partidos políticos objetivamente comprometidos com a conservação do capitalismo (SAES, 1987, p. 87).

Todavia, mesmo com essa caracterização da democracia formal e o entendimento de que ela age para impedir a presença dos trabalhadores na competição política, o proletariado precarizado e a juventude sem perspectiva de futuro apontam para bandeiras políticas que superam a pauta de defensiva da vanguarda e dos movimentos populares.

Torna-se premente compreender que a dinâmica da conjuntura de convulsão social se movimenta para criar uma nova pauta para o operador político. Portanto, para análise desse quadro conjuntural de longa duração é importante recorrer à teoria social marxista, na medida em que seu método responde a análise concreta de situações concretas pela histórica validade demonstrada. Sendo assim, a convulsão social se transformou numa categoria explicativa para se tentar entender os acontecimentos que advém do imprevisível, que surgem de formas abruptas de participação - que nem sempre contam com agentes progressistas no processo de mobilização - e que colocam em disputa as clássicas formas de vanguarda no processo de manifestação do contraditório político como instrumento para fomentar e dirigir as lutas que estão em curso.

FORMAS DE LUTAS QUE TÊM ABALADO A CONJUNTURA

Essa cena política turva e em disputa tem despertado uma questão que merece muita atenção. A crise sistêmica e a complexidade da conjuntura contribuem para afirmar a presença de outros atores que se utilizam de táticas da ação direta, para fortalecer o campo da luta política que em tese teria uma autonomia de ação. Essas táticas de luta começaram a sacralizar, com o apoio da mídia burguesa no primeiro momento, o espontaneismo das massas que foram convocadas para as ruas e protestos pelas *Redes de Contágio*.

As chamadas redes sociais, instrumento lacônico da difusão dos interesses do mercado e de ação do pretérito onguismo dos compartimentos da lógica pós-moderna, não são vanguarda porque, evidentemente, não cumprem papel na modificação da qualidade do processo de transformação social no Brasil. Seu papel, enquanto *Rede de Contágio,* é a difusão de pautas dentro da ordem capitalista para o reequilíbrio da sociedade de mercado, permitindo amplo espaço para os serviços de inteligência do aparato de Estado da burguesia e para que a ação de núcleos reacionários, conservadores e neofascistas possam desenvolver seus objetivos. Todavia, é um espaço de disputa no campo da organização das lutas e do debate de ideias que deve ser usado com as devidas preocupações por parte dos lutadores sociais e das organizações de caráter revolucionário.

O fogo da conjuntura, também, enquanto movimento veloz que tem impactado a cena política, inspira novas lutas por recomposição dos direitos, mobilizando trabalhadores que adentram as ruas, avenidas, portas de palácios e Parlamentos. São táticas

e formas de luta desenvolvidas por ação direta e que também tem se apresentado como instrumento de unidade do campo contra-hegemônico e em alguns momentos em aliança com setores da esquerda revolucionária em toda a sua diversidade política. A ação direta, mesmo tendo alguns questionamentos, continua conclamando para essa luta, sem hegemonismos, os sujeitos históricos que poderão desafiar a ordem e impactar o difuso campo popular neste momento essencial da luta de classes, quando setores orgânicos à classe estão em ebulição. Portanto, é um momento importante para a presença do operador político, conceituado aqui como um instrumento que advém da relação dialética entre formulação e prática social que indica uma tradição, uma cultura política e a luta por um objetivo estratégico radical como forma de transformação da sociedade capitalista.

O momento é extraordinário para impedir que os passos que foram construídos pelo caldo de cultura da barbárie social, alimentada pela burguesia monopolista, avancem. Faz-se necessário construir, paulatinamente, uma correlação de forças que possa frear a xenofobia, o chauvinismo, o reacionarismo social, enfim a manifestação de comportamentos e posições típicas de uma postura neofascista. Contudo, sem deixar para o segundo plano a preocupação com o ressurgimento do fascismo, vale dizer:

> com efeito, se o fascismo deve ser situado no quadro de um estágio determinado do desenvolvimento capitalista, é evidente que esse estágio não chega para explicar o fascismo: o Estado 'intervencionista' não se reveste necessariamente de forma fascista. O que indica, portanto, que o fascismo corresponde a uma conjuntura específica da luta de classes. Mas é preciso ir mais longe: o fascismo, efetivamente, não constituiu uma simples forma diferencial do estado capitalista num estágio determinado do seu desenvolvimento. O fascismo constitui uma forma de Estado e uma forma de regime 'limite' do Estado capitalista (POULANTZAS, 1978, p. 63).

A juventude e os trabalhadores precarizados insistem em permanecer nas ruas. Os governos que no primeiro momento ficaram estupefatos e claudicantes, partem, para no segundo momento, movimentarem a institucionalidade do Estado da democracia formal (burguesa), utilizando os instrumentos da repressão.

É fácil perceber a efetividade de ações que são desenvolvidas pelo aparato do Estado e que contam com o apoio da mídia reacionária consolidada como agência do aparelho de Estado capitalista, para manter os princípios do seu regime político. Por outro lado, os segmentos populares tentam organizar através das agências contra-hegemônicas, a reação dos trabalhadores contra o projeto do capital de desmonte dos serviços públicos. A movimentação da juventude e dos trabalhadores demonstraram forte impacto social quando paralisaram os serviços de trens, metrôs, portos, rodovias, estádios, Câmaras Municipais, Assembléias Legislativas, Palácios de governos. Ao lado disso, ficou nítida a indignação dos manifestantes contra a ostentação do poder econômico representada por lojas, bancos e outros ambientes da burguesia.

As massas nas ruas contribuem para desvelar a cena política, estão impactando a conjuntura e ampliaram as balizas políticas da convulsão social a partir de novas articulações com segmentos organizados da classe trabalhadora, através de greves e manifestações que ocorreram nos dias de paralisação de meados do ano de 2013 por todo o Brasil. Sem dúvida, um conjunto significativo de lutas que se somaram às ações diretas foi usado naquele momento de ampla convulsão social. No entanto, esses lutadores não contam com a presença significativa e determinante do operador político, enquanto vanguarda histórica, balizado pelos interesses estratégicos da classe trabalhadora. Essa vanguarda, notadamente entendida como a esquerda revolucionária, ainda não conseguiu movimentar, de forma representativa, as suas forças e principalmente a classe que tenta representar: a classe operária.

A cena política movimentada por uma conjuntura veloz nos permite visualizar as brechas que foram abertas na institucionalidade burguesa e que isso é fundamental para que se possa agir nas contradições do pro-

cesso. O que está sendo decidido não é, por enquanto, a questão do poder político que se terá; o que está na ordem do dia a partir do aprendizado dessas manifestações, pautadas pela convulsão social, é que existe a possibilidade concreta dessas lutas, ao serem vitoriosas, colocar em xeque a hegemonia que se tem. Mesmo entendendo que a disputa/luta pela hegemonia passa por um complexo enfrentamento que transforma a correlação de forças em algo determinante para entender o processo de luta política, pois

> o exercício 'normal' da hegemonia, no terreno clássico do regime parlamentar, caracteriza-se pela combinação da força e do consenso, que se equilibram de modo variado, sem que a força suplante muito o consenso, mas, ao contrário, expresso pelos chamados órgãos da opinião pública – jornais e associações -, os quais, por isso, em certas situações, são artificialmente multiplicados. Entre consenso e a força, situa-se a concepção-fraude (que é característica de certas situações de difícil exercício da função hegemônica, apresentando o emprego da força excessivos perigos), isto é, o enfraquecimento e a paralisação do antagonista ou dos antagonistas através da absorção de seus dirigentes, seja veladamente, seja abertamente (em casos de perigo iminente), com o objetivo de lançar a confusão e a desordem nas fileiras adversárias (GRAMSCI, 2007, p. 95).

No entanto, é importante observar que o processo de afirmação da hegemonia dentro do regime político da democracia formal contou com o processo que

> incorporou demandas, realizou as aspirações da nação, assimilou economicamente grupos sociais, transformou sua cultura na cultura de toda sociedade. O alargamento da base histórica do Estado foi, assim, acompanhado pela expansão econômica e política da própria burguesia. Para Gramsci, o regime político-parlamentar era o resultado desse processo de expansão, expressando a sociedade civil no interior da própria sociedade política (BIANCHI, 2008, p. 259).

Essa é a lição que se deve extrair desse cenário de crise e de primeiro momento de enfrentamento político e social. Mas, também, entender que a institucionalidade da democracia formal (burguesa) vai tentar descaracterizar a movimentação social. Os meios de comunicação se comportarão, como sempre, como agência do aparelho de Estado para, mais uma vez, descaracterizar as manifestações e produzir uma leitura ideológica que contribua para não o desvelamento da cena política, operando para difamar as lutas em curso e tentando impedir a movimentação política das massas. Sabendo que,

> o conceito de hegemonia é apresentado por Gramsci em toda sua amplitude, isto é, como algo que opera não apenas sobre a estrutura econômica e sobre a organização política da sociedade, mas também sobre o modo de pensar, sobre as orientações ideológicas e inclusive sobre o modo de conhecer (GRUPPI, 2000, p. 3).

Mesmo ainda embrionários, sem uma vanguarda que os oriente no sentido da construção de um projeto alternativo ao do capital, esses movimentos fazem parte de um todo contestatório de caráter mundial que, com o acirramento da luta de classes em função da ofensiva do capital, poderá evoluir para um movimento internacional mais organizado e com objetivo de construção de alternativas à barbárie, que a ordem do capital está introjetando no mundo.

AS ORIGENS DO REFORMISMO APASSIVADOR SUBSUMIDO AO BLOCO NO PODER

Esse contexto de crise, anteriormente debatido precisa ser entendido a partir de algumas premissas que estão balizando, no Brasil, a longa conjuntura política. Portanto, é necessário entender a genética político-

-histórica do processo para tentar desvelar a cena política e suas contradições.

O fenômeno da social-democracia se apresentou de forma tardia no conjunto das formações sociais onde o capitalismo teve dificuldade para se estabelecer, configurando-se como uma experiência da lógica tardo-burguesa. Numa análise mais profunda, pode-se caracterizar que Portugal e o Brasil se enquadram nessa perspectiva da social-democracia tardia (SECCO, 2011), embora Portugal, dentro de outro marco interpretativo. No entanto, nesses dois países, primeiro surgiu a presença dos comunistas na cena política e, só depois de um longo período, a social-democracia enquanto parceira conflitiva do capital.

A presença tardia desse espectro político entre nós é uma tentativa de reconfigurar a luta por demandas políticas e corporativas em atraso, numa perspectiva de radicalizar as lutas populares e sindicais no Brasil. Diferentemente de Portugal, em virtude do seu processo histórico de revolução burguesa, essa representação do tardo-capitalismo no Brasil emergiu para a política durante a crise da ditadura burgo-militar de 1964, como representação da movimentação dos trabalhadores no final dos anos 1970, quando conseguiu articular e organizar as lutas do operariado no setor mais dinâmico do capitalismo e, até mesmo, de segmentos debilitados politicamente da sociedade, em reivindicações que envolviam os trabalhadores do campo, da cidade e setores médios da população. No momento, apenas contribuíram para reconfigurar a presença da burguesia interna na engrenagem do capitalismo no Brasil e na América Latina (BOITO Jr., 2011).

Por outro lado, a presença da social-democracia no Brasil, cumpriria o papel esperado e articulado pela burguesia, que era a perspectiva de superar o risco da luta histórica representada pela presença dos comunistas no cenário político brasileiro. Contudo, apesar do reformismo estratégico do PCB e do seu taticismo policlassista, de então, os comunistas brasileiros eram vistos pela burguesia no Brasil como um inimigo a ser colocado fora de combate (CARONE, 1982 & VINHAS, 1982). Para essa tarefa havia contado com a ditadura burgo-militar que destroçou organicamente o PCB com prisões, torturas, assassinatos e o desterro de milhares de comunistas naquele período histórico (PINHEIRO, 2012). No entanto, ainda, é necessário registrar que o PCB chegou ao processo de resistência (democrática) ao golpe burgo-militar como força política que havia sido derrotada sem combate (GORENDER, 1987) nas contendas em que se saíram vitoriosas as forças reacionárias que realizaram o Putsch de 1964, contra o governo João Goulart.

> O golpe civil-militar e a derrota sem resistência das forças ditas progressistas em 1964 marcaram profundamente os partidos e movimentos de esquerda brasileiros. Os nacionalistas, a POLOP e outros grupos, que já advertiam para a necessidade de resistência armada a um golpe de direita, praticamente nada fizeram para levar adiante a resistência, enquanto o PCB e outras forças reformistas assistiam perplexos à demolição de seus ideais. Logo se faria sentir sobre o conjunto da esquerda o 'terremoto' de 1964, com a dispersão da maior parte das forças populares que começavam a adentrar a cena política (RIDENTI, 2010, p. 29.

Durante a crise da ditadura burgo-militar na longa transição, surgiram as propostas teórico-políticas do que podemos qualificar como petismo (ALMEIDA, 1998). Esse projeto político encontra-se dentro do processo de superação/afirmação da autocracia burguesa e numa nova legalidade da democracia formal ainda de extração bonapartista (BARSOTTI, 2002; DEMIER, 2013).

Esse projeto se consubstanciou pela realização de ações radicalizadas na cena política, com um programa radical de reformas na ordem do capital, os quais haviam sido desprezadas ou não concluídas pela burguesia (FERNANDES, 2006) no longo ciclo da revolução burguesa no Brasil. Pode-se afirmar que, apesar do encerramento desse ciclo da longa revolução burguesa nas relações de produção no Brasil, com o projeto de "Brasil potência" representado nos dois PNDs da ditadura

burgo-militar (CARNEIRO, 2002), o petismo acreditava poder, mais na frente, através de reformas, superar as tarefas não cumpridas pelo processo dessa revolução tardo-burguesa. Portanto, a pauta da luta política acenava para a superação da autocracia burguesa a partir desse projeto da social-democracia tardia de caráter democrático-popular, que radicalizava as ações da prática política, no entanto dava continuidade ao projeto etapista da revolução democrático-nacional.

Não obstante, é importante compreender que esse "inspirador" projeto da social--democracia tardia tornou-se vitorioso no PT e nas suas frentes de massas, consolidando no Brasil um operador político policlassista que tem como tarefa central, a partir do transformismo (GRAMSCI, 2002), desenvolver o politicismo policlassista para fazer mediações e disputas no espaço institucional da ordem e não contra a ordem do capital. Contudo, ainda se faz importante um registro histórico: o PC do B, legenda criada em 1962, articulada pela estratégia nacional-democrática de corte doutrinarista, abandonou bandeiras históricas da sua retórica socialista (após o VIII Congresso do partido e da morte do seu líder comunista João Amazonas) para integrar o projeto da lógica política burgo-petista. Essa requalificação política à direita do PC do B se consolidou a partir de um nacionalismo conformado na ideologia burguesa, no igualitarismo genético-liberal e no neodesenvolvimentismo monopolista. Este último, consorciado ao capital internacional, como se pode observar no papel da ANP na questão dos leilões do petróleo durante a gestão do Sr. Haroldo Lima e na articulação/confecção do código florestal, do deputado Aldo Rebelo em conluio com o agronegócio.

Essa social-democracia profundamente reformista, enquanto perspectiva que tenta se qualificar como de esquerda orienta-se por duas posturas. A primeira (PT), que considera que o problema do capitalismo está na distribuição de renda, portanto, a luta é contra a desigualdade e por reformas distributivas que acumulem forças para uma perspectiva de transformação social dentro da ordem. Sendo assim, bastam as políticas públicas de fundo compensatórias. A segunda (PC do B), conectada pelo ideário dogmático que se dizia socialista da II Internacional, argumenta que a saída para o capitalismo está na mudança das estruturas. Sendo assim, analisa que a questão central e de maior interesse para os trabalhadores é lutar para se ter um amplo desenvolvimento das forças produtivas. Essa compreensão de ordem dogmática e pretérita do PC do B tem como objetivo consolidar uma perspectiva político-econômica que, a partir do aparato de Estado, realize o grande desenvolvimento do capitalismo no sentido de movimentar as estruturas e contribua, assim, através do desencontro das forças produtivas com os trabalhadores, pela negação do capitalismo, para se chegar ao socialismo.

No entanto, no campo daqueles que lutam para derrotar a ordem do capital se compreende que esse mundo em convulsão precisa de uma vanguarda conectada com seu tempo histórico, capaz de congregar uma estratégia contra-hegemônica e interessada em resolver os problemas da unidade do bloco revolucionário do proletariado (PCB, 2010) - com base nesse approach - desenvolve suas ações tendo em vista a possibilidade de que, quando os trabalhadores se movimentarem e entrarem com força na cena política, se tenha o protagonismo da classe.

Esse operador político (PINHEIRO, 2011) é um sujeito coletivo, dotado de um projeto de classe universalizante, que procura ter dialeticamente densidade de formulação (conexão com a realidade concreta) e prática político-social compatíveis com as tarefas que serão necessárias para movimentar o conjunto dos trabalhadores em seu projeto de poder, objetivando colocar em xeque a ordem do capital e suas instituições burguesas. Portanto, uma das questões centrais é a organização do operador político como instrumento de vanguarda visando exercitar uma tática que possa romper com os impasses gerados pela crise de subjetividade da classe e movimentar o bloco revolucionário do proletariado no sentido de efetivar o seu projeto histórico e construir a sua hegemonia. "[...] Gramsci – quando fala de hegemonia – refere-se por vezes à capacidade dirigente, enquanto outras vezes pretende referir-se simultaneamente à direção e à dominação. Lênin, ao contrário, entende por hegemonia sobretudo a função dirigente" (GRUPPI, 2000,

p. 11).

Nesse processo complexo da cena política em curso, o papel dos lutadores sociais, a partir do que tem sido demonstrado neste momento de convulsão, tem sido o de fomentar de forma mais ampla possível a politização das suas ações, através das lutas por demandas que estão sendo massacradas pela expropriação social patrocinado pelos governos do capital. Além disso, tem se demonstrado nesse contexto a necessidade de se educar os lutadores e os trabalhadores neste processo social movimentado por variadas formas de lutas. As ações diretas têm dado os primeiros passos para que se desenvolva a unidade do campo contra-hegemônico visando a construção de uma possibilidade de mobilização do proletariado nessas e noutras batalhas que poderão vir a ocorrer na história do tempo presente.

NOVAS CARACTERÍSTICAS DO FASCISMO: ASSALTAR O ESPAÇO POLÍTICO DA CRISE

As dificuldades para a reprodução sócio-metabólica do capital, enquanto acontecimento político, possibilita o despertar do "alarme de incêndio" na sociedade em tempos de crise. A sociedade tardo-burguesa, na aurora do século XXI, mostra-se incapaz de produzir uma solução estratégica que possibilite a saída da crise e, ao mesmo tempo, dê continuidade à lógica capitalista. No entanto, continua em vigor a manutenção do seu projeto societário através de agressivos ajustes ideológicos e de transformações no aparato do Estado capitalista.

Essa situação de crise cresceu, expandiu-se sobre a sociedade e consolidou-se numa crise sistêmica que está colocando em xeque as instituições da ordem burguesa e o sistema capitalista, expondo a crescente erosão institucional desse sistema predatório (NETTO, 2012).

A particularidade mais visível da crise sistêmica global, que é a crise financeira mundial, já se estende por um período de mais de seis anos e continuará por um tempo ainda mais longo. Nesta questão, através da teoria social marxista, podemos afirmar que não existe uma causalidade única para a crise, mas, examinando esse processo, a partir das descobertas científicas de Marx n´O Capital (MARX, 1982), pode-se concluir que essa crise tem na superprodução, seu elemento determinante. Apesar de o Estado burguês ter injetado uma quantidade substancial de recursos para evitar o aprofundamento da crise, o equilíbrio do sistema está cada vez mais distante.

O que se apresenta como características relevante do capitalismo é a anarquia social da produção, o descompasso entre oferta e demanda tem aprofundado a erosão do sistema, gerando pobreza para o conjunto dos trabalhadores e luxo exorbitante para a burguesia. Apesar do aporte de cifras substanciais por parte do fundo público - algo em torno de alguns trilhões de dólares para evitar o colapso do sistema bancário - a fome ataca centenas de milhões de pobres em todo o mundo e tem aprofundado o pauperismo dos trabalhadores (ENGELS, 2010).

Esse ciclo de erosão societária está se remetendo a um processo de restauração tardo-burguesa. A degeneração ideológica do pensamento burguês falsifica e naturaliza a crise através da violência do Estado. Quando ataca os direitos sociais dos trabalhadores, quando avança sobre o fundo público, quando modifica a legislação para colocar em seu lugar regulações reacionárias que vão, via o aparato jurídico-político do Estado capitalista, fragmentando o arcabouço societário.

Começamos um período histórico em que a crise tem levado à abertura e ao desvelamento mínimo da cena política, quando o imponderável poderá se tornar realidade numa velocidade extraordinária. Os efeitos desse projeto de barbárie já se manifestam para além do aumento da recessão, do desemprego, do eclipse financeiro. Esses fatores se consolidam na crise de subjetividade dos trabalhadores, na xenofobia crescente que se alastra pela Europa e, até mesmo, na periferia de São Paulo (vide o tratamento dispensado aos bolivianos), no racismo que infesta os estádios de futebol na Europa, no rigor com que a "classe média" exige novas leis para punir os pobres (vide a campanha pela mudança na maioridade penal no Brasil), nas legislações reacionárias de caráter fascistas que visam, entre muitas questões,

impedir que os comunistas disputem as eleições (Hungria), no ascenso do populismo neofranquista na Espanha, no crescimento dos partidos fascistas na Grécia, Holanda, Itália Áustria, Ucrânia, etc.

Ao examinar esse complexo panorama, notamos que é necessário acender o alarme de incêndio como um freio de emergência para conter a barbárie, como examinava Valter Benjamin. A crise sistêmica está erodindo as estruturas da institucionalidade burguesa e essa classe a partir das suas frações dominantes, estabelecidas no bloco no poder, começou a construir brechas para a ação do fascismo. As mortes na França e na Grécia de lutadores antifascistas e a situação da Ucrânia devem iluminar a compreensão sobre os caminhos a trilhar e as lutas a se desenvolver, diante da aventura do fascismo.

Ao retornar a questão do fascismo (KONDER, 2009) como instrumento de opção que a burguesia monopolista dispõe, podemos afirmar, em síntese, que é uma possibilidade política de caráter social conservador, que se apresenta durante o período do imperialismo capitalista para tentar se consolidar no desenvolvimento do capitalismo monopolista, apresentando-se como um instrumento de modernização social de corte irracionalista, alimentado por uma cultura de consumo dirigido a partir da vigência do capital financeiro. Essa sociedade da lógica tardo-burguesa tem estimulado a guerra imperialista, desenvolvido o misticismo da aparência para fugir da ciência e da filosofia, se aquartelando nos "nacionalismos chauvinistas", no anticomunismo e nas saídas da contrarrevolução permanente (governos da ordem neoliberais).

Diante desse processo de emergência se faz necessário a "unidade da teoria e da prática", como pensado por Marx. É importante acabar com o espaço político para a manobra fascista que se utiliza do pragmatismo radical, e de suas técnicas de propaganda, para fazer a disputa ideológica, agindo em campo aberto de forma "antiliberal, antidemocrático, antissocialista, antioperário", aplicando, em muitos momentos a violência física, estabelecendo o medo e o terror.

OBSERVAÇÕES À GUISA DE CONCLUSÕES

A abertura e a possibilidade de desvelamento da cena política, com sua imprevisibilidade, está forjando um mundo em convulsão que tem movimentado milhões de trabalhadores em grande parte do planeta. Partem da indignação, se comportam de forma espontaneísta, balançam estruturas com greves e manifestações. A história do tempo presente está lançando uma palavra de ordem: urge a auto-organização dos trabalhadores. É tarefa de emergência histórica organizar a vanguarda para que, quando os trabalhadores se movimentarem, ter condições políticas de dirigir as batalhas que a luta de classes acena.

Numa só palavra, os trabalhadores precisam da construção do operador político enquanto sujeito coletivo que tenha capacidade de formular e agir a partir de um projeto orgânico aos seus interesses. Esse operador político se constitui de forma diversa para, a partir da unidade do bloco revolucionário do proletariado, fazer o enfrentamento à ordem do capital, impedindo assim que o fascismo em seu novo ciclo vença. Ao mesmo tempo, esse instrumento de vanguarda, orgânico aos trabalhadores, deverá criar as possibilidades políticas para construir os caminhos que possam levar à revolução e à transição socialista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Jorge (Org.). *Resoluções de encontros e congressos*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1998.

BIANCHI, Alvaro. O laboratório de Gramsci: filosofia, história e política. São Paulo: Alameda, 2008.

BOITO JR. Armando. *A nova fase do capitalismo neoliberal no Brasil e a inserção no quadro político da América Latina*. In: ALIAGA, Luciana; AMORIN, Henrique & MARCELINO, Paula (Orgs.). *Marxismo: teoria, história e política*. São Paulo: Alameda, 2011.

_____. Cena política e interesse de classe na sociedade capitalista. In: Revista Crítica

Marxista nº 15. São Paulo: Boitempo, 2002, p. 127-139.

CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise*. São Paulo: Editora UNESP, 2002.

CARONE, Edgard. *O PCB*. V. I, II e III. São Paulo: Difel, 1982.

ENGELS, Friedrich. *A situação da classe trabalhadora na Inglaterra*. São Paulo: Boitempo, 2010.

FERNANDES, Florestan. *A revolução burguesa no Brasil*. São Paulo: Globo, 2006.

FONTES, Virgínia. *O Brasil e o capital-imperialismo: teoria e história*. Rio de Janeiro: Escola Politécnica de Saúde São Joaquim Venâncio – Ed. UFRJ, 2010.

GORENDER, Jacob. *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática, 1987.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do Cárcere*. Vol. 3. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. *Cadernos do cárcere*. Vol. 5. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Cadernos do cárcere. V. 3. 3. ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2007.

GRUPPI, Luciano. O conceito de hegemonia em Gramsci. Rio de Janeiro: Graal, 2000.

KONDER, Leandro. *Introdução ao fascismo*. São Paulo: Expressão Popular, 2009

MARX, Karl. *O Capital*. V. 1. São Paulo: Difel, 1982.

NETTO, José Paulo. *Crise do capital e conseqüências societárias*. *Serviço Social & Sociedade*, São Paulo, Cortez, n. 111, 2012, p. 413-429.

PCB. *Resoluções do XIV Congresso nacional*. Rio de Janeiro: Fundação Dinarco Reis, 2010.

PINHEIRO, Milton. *Operador político, luta de classes e transição*. São Paulo: mimeo, 2011.

_____. *Operador político, movimentos sociais e lutas antissistêmicas*. In: PINHEIRO, Milton (Org.). *A reflexão marxista sobre os impasses do mundo atual*. São Paulo: Outras Expressões, 2012.

_____. "*A ditadura militar no Brasil e o massacre contra o PCB*". In: Jornal Brasil de Fato. São Paulo, nº 509, de 29 de novembro a 5 de dezembro de 2012, p. 9.

_____. O governo petista como operador político da burguesia no Brasil. São Paulo: mimeo, 2013.

POULANTZAS, Nicos. Fascismo e ditadura. São Paulo: Martins Fontes, 1978.

_____. Poder político e classes sociais. Porto: Portucalense, 1971.

RIDENTI, Marcelo. O fantasma da revolução brasileira. São Paulo: Editora UNESP, 2010.

SAES, Décio. *Democracia*. São Paulo: Ática, 1987.

SECCO, Lincoln. *História do PT*. São Paulo: Ateliê editorial, 2011.

VINHAS, Moisés. *O Partidão*. São Paulo: Hucitec, 1982.

- Cecília Coimbra – --.

A resistência operária contra a ditadura militar

• **Sebastião Neto** – Diretor do IIEP (Intercâmbio, Informações, Estudos e Pesquisas) e coordenador do projeto da Memória da Oposição Metalúrgica de São Paulo. Participou da pesquisa da Comissão Nacional da Verdade sobre a repressão dos empresários aos trabalhadores durante a ditadura.

O golpe de 1964 foi dado pelos militares, para beneficiar os civis. Melhor dizendo, as classes empresariais, burguesas. Os proprietários das terras, os latifundiários, os industriais, os banqueiros se sentiam ameaçados nos seus privilégios num país onde o povo nunca pôde participar da vida política.

Nos anos 50 e 60, o movimento operário no Brasil tem um ascenso: as condições de trabalho e vida melhoram pouco a pouco, o salário mínimo tem aumentos reais. Mas, o que incomoda é a participação do povo a reivindicar direitos, fazer greves. O Sindicalismo era forte politicamente com o CGT - Comando Geral dos Trabalhadores, mas deficiente na organização dentro das empresas. As cúpulas dirigentes se pautavam muito pelas relações de aliança com setores da burguesia na expectativa de um "projeto nacional" anti-imperialista. Havia muitas ilusões de classe.

O golpe implanta um regime de terror nas fábricas. Vigilância, controle, delação, chamar a polícia para evitar ou acabar com as greves. Os Sindicatos estavam sob intervenção do governo. Fazem uma lei anti-greve, criam o FGTS para facilitar as demissões, arrocham o salário-mínimo. Falsificam os índices de inflação para dar reajustes salariais menores.

Destaca-se, então, o trabalho paciente de centenas de militantes de muitas organizações políticas, que irão passando material de mão em mão sabendo que qualquer documento político podia levar a pessoa à tortura ou à destruição do trabalho de organização. Aparecem os cursos de alfabetização ou preparatórios para exames nos bairros, os movimentos por melhoria das condições de vida (água, saneamento, escolas, saúde) nos bairros junto com a organização dos trabalhadores nas empresas durante os anos 70. Todo esse movimento levará à erosão da ditadura.

Quando explodem as greves a partir de 78, os métodos dessa nova vanguarda operária refletirão uma maneira diferente de agir. Tinham aprendido com os erros de antes de 64. Nada de trabalho de cúpula, nada de frente única com os políticos da burguesia. O que há é a confiança absoluta da necessidade do trabalho de base e uma crítica feroz ao capitalismo. Essa onda, essa perspectiva ganha, inclusive, muitos religiosos que darão suporte aos trabalhos clandestinos. A cúpula da Igreja católica tinha apoiado o golpe. A base da igreja e os padres no bairro serão ganhos pela "teologia da libertação".

Claro que a ditadura foi se desgastando, o modelo do "milagre brasileiro" foi fazendo água. Mas o decisivo, o empurrão que sacudiu a ditadura, foi a entrada das classes trabalhadoras em cena.

Roda Viva sobre política e economia no mundo hoje

- Ricardo Antunes - UNICAMP
- Luiz Pinguelli Rosa - COOPE/UFRJ
- Eloá dos Santos Cruz - RJ

Uma nota sobre a imprensa

• **Ricardo Antunes** – Professor titular de Sociologia no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da Universidade Estadual de Campinas (IFCH/Unicamp) e coordenador da coleção "Mundo do trabalho", da Editora Boitempo. Este texto é uma adaptação de uma entrevista concedida ao jornal Brasil de Fato.).

E os governos do PT – Lula e Dilma – não quiseram mexer nessa questão da concentração dos grandes meios de comunicação, dos monopólios etc.

Como quase em tudo, para não dizer em tudo, o governo Lula não feriu os grandes interesses dos capitais. Nenhum. Bolsa-família não fere grandes interesses dos capitais. Se você calcular no orçamento brasileiro o quanto vai para o Bolsa Família e o quanto vai para o pagamento da dívida pública, fica evidente que o Bolsa Família é muito inferior.

Claro que é diferente do PSDB que nunca fez uma política assistencialista de grande amplitude. A única contribuição do PT distinta, a única não, mas a mais importante foi fazer uma *política assistencialista* de grande amplitude.

Mas o PT tocou nos interesses do agronegócio? Não, ao contrário. Lula no governo nos disse que os grandes heróis brasileiros não eram os lutadores do MST, mas os grandes proprietários do agronegócio. O Lula falou que nunca os bancos ganharam tanto dinheiro no Brasil como no governo dele. E a mídia não foi tocada. Se fosse o Brizola que tivesse ganhado a eleição em 2002, a mídia passaria muito mais duro do que com o Lula.

Por que você avalia que há essa ofensiva da direita agora, tendo em vista um governo que não fez nenhuma mudança estrutural, não mexeu nos interesses dos capitalistas?

Primeiro há uma mudança decisiva: a crise entrou pesada no Brasil. Aquela ideia do Lula de que a vida era uma maravilha isolada do mundo era um completo equívoco e ela chegou aqui. Não entendeu - e nem o PT no governo – que em um mundo globalizado não tem ilha maravilhosa. Num mundo globalizado a crise pode ser desigual mas ela chega. Ela pode ser diferenciada no tempo da devastação, ou seja, ela começou devastando o norte do mundo em 2008, 2009 nos Estados Unidos. Na Europa, que se mantêm até hoje. No Japão. Mas aos poucos essa devastação atingiu os países intermediários, chamados BRICS, China, Índia, Brasil etc. Na China o crescimento caiu de 12% que ela para 7%. A Índia eu pude visitar recentemente. Lá são devastadores os níveis de miserabilidade, ainda que tenha uma burguesia riquíssima. Então esse é o primeiro ponto. Tem um novo cenário na crise econômica. Nesse novo cenário quem vai gerenciar a crise? As frações dominantes fizeram exigência: tem que ser um ministro financista, do pior tipo, daquele tipo devastador, e a Dilma cedeu. Aí tem o segundo elemento decisivo: o Lula é um gênio da conciliação. É capaz de botar deus e o diabo e eles saírem abraçados. Ele conversa com o Bush, leva o Bush para comer churrasco, depois conversa com Obama, daí no meio do caminho ele passa em Cuba e visita o Fidel, dava uma esticada até a Venezuela e encontrava o Chávez, depois passava na Argentina e conversava com a Kirchner. Passava em Porto Alegre, no Fórum Mundial e terminava no Fórum de Davos. Então o Lula é isso. E quem tem alguma autonomia e pode fazer sombra ao Lula é fritado no PT. Eu dizia na primeira eleição em 2010, que era um risco enorme porque a Dilma não tinha a menor experiência política, que poderia ir bem na onda do lulismo em expansão, mas no momento de crise seria temerário. Quer dizer, a Dilma mostra uma – independente de méritos pessoais dela, e ela os têm – por exemplo, ela não é tão servil como o Lula aos militares, ela sabe olhar para os militares olho no olho, o Lula não sabe – ele treme quando vê milita-

res. Mas Dilma é a plenitude da incompetência política. Eu dou um exemplo: no primeiro governo dela, que ia razoavelmente bem nas primeiras fases, quantas vezes ela recebeu o MST e a CUT no Palácio? Para não falar do Movimento do Passe Livre, quando das mobilizações de junho, que incendiaram o país. Foi uma desconsideração absoluta para com os movimentos sociais, até mesmo os seus aliados. Uma incompetência política num momento de crise, onde os capitais não vão brincar em serviço. Não é preciso dizer que eu sou completamente contra o impeachment. Impeachment é golpe, e é golpe parlamentar e o parlamento brasileiro tem prática histórica golpista. Que ninguém se esqueça de 1964, quando o João Goulart temendo ser preso ou ser aprisionado no Palácio do Planalto quando o golpe estava deflagrado, e decidiu ir para Porto Alegre para tentar organizar sua resistência. O parlamento golpista brasileiro de então declarou a vacância do cargo e legitimou o golpe militar. O golpe não foi do parlamento, foi militar, mas o parlamento deu a legitimidade institucional ao golpe.

Não é preciso dizer que a grande imprensa sempre pende para o lado dos grandes interesses, como também em 1964, quando foi totalmente favorável ao Golpe Militar.

Como em todas as outras questões centrais, os governos do PT foram incapazes de colocar regras que impeçam a pura e simples manipulação dos grandes grupos econômicos que controlam as grandes empresas de comunicação. Conciliou neste como em todos os outros temas vitais, Imaginar que seria compensado pela grande mídia em um contexto de crise profunda como se presencia hoje, é só mais um equívoco dos tantos que foram cometidos.

- **Luiz Pinguelli Rosa** – xxxxxxxxxxxx.

- Eloá dos Santos Cruz – xxxxxxxxxxxx.

JE SUIS ...coxinha! A mídia e o fortalecimento do conservadorismo

- Francisco Fonseca - EAESP/FGV
- José Arbex - PUC/SP
- Márcia Tiburi - Mackenzie

A “oligarquia oligopólica” midiática no brasil: seus impactos e a “guerra de posições” democrática*

• **Francisco Fonseca** – Professor de ciência política da FGV/Eaesp e da PUC/SP. Autor do livro “O Consenso Forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil”. São Paulo, Hucitec, 2005, entre inúmeros artigos, capítulos e livros.

BREVE INTRODUÇÃO

Analisa-se, neste artigo, o caráter simultaneamente oligárquico (conceito político) e oligopólico (conceito econômico) da mídia no Brasil; seus impactos à sociedade e ao Estado, notadamente o veto às políticas públicas transformadoras; e as resistências manifestas por amplos e diversos grupos alternativos que atuam na perspectiva da “guerra de posições”, isto é, em busca de avanços que paulatinamente possam alterar o *statu quo* midiático que impede todo e qualquer avanço na democratização das comunicações, em sentido lato.

O artigo também procura analisar diversas alternativas existentes em outros países e mesmo conceitualmente quanto à descontração e desconcentração da mídia no Brasil de tal forma a derrotar seu poder simultaneamente oligárquico e oligopólico.

Por fim, são analisadas as manifestações conservadoras e protofascistas das classes médias no Brasil contemporâneo, notadamente em 2015, sob a perspectiva da influência da grande mídia privada. Tais manifestações expressam o poder desta grande mídia, ao mesmo tempo que provocam reações dos grupos que a combatem, tornando o ambiente político/midiático/ideológico brasileiro extremamente complexo e contraditório.

MÍDIA: TRAJETÓRIA E PODER SEM LIMITES NO BRASIL

Muito se tem discutido sobre o papel da mídia no mundo contemporâneo, notadamente da segunda metade do século XX aos dias de hoje. Diversas disciplinas, como as ciências sociais, a história, a economia, a semiótica e obviamente a comunicação, entre outras, têm se debruçado sobre os impactos da “sociedade midiática” nas mais distintas áreas, sobretudo no “inconsciente coletivo”, tendo em vista a manipulação indutora de valores e comportamentos políticos, sociais, econômicos, estéticos etc.

Individualismo, consumismo, hedonismo, descrédito na ação política coletiva e nas doutrinas políticas, reforço da ideologia do “self made man”, ênfase no mundo privado (notadamente na carreira profissional e na circunscrição familiar/amizades da “vida social”) são algumas das características resultantes desse mundo atomizado, vigente em maior ou menor medida em todos os países, notadamente após a ascensão do neoliberalismo e o definhamento do socialismo soviético.

A partir da “revolução” digital dos anos 1990 novas questões vêm sendo levantadas, uma vez que as comunicações estariam passando por profundas transformações, aperce-

* Este texto, aqui modificado e atualizado, é a junção de partes de duas reflexões: a primeira, originalmente publicada em forma de artigo para o debate público no Portal CartaMaior (www.cartamaior.com.br), em 03/04/2013, com o título “Vetos e bloqueios da mídia às políticas públicas transformadoras”, e a segunda, publicada em forma de texto acadêmico pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (IPEA), intitulada “Mídia e Poder: elementos conceituais e empíricos para o desenvolvimento da democracia brasileira”. Brasília, IPEA, 2010, Texto para Discussão n. 1509.

bidas, contudo, de modo distinto: para alguns setores são vistas como potencialmente democráticas e para outros como controladoras e alienantes.

Para além da controvérsia, "redes sociais" (caso do facebook, por exemplo, que em poucos anos chegou ao incrível patamar de 1 bilhão de perfis, isto é, 1/7 da população humana), "convergência digital" e ampla disponibilidade de comunicação não têm alterado, de maneira significativa, a ação política coletiva das sociedades. Apenas mobilizações pontuais, pouco significativas tendo em vista a dimensão planetária das comunicações, têm sido observadas, o que se deve, aparentemente, embora não apenas, ao legado individualista e alienante da dominação midiática instaurada desde a metade do século passado.

No Brasil, onde a própria urbanização se confunde com a indústria midiática – o rádio e depois a televisão –, os meios de comunicação foram avançando sem regulação, isto é, como negócio privado sem responsabilização quanto a seus efeitos públicos, exceto quanto ao não enfrentamento dos regimes políticos dominantes. Particularmente o regime militar pós-1964 foi responsável pela verdadeira tragédia comunicacional que vive o país em pleno século XXI, na medida em que incentivou o sistema oligopólico em que vivemos – em nome da "integração nacional", na verdade um projeto protofascista –, ao lado da permissão para os empresários da comunicação tratarem a comunicação, ironicamente chamada de "social", como mero negócio privado, desde que convergente aos objetivos do poder dominante, entre os quais a ovação ao regime militar e a alienação cultural. Trata-se de verdadeiro aparato oligárquico e oligopólico.

O autoritarismo político, obtuso por excelência, permitiu e conviveu com a censura do mercado ao conceder e renovar as concessões a empresas de comunicação que, para se manterem, precisavam apenas adotar o servilismo ao regime. Em vários casos, sendo o mais significativo o da Rede Globo – emissora gestada no ventre do militarismo –, o servo foi mais realista do que o Rei, isto é, autocensura e adesão "ideológica" ao regime, com toda sorte de benefícios empresariais, deu contornos a uma corporação que se tornou a quinta maior empresa de comunicação, em faturamento, no mundo. Talvez mais importante, e ainda sem estudos suficientes a respeito, o papel das Organizações Globo na vida brasileira é de dimensão desconhecida, pois muito além da própria rede de televisão, na medida em que seus impactos são sentidos nos planos cultural e comportamental – tomados aqui em sentido gramsciano. O conglomerado das Organizações, como se sabe, inclui um sem número de emissoras de rádio (AM e FM), transmissoras e retransmissoras de televisão, jornais e revistas, indústria fonográfica, uma fundação (que leva o nome de seu patrono, Roberto Marinho) com capacidade de financiar e induzir a produção cultural – com as devidas deduções tributárias –, parcerias internacionais e um satélite próprio para seus negócios, entre outras atividades corporativas.

De certa forma, a vida cultural (criação de padrões estéticos em diversas áreas, notadamente com viés estadunidense, "integração" nacional a partir de parâmetros prédeterminados) e política (clara interferência em eleições e nos centros decisórios estatais) brasileiras se tornam incompreensíveis sem dimensionar o papel das Organizações Globo, que habilmente souberam se adequar tanto à ditadura como à democracia pós-1989. Por mais que partidos de oposição à ditadura e mesmo às Organizações Globo, casos do PT e do PDT, tivessem chegado ao poder após a redemocratização, jamais houve combate efetivo ao seu poder. A indigência comunicacional que experimentamos ainda hoje, com efeitos culturais – hegemônicos, portanto – mais profundos do que os de estirpe político/eleitoral, contribuiu para sedimentar um padrão comportamental do brasileiro médio cuja marca é a ideologia do "individualismo meritocrático" e a descrença nas transformações políticas coletivas.

Pois bem, a experiência, agora em seu quarto governo, da gestão do PT no Governo Federal, não foi capaz de enfrentar a oligarquia oligopólica midiática, uma vez que, entre outros não enfrentamentos, não colocou na agenda governamental um marco regulatório da mídia (que jamais saiu do papel) e não revisou concessões e renovações das concessões das rádios e tvs, assim como não estabeleceu uma política pública para as rádios e tvs comunitárias, entre tantos outros;

em outras palavras, não promoveu a democratização da informação e da comunicação – diferentemente de nossos vizinhos argentinos –, e consequentemente manteve a "democracia parcial" historicamente vigente no país.

Dessa forma, as grandes corporações midiáticas, que expressam os interesses materiais e ideológicos das classes médias e do capital, embora críticas às transformações coletivas promovidas pelas políticas públicas federais petistas, na medida em que vão em direção contrária ao mundo "dos melhores e dos mais capazes, venham de onde vierem" (mote histórico do jornal *O Estado de S. Paulo*), as aceitaram até o primeiro governo Dilma pelo fato de tais políticas não confrontarem a estrutura de poder e a dinâmica das propriedades empresarial (o que inclui a própria mídia), agrária e mesmo do mercado financeiro.

A convivência entre reformas sociais – ordenadas – e *statu quo* se manteve, apesar do elitismo oposicionista dos meios de comunicação, uma vez que atuam como verdadeiros "aparelhos privados de hegemonia" e "intelectuais coletivos": categorias gramscianas cada vez mais observáveis na cena político/midiática brasileira. Tal modus operandi alça a mídia à condição de organizadora das classes médias e do Capital Global, obstruindo e vetando políticas públicas tidas ou apercebidas "inaceitáveis". O caso da chamada "mobilidade urbana" é notório, uma vez que sequer ascende à agenda o tema do privilegiamento, nas grandes metrópoles, das vias públicas ao transporte coletivo. A indústria automobilística, que financia campanhas de parlamentares e chefes de Executivos, que patrocina vigorosa e generosamente os meios de comunicação, e que adota estratégias de marketing extremamente agressivas, tem na mídia seu "intelectual coletivo" capaz de vetar qualquer mudança significativa nas políticas públicas urbanas. O mesmo ocorre quanto ao Estado, interessado nos tributos advindos da cadeia produtiva do automóvel, apesar de suas consequências nefastas. Igualmente se dá quanto ao mercado imobiliário, altamente especulativo, capaz de transformar as cidades em verdadeiras "selvas de pedras", e ao mercado financeiro, capaz de sobrevier com os juros seguros da dívida interna e manter uma elite rentista.

A grande mídia comercial brasileira – composta por organizações complexas e gigantescas de emissoras de rádio e televisão, de jornais e revistas, de portais na internet com conteúdos diversos e lucrativos, entre outras atividades empresariais – veta e obstrui, por meios diversos, qualquer transformação significativa no que tange às políticas públicas. Apenas aceitou, mesmo que a contragosto, mudanças incrementais. Contido, quando uma dada política contrária aos interesses midiáticos adentra à agenda governamental, há enorme mobilização no sentido de vetá-la ou, se não for possível, conformar, enquadrar o "desenho" desta política, isto é, a formulação e os objetivos do que se pretende alcançar, a ponto de torná-los inócuos ou minorados.

Mas desde a eleição presidencial de 2014, e sobretudo em 2015, o arrivismo midiático – representante das classes médias superiores e das elites econômicas – vem instilando o ódio das classes médias contra os pobres e consequentemente contra as políticas públicas petistas de inclusão social. Tal ódio vem tem se materializado no apoio orgânico às manifestações de direita, devidamente infladas pela grande mídia.

Toda essa mobilização conta com entrevistados "especialistas" que "autorizam" uma dada posição, com o aparato de manchetes, fotos, charges e matérias que expressam opinião que, por seu turno, se espraia sutilmente pelas coberturas. Embora o discurso midiático advogue, como uma cantilena, a separação entre coberturas jornalísticas e opinião, o que se vê fundamentalmente é uma mesma linhagem ideológico/editorial a corroborar o *modus operandi* dos "aparelhos privados de hegemonia", como aludimos, uma vez que atuam com o objetivo de vetar e de propor políticas, sempre por caminhos distintos: ora ostensivos ora subliminares. Em 2015, além de vetar e propor, atuam ostensivamente como "intelectuais orgânicos" desses grupos, expressando claramente tanto o veto à inclusão social como a sustentação do "rentismo". Aqui, a "plutocracia" ganha ares de projeto político.

A aceitação, pelos governos, do poder oligárquico e oligopólico da mídia demonstra sua incapacidade política de enfrentar tais poderes constituídos, o que os obriga a atuar

nas margens e frestas da estrutura econômica e social brasileira. Daí o incrementalismo das políticas públicas desenvolvidas em pouco mais de uma década que, reitere-se, por mais importantes e significativas que sejam, são tímidas perante os recursos econômicos disponíveis e sobretudo perante as necessidades de milhões de brasileiros. Basta comparar os gastos sociais brasileiros com países similares para nos darmos conta do espaço que se tem para transformações profundas.

É claro que somente a "vontade política" dos governantes não é suficiente para alterar realidades historicamente constituídas. É necessário uma conjunção de fatores, tais como, além da vontade política, capacidade técnico/política de governar, reordenamento orçamentário, reforma política, mobilização e pressão social, entre outros fatores. Sem isso, o enfrentamento aos grandes poderes, notadamente da mídia, do latifúndio, do capital produtivo e financeiro especulativos (cada vez mais articulados), entre outros, será sempre protelado.

Os vetos e obstruções da mídia oligopólica/oligárquica a políticas públicas profundas e transformadoras só serão vencidos caso se enfrente seu próprio oligopólio – que, afinal, é oligárquico –, uma vez que a mídia é parte constitutiva do Sistema Político que, dessa forma, urge ser reformado.

Deve-se notar que, enquanto oligopólio representa um conceito econômico, oligarquia expressa o poder político. Ambas as dimensões estão, contudo, articuladas no Brasil, representando verdadeira aberração tanto em termos *conceituais* – democracia não se coaduna em com oligopólios e muitos menos com oligarquias – como *empíricos*: a história demonstra que democracia implica pluralidade, diversidade, contradição, e não "pensamento único", como é o caso gritante da realidade brasileira.

POSSÍVEIS ALTERNATIVAS PARA A DEMOCRATIZAÇÃO DA MÍDIA NO BRASIL

Tendo em vista o quase inconteste poder da mídia, acima analisado, cujas consequências as classes sociais – notadamente os trabalhadores –, grupos sociais diversos, movimentos sociais que defendem os grupos marginalizados, bem como determinadas empresas, indivíduos e países sentem direta e indiretamente, analisar-se-á que medidas políticas, legais e econômicas poderiam democratizar a mídia no Brasil, tanto no sentido de desconcentrar sua propriedade quanto no sentido de responsabilizá-la. Para tanto, a experiência de outros países é fundamental. Mas também se analisará a perspectiva internacional com a percepção do crescente impacto das fusões entre grandes corporações, assim como a influência internacional da "mídia global".

Quanto ao Brasil, iniciativas já consolidadas como o Observatório de Imprensa, as revistas e jornais Caros Amigos, Carta Capital, Brasil de Fato, Le Monde Diplomatique, entre outros veículos, exercem importante função ao mostrarem ângulos distintos aos da grande mídia sobre temas os mais diversos, construírem alternativas editoriais/ideológicas e resistirem à hegemonia dos grandes conglomerados. Todas essas iniciativas são, contudo, insuficientes, seja para se trazerem à tona visões alternativas às da grande imprensa, seja, especialmente, para o franqueamento ao dissenso – pois sua abrangência é pequena comparada à dos grandes meios.

No que tange aos movimentos sociais, por vezes articulados à internet, há de se destacar iniciativas como: o Movimento de Rádios Livres; o Movimento Nacional de Direitos Humanos, que abrange o tema da comunicação; a campanha Quem Financia a Baixaria é Contra a Cidadania; a Rede em Defesa da Liberdade de Imprensa; o Centro de Mídia Independente; a Associação Brasileira de Radiodifusão Comunitária; o Coletivo Brasil de Comunicação Social – Intervozes; o Fórum Nacional pela Democratização da Mídia; a agência de notícias Carta Maior, assim como um sem-número de portais, sites e blogs, tais como: Jornal GGN, Vi o Mundo, Conversa Afiada, Barão de Itararé, Revista Fórum, Diário do Centro do Mundo, Outras Palavras etc etc.

Todas essas iniciativas são importantes e necessárias para a democratização da comunicação no Brasil – o que implica também resistência à oligopolização –, mas de forma alguma são suficientes para de fato modificarem a estrutura concentrada da mídia no Brasil. Representam, de toda forma, trin-

cheiras na "guerra de posições" democrática na atual quadra nacional. Daí a necessidade de se criar um conjunto de alternativas, nos campos político, legal e econômico.

Quanto ao âmbito político e legal, pode-se citar: i) a forma, enviesada politicamente, pela qual as concessões de emissoras de rádio e TV são efetuadas, de que resulta a necessidade de se ampliar o escopo de participação da sociedade politicamente organizada no sistema decisório, sobretudo com a criação de fóruns consultivos e deliberativos e o fortalecimento do Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional cujas funções, desde sua criação na década de 1990, têm sido sistematicamente esvaziadas. Paralelamente, torna-se crucial: ii) o rigoroso impedimento da concentração acionária dos veículos de comunicação e a proibição de que um mesmo proprietário possua diversas modalidades de meios comunicacionais, tal como se verifica em determinados países europeus – conforme será discutido a seguir. Para tanto, é possível estabelecer um prazo para que, progressivamente, haja a desconcentração da mídia. Devem-se ainda incluir: iii) a punição rigorosa a mecanismos de propriedade cruzada por meio do Poder Judiciário e particularmente da Anatel, que poderá ter poder de polícia para tanto; iv) a publicização de informações sobre os meios de comunicação, hoje ostensivamente opacas, por meio inclusive de entidades específicas para tanto; v) o estímulo à criação de TVs, rádios e periódicos públicos – nem estatais nem privados –, ao estilo da Bristish Broadcasting Corporation (BBC) de Londres, embora adaptados à realidade brasileira; vi) a revisão da lei das rádios e TVs comunitárias, tendo em vista constituir-se, tal como se configura hoje, em óbices à efetivação de seu objetivo original – para tanto, a concessão de crédito por meio de agências de fomento estatais torna-se crucial; vii) a ampliação do espetro das TVs e rádios estatais – a exemplo do que ocorre na Europa – desde que independentes do poder político-partidário dos governos; viii) a criação de índices que avaliem a concentração da mídia e a democratização da informação, proposta na qual trabalharam duas entidades: a Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura (Unesco) e o Coletivo Intervozes. A atribuição de critérios implica regulamentação e torna mais perceptíveis os conflitos de interesses, caso dos parlamentares que são responsáveis por legislarem sobre o sistema de comunicação nacional e ao mesmo tempo detêm concessões de rádio e TV; ix) (reitere-se) a revisão do processo de renovação das concessões públicas a rádios e TVs no sentido de que haja critérios claros e transparentes, assim como fóruns deliberativos que envolvam o Estado, a sociedade politicamente organizada, as empresas e as organizações de "consumidores" das informações; x) a criação de uma lei específica para a imprensa, que garanta fundamentalmente o célere julgamento e sobretudo o direito de resposta; e xi) o chamado "direito de antena", vigente em países como Portugal e Espanha, cujo objetivo é dar voz, por meio de TVs e rádios de curto alcance, a entidades organizadas: partidos, sindicatos, movimentos e associações profissionais.

Quanto ao âmbito econômico, algumas ações do Estado podem surtir efeitos decisivos à desconcentração e democratização da mídia, por meio: i) da publicização das dívidas das empresas de comunicação com o Estado; ii) da concessão de crédito, pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), pelo Banco do Brasil (BB), pela Financiadora de Estudos e Projetos (FINEP) e outros órgãos de financiamento público à constituição de rádios, TVs e periódicos comunitários, alternativos e independentes do grande capital; iii) da não concessão de novos empréstimos aos grandes conglomerados de comunicação, assim como da não ampliação do prazo para liquidação de antigas dívidas destes para com o Estado, todas formas de diminuir o poderio econômico dos oligopólios; iv) da alocação de verbas publicitárias governamentais, dos três níveis da Federação assim como dos três poderes, segundo outros critérios que não a audiência e o alcance dos órgãos, o que implica distribuição equitativa com vista a estimular o espraiamento de veículos de comunicação, medida que só poderá ter eficácia plena se adotada por meio de lei; e v) do estabelecimento de contrapartidas a qualquer benefício que os grandes meios venham a obter do Estado, tal como, entre outros, a obrigatoriedade de que cada veículo de comunicação tenha um ouvidor independente, eleito por entidades da sociedade

politicamente organizada e por "consumidores", mas pago pelas empresas, à guisa da inovadora experiência da ouvidoria da Defensoria Pública de São Paulo, que é totalmente independente da instituição.

Em relação à internet, o aprofundamento de políticas públicas vigentes relacionadas à inclusão digital, à gratuidade da banda larga e ao barateamento de computadores – com a vantagem de estimular a indústria nacional – poderá ampliar o leque de internautas. Mais importante, contudo, é a capacidade do Estado em tornar a chamada "convergência tecnológica", como se viu, um vetor democratizante, em contraste à aludida concentração da internet e ao modelo de TV digital adotado pelo Brasil, cuja acessibilidade e interatividade são dificultadas.

Em *perspectiva global*, pode-se destacar a tentativa de constituição de centros de informação independentes, como o Media Watch e o Le Monde Diplomatique, entre inúmeros outros. Estes centros não apenas se utilizam da internet como veículo de informação global, mas principalmente avaliam os grandes jornais, revistas, agências noticiosas e emissoras de TVs, procurando demonstrar, assim, outros lados, outras vozes e outras interpretações dos fenômenos que tendem a ser retratados de forma homogênea pelos grandes grupos de comunicação. O estímulo a órgãos desta natureza, assim como o papel mais profícuo de entidades como a Organização das Nações Unidas (ONU) e outras organizações mundiais, no sentido de colocar na agenda internacional o fenômeno da oligopolização/oligarquização da mídia mundial, é tarefa central na agenda mundial. Os governos nacionais podem ter papel preponderante nesta articulação, sobretudo o chamado G-20, particularmente os países periféricos do sistema global, paradoxalmente fortalecidos após o crash de 2008.

Finalmente, é fundamental analisar as características da *legislação* vigente em outros países como forma ao mesmo tempo de evitar a oligopolização e estimular a democratização, pois inúmeros países aprovaram regras para regular o mercado de mídia, especialmente no que diz respeito à propriedade. As limitações envolvem desde cotas para conteúdo (nacional, independente ou regional), até barreiras com relação aos índices de audiência; participação no mercado de publicidade; percentual de participação no capital das empresas e regras com relação ao tamanho do mercado (local, regional ou nacional).

Em linhas gerais, as regras básicas podem assim ser definidas:

• Duopoly rule (regra do duopólio): proibição de que um operador de serviço de radiodifusão seja proprietário de mais de uma emissora do mesmo tipo no mesmo mercado;

• One-to-a-market rule (regra do um por mercado): estabelece que uma pessoa física ou jurídica não pode ser proprietária, no mesmo mercado, de mais de uma emissora de TV em VHF ou de uma combinação de emissoras de rádio AM e FM;

• Multiple ownership rule (regra da múltipla propriedade): limita a formação de conglomerados de mídia, tanto horizontal quanto verticalmente, estabelecendo regras que limitam a propriedade, em nível nacional, de emissoras de radiodifusão, bem como estabelece abertura na grade de programação para programas independentes.

• Cross-ownership rule (regra da propriedade cruzada): proíbe futuras aquisições de emissoras de radiodifusão por pessoa física ou jurídica que (...) [seja] proprietária de jornal diário cuja base de atuação seja na mesma área geográfica.

• Apesar da regulação, a tendência hoje é de concentração no mercado da comunicação. Albarran e Moellinger (2002, p. 103, apud VELOSO, 2008) afirmam que houve, nos anos 1980 e 1990, uma quantidade sem paralelo de fusões e aquisições, que levou ao surgimento de oligopólios formados por conglomerados globais de mídia. Segundo os autores, estas empresas, também chamadas de mega mídias ou corporações transnacionais de comunicação social, operam numerosos meios, como jornais, estúdios de cinema, empresas de radiodifusão e gravadoras (VELOSO, 2008, p. 122-123).

Como se observa, há mecanismos viáveis e já aplicados em vários países que podem impedir a oligopolização e oligarquização. Se minimamente aplicados ao Brasil, a situação

da comunicação tenderia a ser muito diferente do que é hoje. Contudo, os processos de fusão globais vêm corroendo os avanços conquistados em nível nacional, o que faz da oligopolização uma questão internacional a ser enfrentada por governos nacionais, instituições multilaterais e movimentos sociais – nacionais e internacionais.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A situação de verdadeira "indigência política e ética" que representa o universo comunicacional brasileiro é atentatória ao Estado de Direito Democrático, pois fortemente responsável tanto pelo "analfabetismo político" do brasileiro médio e particularmente das classes médias superiores – como se observa em 2015, o que é um paradoxo –, como pelo incentivo à criminalização de partidos e movimentos sociais à esquerda.

Poucos lugares apresentam a junção entre oligopólio e oligarquia, com efeitos – duradouros – tão nefastos como no Brasil.

Jornais e revistas alternativos; portais, sites, blogs e fóruns de discussão; toda sorte de "novas mídias" e do chamado "midiativismo"; as diversas formas de expressão informais presentes nas periferias; entre outras manifestações podem ser considerados trincheiras da "guerra de posições" em prol da democratização da mídia. Mesmo sem organicidade político/ideológica, esse conjunto de iniciativas tem sido responsável por alargar os pontos de vistas sobre o Brasil, em diversas dimensões.

A grande mídia permanece com muito poder, como se observa no (res)surgimento da direita "middlle class" que tem ocupado as ruas e mesmo a "ágora digital", pois filhas (as classes médias "midiotizadas") da mídia, cuja forma de atuação tem sido o "golpismo" e o rebaixamento seletivo da política, pois sem qualquer coerência quanto aos partidos e grupos políticos.

À esquerda, aos progressistas e aos democratas cabe a luta nos diversos planos – político/institucional, mobilizatório, econômico, legal, ético etc – com vistas tanto a influenciar as agendas governamentais em prol da reforma da mídia, como a enfrentar esse "Leviatã de duas cabeças: a oligarquia oligopólica da mídia".

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOURDIEU, P. *O poder simbólico*. Lisboa: Difel, 1989.

_____. *Sobre a televisão*. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1996.

COCKETT, R. *Thinking the Unthinkable:think-tanks and the economic counter-revolution, 1931-1983*. London: Harpercollins Publishers, 1995.

EAGLETON, T. *Ideology, an introduction*. London: Verso, 1991.

FONSECA, Francisco. "Mídia e democracia: falsas confluências". *Revista de Sociologia e Política*. Curitiba: Universidade Federal do Paraná, junho, 2004. (Dossiê Mídia e Política, n. 22)

_____ *O Consenso Forjado – a grande imprensa e a formação da agenda ultraliberal no Brasil*. São Paulo, Hucitec, 2005.

_____ "Mídia e Poder: elementos conceituais e empíricos para o desenvolvimento da democracia brasileira". Brasília, IPEA, 2010, Texto para Discussão n. 1509.

_____*Liberalismo Autoritário - discurso liberal e práxis autoritária na imprensa brasileira*. São Paulo, Hucitec, 2011.

GRAMSCI, A. *Cadernos do cárcere*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, v. 5 2000.

HERZ, D. A *História Secreta da Rede Globo*. Rio Grande do Sul: Tchê, 1987.

KREINZ, G. A. R. "Ideologia, notícia e mercado: a pós-modernidade tecnocrática da Folha de São Paulo". 1990. Tese (Doutorado). Universidade de São Paulo, ECA, São Paulo, 1990.

MARCONDES FILHO, C. (Org.). *Imprensa e capitalismo*. São Paulo: Kairós, 1984.

OFFE, C. *Problemas estruturais do Estado capitalista*. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 1984.

PARSONS, W. *The power of the financial press*. New Jersey: Rutgers University Press, 1990.

VELOSO, E. M. "A concentração da mídia e a liberdade de expressão na Constituição de 1988" In: *Ensaios sobre impactos da Constituição Federal de 1988 na sociedade brasileira - consultoria legislativa*. Brasília: Congresso Nacional, 2008.

- José Arbex- xxxxxxxxxxxx.

Consumismo da linguagem: sobre o rebaixamento dos discursos

• **Márcia Tiburi** – Graduada em filosofia e artes e mestre e doutora em filosofia. É professora do programa de pós-graduação em Educação, Arte e História da Cultura da Universidade Mackenzie e colunista da revista Cult.

No processo de rebaixamento dos discursos, do debate e do diálogo que presenciamos em escala nacional, surgem maledicências e malentendidos que se entrelaçam formando o processo que venho chamando de "consumismo da linguagem". Meios de comunicação em geral, inclusas as redes sociais e grande parte da imprensa, onde ideologias e indivíduos podem se expressar livremente sem limites de responsabilidade ética e legal, estabelecem compreensões gerais sobre fatos que passam a circular como verdades apenas porque são repetidas. Quem sabe manipular o círculo vicioso e tortuoso da linguagem ganha em termos de poder.

O processo que venho chamando de "consumismo da linguagem" é a eliminação do elemento político da linguagem pelo incremento do seu potencial demagógico. O esvaziamento político é, muitas vezes, mascarado de expressão particular, de direito à livre expressão. A histeria, a gritaria, as falácias e falsos argumentos fazem muito sucesso, são livremente imitados e soam como absurdos apenas a quem se nega a comprar a lógica da distorção em alta no mercado da linguagem.

A lógica da distorção é própria ao consumismo da linguagem. Como em todo consumismo, o consumismo da linguagem produz vítimas, mas produz também o aproveitador da vítima e o aproveitador da suposta vantagem de ser vítima. "Vantagem" que ele inventa a partir da lógica da distorção à qual serve. Vítimas estão aí. Uma reflexão sobre o tema talvez nos permita pensar em nossas posturas e imposturas quando atacamos e somos atacados ao nível da linguagem.

Penso em como as pessoas e as instituições se tornam ora vítimas, ora algozes de discursos criados com fins específicos de produzir violência e destruição. Não me refiro a nenhum tipo de violência essencial própria ao discurso enquanto contrário ao diálogo, nem à violência casual de falas esporádicas, mas aquela projetada e usada como estratégia em acusações gratuitas, campanhas difamatórias, xingamentos em geral e também na criação de um contexto violento que seja capaz de fomentar um imaginário destrutivo. O jogo de linguagem midiático inclui toda forma de violência, inclusive a propaganda, que mesmo sendo mais sutil que programas de sanguinolência e humilhação, tem sempre algo de enganoso. O processo das brigas entre partidários, candidatos, ou desafetos em geral, é inútil do ponto de vista de avanços políticos e sociais, mas não é inútil a quem deseja apenas o envenenamento e a destruição social. Quando se trata de derrubar um governo, um projeto alheio, um cidadão, a violência discursiva é uma arma poderosa que serve ao capitalismo, ao racismo e ao patriarcado. Sempre serve ao capitalismo, ao racismo e ao patriarcado porque, como toda enganação, foi criada em seu meio.

Os discursos podem fazer muita coisa por nós, mas podem também atuar contra nós. Ora, usamos discursos, mas também somos usados por eles (penso na subjetividade dos jornalistas e apresentadores de televisão que discursam pela mentira e pela maledicência). Aqueles que usam discursos sempre podem ocupar a posição de algozes: usam seu discurso contra o outro, mas também podem ser usados por discursos que julgam ser autenticamente seus. O que chamamos de discurso, diferente do diálogo,

sempre tem algo de pronto. Na verdade, quem pensa que faz um discurso sempre é feito por ele.

Somos construídos pelo que dizemos. E pelo que pensamos que estamos dizendo. A diferença talvez esteja entre quem somos e quem pensamos que somos. Há sempre algum grau de objetividade nessas definições.

Uma pergunta que podemos nos colocar é: o que pode significar ser vítima de discursos na era do consumismo da linguagem? Por que aderimos, por que os repetimos? Há os que atacam e os que são atacados e os que, atacando, se auto-atacam. O que se visa além do poder?

A violência verbal é distributiva e não estamos sabendo contê-la. Mas, de fato, gostaríamos de contê-la? Não há entre nós uma satisfação profunda com a violência fácil das palavras que os meios de comunicação sabem manipular tão bem? Não há quem, querendo brigar, goze com a disputa vazia assim como se satisfaz com as falas estúpidas dos agentes da televisão? Por que, afinal de contas, não contemos a violência da linguagem em nossas vidas? Grandes interesses estão sempre em jogo, mas o que os pequenos interesses de cidadãos tem a ver com eles?

Digo isso pensando que o fascismo estatal – inclusive em termos de economia política – sempre nasce de grandes interesses, mas porque pequenos interesses particulares aderem a ele tão facilmente? Por que as pessoas são tão suscetíveis?

A linguagem é rebaixada à distribuição da violência pelos meios de comunicação, redes sociais inclusas. O caso Dilma Rousseff faz pensar na diferença entre crítica a um governo criticável – como qualquer governo – e o rebaixamento da crítica pela pura violência verbal que serve ao consumismo da linguagem manipulado por setores diversos. Falo dos xingamentos, mas o ato de xingar, o "joga pedra na Geni", é muito mais complexo, porque, tanto mostra a impotência para uma crítica concreta, quanto uma estratégia de destruição.

Quem pode com isso? Se a linguagem foi o que nos tornou seres políticos, a sua destruição nos tornará o quê?

YO SOY ... periodista! A midia alternativa na luta dos trabalhadores

- Beto Almeida - Telesur
- Claudia Costa - Conlutas
- Breno Altman - Opera Mundi

A mídia de esquerda no combate ao conservadorismo no Brasil

• **Beto Almeida** – Jornalista e membro do diretório da Telesur.

Creio que qualquer debate sobre o tema em tela deve ser crítico, mas também auto-crítico. Se é verdade que no Brasil há das mais eficientes e sofisticadas experiências de concentração midiática em mãos de um coronelismo eletrônico retrógado, aliado de modo bem entrelaçado com as oligarquias internas e controlada por uma maligna e destruidora tirania midiática internacional, também é verdade que nem todas as oportunidades abertas nos últimos tempos, sobretudo a partir da eleição de Lula em 2002, foram devidamente aproveitadas para a organização e solidificação de experiências comunicadoras das forças populares.

Para sermos realistas, estamos levando uma surra por dia.

Enquanto vemos experiências democratizadoras da mídia avançarem decididamente na Argentina, Bolívia, Equador, Uruguai e Venezuela, com mudanças de sistemas comunicativos que fortalecem o espaço da comunicação estatal, pública, comunitária e cooperativa, porque nestes países os governos populares chegaram a alcançar uma maioria parlamentar que jamais foi alcançada aqui no Brasil - especificamente para mudanças constitucionais, que exigem quórum qualificado - vamos percebendo que as janelas abertas para progredir na comunicação pública brasileira não foram devidamente aproveitadas , entre várias outras explicações, pela **não definição de uma política justa** que unificasse o movimento popular, sindical, social, os partidos progressistas e o governo federal.

A definição de políticas para democratização da mídia descoladas da avaliação realista das forças existentes para tal mudança, que exige muito mais do que ter um governo de coalizão e um presidente do PT, ajuda a explicar porque nos encontramos ainda num nível bastante precário para a organização de veículos de comunicação de esquerda, sustentados por uma política que, mesmo não realizando uma mudança radical na Constituição, favorecesse a estruturação de práticas comunicativas pela esquerda.

Quando da realização da Conferência Nacional de Comunicação, no governo Lula, muitos setores do movimento de democratização midiática avaliaram que era chegado o momento para uma **virada de mesa radical** no sistema midiático brasileiro. A ilusão era tal que chegou-se a propor, como forma de protesto, que houvesse a retirada de plenário na Abertura da Confecom, pelo fato do presidente Lula ter convidado grupos empresariais de mídia para o evento. Havia quem imaginasse que seria uma **Confecom Revolucionária,** quando o governo era apenas de coalizão, o PT não tinha maioria parlamentar, e o cerco de hostilidades midiáticas constituía um terreno super minado onde se deveria caminhar com uma tática adequada à correlação de forças real, ao invés da irreal reivindicação de **um tudo ou nada** na comunicação, reivindicação que não estava apoiada na realidade.

Como resultado, ao invés da aprovação de uma plataforma mínima para avanços reais com base na situação existente, sobretudo reconhecendo-se a existência de uma situação desfavorável no Congresso Nacional para uma virada de mesa, aprovou-se uma extensa lista de reivindicações ou teses, boa parte delas descoladas da capacidade real do próprio movimento organizado para levá-las adiante, e, mais decisivo, sem que o governo

Lula e depois Dilma, contasse com definições claras de políticas ou mesmo uma posição de força para implementá-las, no todo ou mesmo em parte.

Ficamos num limbo.

Inauguramos um muro de lamúrias ao invés de definirmos ações concretas que poderiam ser adotadas, em aliança com o governo, mesmo sem uma mudança constitucional. Mas, o movimento pela democratização da comunicação definiu uma pauta que exige - **sem forças reais para isso** - mudanças constitucionais amplas ou sua regulamentação e não concentra esforços na implementação de mudanças reais que estão ao alcance da mobilização real dos sindicatos, dos movimentos sociais , da estrutura midiática existente, ou seja, TVs e rádios educativas, TVs e rádios comunitárias e universitárias, e imprensa alternativa, sindical e popular, seja no seu modelo impresso - onde há enorme capacidade instalada e muito espaço para avançar - seja na sua modalidade digital.

As energias do movimento se concentraram na coleta de assinaturas para **uma Lei de Iniciativa Popular de Democratização da Informação**, que, em que pese seu valor de pedagogia política bastante importante, não equaciona o problema que está lodo ali na virada da esquina. Mesmo que fossem alcançadas rapidamente a coleta de 1,5 milhão de assinaturas para uma Lei de Iniciativa Popular, a correlação de forças no Congresso Nacional, a presidência da Câmara por Eduardo Cunha e o peso de vários concessionários de serviços de radiodifusão ali instalados, não são obstáculos simples de serem removidos, quando não há maioria parlamentar de esquerda!

Enquanto aqui nossas energias se concentram, principalmente nesta atividade de mudar a Constituição, vemos na Grécia os jornalistas e os movimentos de trabalhadores empreenderam **a construção de um jornal cooperativo democrático**, que, hoje, já é o diário mais vendido e lido na grande Atenas, tendo sido parte importante na vitória eleitoral da esquerda e atua no centro do debate político radicalizado naquele país.

Vemos que na Bolívia, cansado de ser acusado pelos magnatas de comunicação em seus jornais, revistas, rádios e TVs, como "Narco-presidente", Evo Morales funda o jornal **Câmbio**, jornal estatal, que, com pouco mais de 4 anos de nascido, já rivaliza em tiragem e circulação com o mais tradicional jornal da Bolívia, o La Razon, com mais de 75 anos de fundação. Todas as importantes transformações realizadas na Bolívia no governo popular de Evo Morales, passaram então a ter visibilidade, seja a erradicação do analfabetismo, a estatização do gás, do petróleo, das telecomunicações, da distribuição da água e da eletricidade!! Além disso, o governo apoiou a criação de uma Rede de Rádios Indígenas, nas quais as diversas etnias conduzem uma comunicação em sua própria língua, com sua própria visão de mundo.

Na Venezuela, para além da criação da Telesur, televisão com a finalidade da integração latino-americana e de defesa dos valores anti-imperialistas e populares, surge também um conjunto de experiências de comunicação de esquerda, todas nascidas a partir da criação de condições dadas pelo apoio estatal em aliança com movimentos sociais, que já possibilitam a existência de vários jornais revolucionários de ampla circulação, com destaque para o ***Ciudad Caracas***, que chega a tirar 1 milhão de exemplares em situações especiais, sendo distribuído **gratuitamente** na Grande Caracas, onde vivem algo em torno de 5 milhões de pessoas.

São pilhas imensas de jornais nas saídas do metrô caraquenho, e em pontos de grande circulação popular, sendo muito gratificante observar os venezuelanos sentados em uma pracinha ou um café lendo aquele diário editado pela prefeitura da capital, com base no princípio de que a informação é uma obrigação do estado e um direito do cidadão. Além disso, há na Venezuela, com parte da comunicação pública e estatal, a Vive TV, a Venezuelana de Televisão, a TV das Forças Armadas, a TV da PDVSA (a Petrobrás deles, quando aqui a nossa petroleira é alvo de intensa campanha de demolição planejada do exterior e aplicada pelos lesa pátrias internos).

As TVs e rádios comunitárias recebem

de fundos públicos recursos que lhe permitem uma estabilidade operacional, a modernização de seus equipamentos tecnológicos e a qualificação de seus profissionais para uma programação de missão pública elevada.

O Equador possui, além de uma Lei de Informação Democrática, que, como na Argentina, divide o espectro eletromagnético em três partes iguais, uma parte para o Estado, outra para as Empresas Privadas e a terceira parte para a Sociedade Organizada, sem fins de lucros. Já no Equador de hoje, graças a uma sólida maioria parlamentar conquistada pela Revolução Ciudadana, há uma das mais modernas legislações de comunicação, o que permite e sustenta o funcionamento de uma comunicação estatal, composta por TV, rádios e pelo jornal estatal **El Telégrafo,** por centenas de rádios camponesas e indígenas, em várias línguas, e o tradicional setor de mídia empresarial, muito pouco afeito à prática democrática da comunicação.

Na Argentina, a Lei de Comunicação Audiovisual, embora ainda não esteja plenamente em vigor, em razão de sabotagens jurídicas protelatórias interpostas pelos conglomerados privados de mídia, já apresenta resultados muito positivos para a democracia informativa. A TV Pública da Argentina, o canal, 7, nascido durante a Era Perón, faz o contraponto diário e sistemático com a enxurrada de mentiras que a mídia comercial lança diariamente , na expectativa de demolir a boa imagem que a presidente Cristina Kirchner construiu do novo peronismo, levando as novas gerações a compreenderem realmente o grande legado deixado ao país pelo General Juan Domingos Perón, com a estatização das alavancas fundamentais da economia, grande desenvolvimento social e cultural, inclusive erradicação do analfabetismo e elevação do nível informativo da sociedade.

Hoje, o cinema argentino, com forte apoio estatal, desponta mundialmente pela sua qualidade. As elevadas taxas de leitura de jornais e revistas, têm como sustentação, entre outros elementos, a existência de vários diários que informam sobre o que faz o governo, sobre o curso da integração latino-americana, sobre as conquistas dos trabalhadores etc. Entre estes jornais vale citar o **Tiempo Argentino** e **O Argentino**, este de circulação gratuita, sem contar inúmeras experiências em várias partes do país em que os trabalhadores, organizados em cooperativas, tomaram nas mãos o controle de empresas jornalísticas falidas, em razão de fraudes empresariais, e hoje praticam um novo jornalismo.

Por que a esquerda no Brasil ainda gasta tanta energia na reclamação, na lamúria, na indignação difusa e muitas vezes confusa, já que em boa medida, o problema decorre da não existência de uma grande hegemonia de esquerda, nem no Parlamento, mas nem mesmo no governo, que viabilizassem, a organização das forças em torno de objetivos claros e precisos, avanços comunicativos concretos e necessários? É fato que o principal partido de esquerda tem visão confusa sobre o tema mídia. Basta lembrar que um partido que conseguiu eleger por 4 vezes seguidas um presidente da república - não há tarefa mais difícil e complexa numa sociedade desigual e injusta como a brasileira - não tem justificativas para não ter organizado um esquema de mídia próprio, que possibilitasse que os milhões que votaram nos governos populares tivessem acesso pleno, diário, qualificado, a informações indispensáveis para estruturação de uma clara visão de mundo, com capacidade de estimular a participação social consciente nos destinos da nação.

E hoje, quando os destinos da nação estão novamente sob ameaça das forças antinacionais, exemplo claro é a tentativa de forçar o impeachment de Dilma Roussef ou de entregar o controle do petróleo pré-sal para empresas transnacionais, retirando a Petrobrás da função de operadora única (projeto do Senador José Serra, atendendo solicitação de interesses estrangeiros como denunciou o Wikileakis), nos vemos uma vez mais sem mídia, porque nada foi organizado durante estes 13 anos de governo progressista.

No entanto, há o que pode ser feito, rapidamente, a curtíssimo prazo. O Brasil tem forças sociais que elegeram presidentes progressistas por 4 vezes seguidas. Tem um movimento sindical e social forte e atuante. Tem uma capacidade ociosa em sua indústria gráfica que atinge até a 50 por cento de seu desempenho. Tem jornalistas desempregados

na escala de milhares e milhares, tem escritores talentosos, tem militantes honrados e desprendidos. Por que não organizar, com fizeram os jornalistas gregos, uma grande cooperativa para editar um jornal popular, capaz de defender a democracia, hoje ameaçada, e também todos os avanços sociais conquistados, que, também encontram-se ameaçados pelo golpismo anunciado diuturnamente pela mídia conservadora????

Há dois caminhos a serem percorridos, ambos exigem esforço, mobilização, concentração, unidade de luta: a construção de um jornal popular cooperativo, que está sendo montado atualmente, com nome de **Brasil Popular**, com distribuição gratuita, além de versão digital, é um deles. O outro caminho, o fortalecimento dos instrumentos já existentes e que poderiam ter alcance muito mais amplo, como as TVs comunitárias, que carecem de apoio efetivo e organizado do movimento sindical e social, salvo honrosas exceções. A melhoria da programação, a consolidação destas emissoras, inclusivo com a meta de serem fortalecidas para conquistar também capacidade de expressão na modalidade de TV digital, impedindo que novas formas de concentração se estabeleçam nesta nova forma de comunicação. O mesmo pode ser dito para as rádios comunitárias, ambas, TVs e rádios, estabelecendo políticas de diálogo e pressão com o governo federal, visando ampliação de seu raio de ação, bem como sua sustentação tecnológica e financeira, para o que não é necessária nenhuma mudança constitucional.

Estes são dois caminhos concretos, reais, ao nosso alcance já, que podem ser trilhados com o cuidado de não sermos seduzidos por campanhas de democratização da mídia, que, apesar de serem metas necessárias, historicamente, podem não se constituir em objetivos realizáveis a curto prazo, por falta de relação de forças indispensáveis, com o que se transformam, em muitos casos, em campanhas paralisantes.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX

- **Claudia Costa** – xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

XXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXXX XXXXXXXXXXXX

- **Breno Altman** – xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Arte e cultura na periferia

- Tiaraju Pablo - SP
- Rafael Calazans - RJ
- Luiz Antônio Simas - RJ

Por que a periferia foi fazer arte?

• **Tiaraju Pablo D'Andrea** - Sociólogo e músico. É autor da tese de doutorado: "A Formação dos Sujeitos Periféricos: Cultura e Política na Periferia de São Paulo". FFLCH/USP, 2013. Os principais argumentos deste artigo foram extraídos da referida tese.

Um dos acontecimentos mais importantes ocorrido nas periferias paulistanas nos últimos vinte anos foi o aumento considerável de coletivos e indivíduos que passaram a produzir arte nos bairros mais empobrecidos da urbe. De fato, os bairros populares sempre foram férteis em manifestações culturais. A confluência dessa característica histórica com algumas situações específicas da década de 1990 fez com que aumentasse a quantidade e se modificasse a forma dessa produção. Hoje, colorindo os corações e denunciando a realidade, a periferia produz uma profusão de saraus, comunidades do samba, cineclubes, produções audiovisuais, grupos de teatro, grupos de dança, literatura marginal, posses de hip-hop, dentre outras atividades culturais e artísticas. Mais do que constatar o fenômeno, tentaremos neste breve texto entender porque esse fenômeno ocorreu em um dado tempo histórico.

No Brasil, a década de 1980 se caracterizou pelo fim do regime militar e pela mobilização de diversos movimentos sociais que buscavam democratizar o país e conquistar direitos sociais. Nesse bojo, foi promulgada a Constituição de 1988 e em 1989 houve a primeira eleição direta para presidente depois de décadas.

Aprofundando a crise econômica dos anos anteriores, a década de 1990 se caracterizou pelo aumento considerável do desemprego e pela privatização de serviços públicos. Como se não bastasse, e resultante dessa crise, as periferias de São Paulo entravam em um ciclo de pobreza e violência. Os homicídios se multiplicavam e a desconfiança pairava entre vizinhos, preocupados com a violência entre jovens, com a violência estatal e com a violência paraestatal. O melhor retrato artístico desse período é um CD dos Racionais MC's intitulado « Sobrevivendo no Inferno » (1997), uma crônica cantada de um tempo de desesperança. Naquele momento, a periferia necessitava buscar saídas para o labirinto histórico em que se encontrava.

A primeira tarefa era manter-se vivo.

Nesse contexto de pobreza e violência, incentivar a produção artística e manifestações culturais foi uma das respostas encontradas por essa população para aliviar seu sofrimento, criar coesão social e possibilitar um futuro. Desse modo, tentaremos esmiuçar agora cinco motivadores de porquê a periferia foi fazer arte…

a) Arte como pacificação;

Este motivador se expressa na tentativa de utilização dos espaços comuns como forma de fomentar a socialização e a coesão de indivíduos amedrontados pela violência. A arte também teria um efeito humanizador em um contexto de estigmas e baixa autoestima. Produzir arte fez com que o morador da periferia se sentisse vivo.

b) Arte como sobrevivência material;

Em um contexto de pobreza, a produção artística foi uma forma de auferir renda sem necessitar inserir-se em um mercado de trabalho com alto de grau de exploração e que paga baixos salários, e ao mesmo tempo possibilitou evitar atividades ilícitas como forma de acesso à renda. Na década de 1990 começavam a proliferar os editais públicos e privados que passaram a financiar a produção artística. O acesso às novas tecnologias propiciou produções independentes.

c) Arte como valorização do local;

Valorizar o local por meio da produção artística se deu pela necessidade de organizar atividades coletivas em um contexto de desconfiança entre vizinhos. Em paralelo, a valorização da produção cultural dos bairros populares auxiliou na luta contra estigmas e preconceitos. Por fim, realizar atividades no próprio bairro de moradia diminuía a dependência com relação ao centro da cidade.

d) Arte como participação política;

Na década de 1990 começava-se a esboçar uma descrença com relação às instituições políticas. Esta descrença se aprofundou com o passar dos anos, chegando até nossos dias. Nesse quadro, fundar coletivos foi uma forma de se organizar em meio à crise dos partidos e de denunciar a realidade por meio da produção artística.

e) Arte como humanização;

Em um contexto de múltiplas violências, seja ela ocasionada por homicídios ou por preconceitos sociais, a produção artística serviu e serve para humanizar uma população, para mostrar-lhe que está viva e para aumentar sua autoestima e sua confiança em si mesma.

Nos últimos anos, processos de redistribuição de renda em nosso país tiraram milhões de brasileiros da miséria. Especificamente no caso da cidade de São Paulo, o número de homicídios começou a baixar desde o ano de 2004, e existe uma série de explicações para o fenômeno. No entanto, a luta contra a invisibilidade e por reconhecimento público se deu por ação dos próprios moradores da periferia, que por meio da produção artística cavou uma das mais importantes trincheiras dessa batalha. Ao invés de "mudar da periferia", essa população passou a "mudar a periferia", tornando-a um local mais habitável, mais aconchegante, pressionando o poder público a que cumpra suas obrigações e denunciando a desigualdade social do nosso país. A arma utilizada foi a palavra. A receita a ser seguida foi a própria imaginação, em um tempo em que qualquer receita já não dá conta de explicar ou mudar a realidade. Nas camisetas "100% zona leste" ou "100% zona sul" expressou-se a reivindicação de valorização de territórios. É a estima contra o estigma. É o orgulho das potencialidades contra a vergonha das violências.

Auxiliando na modificação material das periferias, ao passo que lutava por afirmação e reconhecimento, foi a própria população da periferia, muitas vezes por meio da produção artística e cultural, que modificou a representação sobre a própria periferia. Antes com um significado restrito a pobreza e violência. Hoje caracterizado por sua potencialidade criativa, sem negar a existência de inúmeros problemas.

Denominamos Sujeito Periférico àquele indivíduo que, por meio do reconhecimento da pertença a uma localidade peculiar de nome periferia, atua, seja por meio da arte ou da mobilização política, ou dos dois, para a melhoria das condições de vida nos bairros populares e para a distribuição da riqueza em uma cidade marcada pela segregação sócio espacial.

Por fim, esta geração que pegou para si o termo periferia e o assumiu, fazendo da arte um instrumento para a sua própria constituição enquanto ser social e enquanto ser humano, pegou para si também a tarefa de contar a sua própria história, sem mediadores, sem aqueles que queriam fazer para a periferia, mas não com a periferia. Ter a possibilidade de contar a própria história foi uma conquista histórica e faz parte de um processo de edificação da própria libertação, construído a sangue, suor, lágrimas e poesia.

Os jovens negros e a militarização da favela

• **Raphael Calazans** - Membro do Coletivo Papo Reto, do Complexo do Alemão, no Rio de Janeiro.

Passados cerca de 4 anos da invasão militar ao conjunto de favelas dos complexos do Alemão e da Penha, permanece nebulosa e complexa uma análise da conjuntura que leve em consideração as mudanças nas políticas e abordagens por parte da (in)segurança Pública como também as metamorfoses nas dinâmicas dos movimentos de resistência local.

Diante disso, penso ser fundamental compreender a conjuntura violenta do projeto de pacificação no território, a partir de marcos históricos que explicitam, a meu ver, dois momentos amplamente distintos dessa fase. A saber: Os primeiros 2 anos de aparente vitória e consagração do projeto de pacificação e a outra metade da fase terminal das UPP'S e seu desmoronamento, cujo reflexo é a extensão e multiplicação de violações ininterruptas dos Direitos humanos.

A espetacularização da entrada das tropas militares no Complexo do Alemão em dezembro de 2010 indicou sob qual areia iria se sustentar o castelo erguido de uma Favela que durante anos havia ostentando o símbolo e a condição de ser quartel General máximo da maior facção criminosa da Cidade. Há quem diga, e eu concordo, que o Complexo a priori não fazia parte da lista de favelas a serem pacificadas. Lista essa que se associa aos corredores que passariam dezenas de milhares de turistas para brindar o Rio como cidade mercadoria dos megaeventos. Contudo, dominar o Complexo do Alemão seria o ápice da nova face do grande "Pacificador", o Governo Cabral. Além de simbólico, a tríade já naqueles tempos anunciada se tornou durante dois anos a blindagem aparentemente "infurável" da glamourização de uma Paz assassina: A mídia (incluindo uma Telenovela), alguns atores sociais locais que atuavam na chamada "mediação de conflitos'', o que, na verdade, significava negociações e zelo pelo pacto da harmonia e a Policia ostentando a presença do Estado garantidor de direitos. Ou seja, coerção e consenso costurando a militarização de políticas sociais, direitos, da vida e…da própria paz!

Esse triângulo até certo ponto foi competente no freio e dissimulação da barbárie latente e perigoso. Casos de violações nunca deixaram de existir, ao contrário se multiplicavam, contudo não resistiam e não tinha forças para polemizar com o trem esmagador da pacificação, o qual, diante dessas casas não só os isolava, como o resolviam pelo método mais antigo da relação Polícia favela: matar sem direito à voz.

Como cedo ou tarde já se previa, a bolha que isolava o Castelo de Areia indicava que iria estourar. Por todas as partes, irrompia movimentos de resistência e denúncias (aqui cumpriu papel central a internet e o midialivrismo), que ocuparam o território com ações culturais, denúncia dos abusos e violações e articulações coletivas diante da tragédia das chuvas de Dezembro de 2013, em que dezenas de família perderam absolutamente tudo que possuíam.

Paralelo a isso, a mediação entre Estado formal(polícia) e Estado Informalizado (Varejo de Drogas) começou a sofrer uma série de

desgastes os quais são impossíveis de serem tratados em poucas páginas. Essa fragilização acelerou a já insustentável Crise das Unidades de Polícia Pacificadoras que, pela primeira vez, sentiram-se acuadas diante da resistência do comércio de drogas locais.

Assim, tiroteios, perseguições, desaparecimentos, sequestros, armas…tudo aquilo que aparentemente foi jogado para escanteio, voltaram a ser cotidianamente e dramaticamente comuns na vida social do Complexo do Alemão. Ao ponto que a mídia que durante 2 anos piedosamente cumpriu o papel da produção do consenso da paz, viu-se obrigada a anunciar o que para moradores, articuladores e parceiros que atuavam no território tornou-se agenda do dia: Entra em crise o projeto mais audacioso, espetacular, porém absolutamente frágil e mentiroso projeto das Unidades de Polícia Pacificadora do Alemão.

Contudo, importa dizer que essa crise terminal que sustento está longe de representar o fim da UPP no território. Pelo contrário, tem-se observado o endurecimento dos confrontos abertos, a extensão das violações dos direitos humanos que abrangem até os militantes locais os quais vêm sofrendo uma série de ameaças e perseguições e a proibição do direito fundamental a circulação, aos becos e ao lazer e a cultura, como a dos Bailes funks.

Resulta disso que, somente esse ano, entre militares e moradores haja um número de 17 mortos e cerca de 45 feridos, totalizando, até o presente momento mais de 50 pessoas atingidas pelo furacão em crise que agudiza o Estado penal, fixando as favelas como território de exceção.

No entanto, para finalizar, é importante apontar a continuidade, corajosa e destemida, de movimentos que se colocam no contraponto da crise. Inventando formas de atuação, articulação de modo que, ao menos, a sobrevivência da favela seja mais uma vez garantida. E isso quer dizer, a permanência dos bailes, da vida, das relações solidária contra a mercantilização dos espaços locais. Diante do que coloco como crise terminal das UPPS e suas refrações de barbárie agudas no território, minha alegria é informar que ainda há braços, ombros e vozes para lutar, resistir e cantar.

A hora é essa

• Luiz Antonio Simas – xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

No livro "Pele negra, máscaras brancas", Frantz Fanon chama atenção para um fato: o racismo herdado do colonialismo se manifesta explicitamente a partir de características físicas, mas não apenas aí. A discriminação também se estabelece a partir da inferiorização de bens simbólicos daqueles a quem o colonialismo tenta submeter: crenças, danças, visões de mundo, formas de celebrar a vida, enterrar os mortos, educar as crianças, etc.

O discurso do colonizador europeu em relação aos indígenas e aos povos da África, por exemplo, consagrou a ideia de que estes seriam naturalmente atrasados, despossuídos de história. Apenas elementos externos a eles – a ciência, o cristianismo, a democracia representativa, a economia de mercado, a escola ocidental, etc. – poderiam inseri-los naquilo que imaginamos ser uma maiúscula História da humanidade.

É dentro desta tensão normatizadora que mora a maior das perversidades: o discurso canônico tem a tendência de convencer aos inferiorizados da suposta supremacia natural de alguns saberes. Com requintes de devastação, inclusive emocional, ele faz com que a vítima potencial introjete a visão que a inferioriza como se fosse uma verdade absoluta.

A mesmíssima coisa vale para as mulheres, em uma sociedade patriarcal como a nossa, que padroniza a submissão como comportamento natural feminino, vulgariza o assédio como prática normal inscrita na conduta do macho (prendam as suas cabras que o meu bode está solto, repetem os pais orgulhosos) e historicamente tirou da mulher (e de diversas minorias) o protagonismo da fala e das narrativas sobre o próprio corpo.

Dentro dessa linha de raciocínio, é justo ressaltar a importância das questões propostas pelo ENEM no exame de seleção para 2016. É digno de celebrações, mas ainda é pouco. O ENEM afinal de contas, continua sendo uma prova de classificação, encarada por muitos (incluo aí colégios, famílias, candidatas) como um exame de corte com a finalidade de garantir o acesso ao ensino superior, e não como meio para que se pense a pluralidade no sistema educacional.

Mas a hora é essa. Pensemos numa prática pedagógica cotidiana, inserindo a discussão de gênero nos currículos escolares, criticando o racismo epistemológico (muito mais sutil que o racismo escancarado e riscado na pele), combatendo a obra da escravidão, refletindo sobre o machismo nosso de cada dia e abrindo ouvidos e olhares para vozes dissonantes e miradas mais ousadas. A insurgência epistêmica nunca foi tão urgente e necessária.

A encruzilhada dos 450 anos

• Luiz Antonio Simas – xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

O conceito de gentrificação é controverso e pode render boas conversas em botequins e universidades. Eu costumo mesmo usá-lo no sentido dado ao termo pelos estudos pioneiros de Ruth Glass e Neil Smith; aquele que, grosso modo, designa um processo de aburguesamento de espaços nas grandes metrópoles e gera o afastamento das camadas populares do local modificado. O espaço gentrificado passa a ser gerido prioritariamente pelos interesses do mercado financeiro, do grande capital e quejandos. Este processo de submissão ao capital é, em geral, acompanhado por discursos legitimadores que vão desde o "tratamento ecologicamente correto" até o da "gestão financeira responsável".

Exemplifico: não acho que o futebol seja um espetáculo, uma brincadeira, um jogo ou uma guerra; ele pode ser tudo isso e muito mais. Futebol no Brasil é cultura, pois consolidou-se como um campo de elaboração de símbolos, projeções de vida, construção de laços de coesão social, afirmação identitária e tensão criadora, com todos os aspectos positivos e negativos implicados neste processo. Nossas maneiras de jogar bola e assistir aos jogos dizem muito sobre as contradições, violências, alegrias, tragédias, festas e dores que nos constituíram.

O processo de morte do futebol como cultura reduz o jogo ao patamar de mero evento. Contamina, inclusive, o vocabulário, que perde as características peculiares do boleiro e se adequa ao padrão aparentemente neutro do jargão empresarial. O craque se tranforma em "jogador diferenciado", o reserva é a "peça de reposição", o passe vira "assistência", o campo é a "arena multiuso" e o torcedor é o "espectador". As conquistas não são mais comemoradas em campo; mas em eventos fechados, sob a chancela de patrocinadores e com a participação do "torcedor virtual", aquele chamado a se manifestar pelas redes sociais a partir do que verifica nas telas da televisão.

Mais grave é constatar que o exemplo do futebol não é a exceção. A regra é gentrificar. Como carioca, este é um processo que talvez me espante e entristeça mais nos nossos 450 anos de História. Penso nas arenas futebolísticas e acho inevitável comparar com o famoso Parque Madureira, com o elevador do Cantagalo, com o projeto de revitalização da zona portuária e similares. O discurso do embelezamento urbano, do ecologicamente correto, da dignidade do morador, é acompanhado da especulação vigorosa e proposital do solo urbano e da ruptura criminosa de laços comunitários, com a saída de uma população que não consegue mais pagar o aluguel ou não tem como adquirir o imóvel na área embelezada. Há ainda um discurso hegemônico na mídia que glorifica o embelezamento e esconde as contradições sociais que ele traz. A limpeza social é silenciosa, enquanto a limpeza urbana toca seus tambores, se apropria de códigos do que ela mesma destrói e domina, pela propaganda, os corações e mentes.

Já escrevi sobre isso e tenho me referido a este processo nocivo como "perversidade do bem"; ele hoje é uma das mais ardilosas estratégias de submissão do homem aos ditames dos grandes interesses corporativos. É bom ver o jogo confortavelmente na Arena Maracanã; é bom ter um camarote climatizado no

sambódromo; é bom ter uma área verde no coração de Madureira; é bom um elevador que facilite a acessibilidade ao Cantagalo; é bom ter bicicletas disponibilizadas por bancos (uso, propositalmente, os jargões empresariais deste processo); é bom ver o porto maravilha ser a porta de entrada do Rio de Janeiro...

Mas tudo isso pode ser cruel, castrador, higienista, desarticulador de laços comunitários, frio como um museu virtual, adequado ao delírio dos corretores de imóveis. É bom e não é para todos. Pode ser perverso quando se apropria dos ícones de um local e louva estes ícones para destruí-los ou submetê-los aos interesses do mercado. O grande dilema carioca hoje é esse.

Sou, todavia, otimista, em virtude de algumas coisas que observo, especialmente na Zona Norte, onde vivo e circulo com mais frequência. As ruas estão de fato ocupadas por movimentos com uma vitalidade cultural que me surpreende e que estão sabendo dialogar com o poder público municipal e a iniciativa privada de forma soberana e cada vez mais amadurecida. Quando tomo conhecimento do trabalho do Leão Etíope, do Norte Comum, do Boi de Lucas, da Roda Cultural do Méier, do Fuzuê de Aruanda, do Samba de Benfica, do Viva Honório!, do Rap na Reta, do Guerreiros da Guia, do Loucura Suburbana, do Cidadania Black, do Lobo Guará (dentre tantos outros); lanço sobre a minha cidade um olhar esperançoso. O Rio de Janeiro tem uma dívida enorme com os seus subúrbios; as Zonas Norte e Oeste: a potência criadora da cidade hoje pulsa vigorosamente por essas bandas.

Por outro lado, admito o meu receio em relação ao discurso identitário do carioca cordial. O seu arcabouço nos impele a vestir a fantasia do mito, como clientes satisfeitos de um futebol-produto, de um bairro-playground, de uma cidade-condomínio, de um jogo-espetáculo. Temo por um futuro em que, vestidos com a carapuça do mito, aplaudiremos apenas como platéia a simulacros festivos do que não é mais o nosso pertencimento; seduzidos pelas fanfarras alegres do nosso próprio - e lindíssimo - velório.

Há que se refletir sobre isso nesses tempos de efemérides. Nós somos uma cidade, na mesma proporção, de flor e faca e temos que ousar pensá-la, também, a partir da voz, do grito ou do canto de quem está na rua.

HOMENAGEM AO VITO GIANNOTTI

Comunicação Sindical: falar para milhões

- Claudia Santiago - NPC
- Carlos Campos - STIU
- Clóvis Nascimento - Fisenge/RJ
- Amigos de todo Brasil
- Herbert Claros - Metalúrgicos São José

Comunicação Sindical: a arte de falar para milhões

• **Claudia Santiago Giannotti** – Jornalista, professora de História e coordenadora do Núcleo Piratininga de Comunicação

Quando se fala em comunicação sindical é preciso saber que se está falando de política. Do resultado de decisões políticas. A Comunicação determinada e realizada por um sindicato depende da concepção política da direção do mesmo. Ela é parte da prática sindical, que é fruto da concepção.

Se o Sindicato tem uma política que se preocupa apenas com os interesses imediatos dos trabalhadores, a comunicação vai refletir isso. Mas, se o Sindicato tem no horizonte, além dos interesses imediatos, os interesses históricos da classe trabalhadora, estaremos falando de uma comunicação com interesses mais amplos e transformadores.

Transformadora no sentido que objetiva transformar homens e mulheres em indivíduos novos, livres das amarras do pensamento hegemônico, o capitalista. Uma comunicação que pretende combater como um Davi frente a um Golias, como os vietcongs frente às armas estadunidenses, as ideias liberais, neoliberais e conservadoras que são despejadas durante 24 horas por dia sobre leitores, espectadores e ouvintes da mídia da burguesia nacional e internacional.

Há ainda outro tipo de Sindicato. São aqueles que fazem parte do sistema, atuam para mantê-lo e dele se beneficiam. Nestes casos, a comunicação é usada para fortalecer esses objetivos, ou é inexistente.

Os sindicatos de esquerda

Aqui vamos tratar dos sindicatos que são dirigidos por pessoas comprometidas com os interesses históricos da classe trabalhadora. Alguns têm esse princípio até em seus estatutos. É o caso do Sindicato dos Comerciários de Fortaleza, que no artigo 8º do seu estatuto diz:

Seção II Princípios e Objetivos

Artigo 8º – O Sindicato dos Empregados no Comércio de Fortaleza é uma entidade sindical independente, de caráter classista, autônomo e democrático, que tem como princípio básico o compromisso com a defesa dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores e trabalhadoras comerciários de Fortaleza, e da classe trabalhadora em geral, especialmente no que concerne à sua luta por melhores condições de vida e de trabalho, bem como por um sistema econômico que tenha como princípio fundamental o valor do trabalho, tendo, portanto, a classe trabalhadora como protagonista fundamental.

Esses Sindicatos organizam a classe para a luta por manutenção de direitos ameaçados em tempos neoliberais e para a conquista de novos direitos. Mas não só. Ao contrário daqueles que querem a manutenção do atual sistema hegemônico, eles explicam para os trabalhadores que a retirada de direitos, o corte de vagas, a precarização dos serviços públicos, são medidas orquestradas internacionalmente por mecanismos invisíveis aos olhos da maioria, e seguidas à risca pela quase totalidade dos governantes do mundo.

Fazer uma comunicação com objetivos tão pretenciosos e elevados exige muita especialização.

A grande massa de trabalhadores, como já dissemos, se informa pelos meios de comunicação da classe que é sua inimiga historicamente, a burguesia. Esse povo está acostu-

mado, para não dizer adestrado, pelas ideias transmitidas por jornais, revistas, programas policiais, telenovelas.

Esses veículos transmitem valores contrários aos interesses da classe trabalhadora. Fazem apologia do individualismo, da meritocracia, criminalização da pobreza e dos movimentos socais e defesa do sistema.

E são extremamente bem feitos. As revistas semanais seguem padrões estéticos mundiais e a nossa televisão (Rede Globo) é sem dúvida uma das mais atrativas do mundo. A exportação de telenovelas é um bom indicador.

As novelas brasileiras se tornaram, a partir dos anos 70, um dos principais produtos de exportação do país. A Rede Globo, por exemplo, maior produtora do gênero da América Latina, exporta suas novelas desde 1973, quando vendeu a montagem de "O Bem Amado", de Dias Gomes, para uma emissora do Uruguai. Em 1975, foi a vez da Europa começar a importar: "Gabriela Cravo e Canela", adaptação da obra de Jorge Amado. De lá pra cá, muitas produções foram vendidas para países de todas as regiões do mundo, principalmente Estados Unidos e Europa. A novela mais exportada até hoje foi Avenida Brasil, de João Emanuel Carneiro, produzida em 2012 e vendida para 104 países.

A nossa comunicação

"Um partido sem jornal é como um exército sem armas", publicou em 1875, no Japão, a edição nº 1 do Johji Shimbum. Essa frase foi repetida à exaustão pelo comunicador e educador popular, Vito Giannotti, nos últimos 20 anos nas centenas de cursos e palestras que fez no país inteiro pelo Núcleo Piratininga de Comunicação.

Giannotti pretendia convencer, e convenceu!,_ sindicalistas das várias tendências ideológicas do campo da esquerda que luta política se faz com comunicação. Era como se dissesse que um sindicato sem comunicação não serve para nada. Foi ele quem introduziu no movimento sindical brasileiro a ideia gramsciana de disputa de hegemonia.

Os sindicatos comprometidos com as transformações sociais na sociedade devem usar os vários instrumentos de comunicação para disputar a hegemonia na sociedade. Ou seja, para conquistar corações e mentes com novos valores.

A comunicação sindical é composta por um mosaico. Nele está o jornal, o rádio, o vídeo, as cartilhas, os cartazes e, obviamente, as milhares de possibilidades surgidas com a Internet.

Não é preciso usar todas. Mas pode-se usar todas. Depende com quem você quer se comunicar. Em um Sindicato de operários da Construção Civil, pouco ou nada vai adiantar uma revista pesadas com textos escritos por professores universitários. Ali a vida é rápida e muitas vezes curta. Tudo é rápido e assim precisa ser a comunicação com essas pessoas. Se o Sindicato é de docentes universitários, talvez uma revista em quadrinhos cause alguma irritação. A ideia, então, é ter uma linguagem simples, que seja compreendida por todos os que querem ler e, ao mesmo tempo, não irrite aos que passam a vida entre os livros.

O único jeito para se saber qual o melhor meio para se comunicar com a categoria é conhecê-la. Por isso, defendo que a comunicação de um sindicato deve ser produzida por um tripé composto pela direção do Sindicato, os profissionais de comunicação e os representantes de núcleos, as comissões de fábrica, enfim, pela organização no local de trabalho.

E que se deve usar a maioria dos instrumentos. Sempre com uma pauta ampla que trate dos interesses da classe e não somente da corporação. Uma comunicação que trate dos interesses imediatos e históricos dos trabalhadores. Que vá além da relação do trabalhador com seu local de trabalho e que dispute os rumos das cidades e até mesmo do país. Uma comunicação que se envolva com causas humanitárias, como a dos migrantes.

Tudo feito por profissionais de comunicação. Temos centenas, altamente qualificados e dispostos a colocar sua arte à disposição da comunicação dos trabalhadores com sua linguagem específica e sua forma de distribuição tão peculiar: de mão em mão, olho no olho e com muita conversa com os trabalhadores. Usar a língua é um excelente meio de comunicação.

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxx

- **Carlos Campos** – xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

A mídia de esquerda no combate ao conservadorismo no Brasil

• Entrevista com **Clovis Nascimento** – Presidente da Federação Interestadual Sindicato dos Engenheiros (FISENGE).

[Por Camila Marins - Jornalista FISENGE] - Profissional com mais de 40 anos de atuação no setor de saneamento ambiental, Clovis Nascimento é engenheiro civil e sanitarista pós-graduado em políticas públicas e governo e atual presidente da Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros (Fisenge) e da Caixa de Assistência dos Servidores da Cedae. Clovis também exerceu o cargo de Subsecretário de Estado de Saneamento e Recursos Hídricos do Rio de Janeiro e foi Diretor Nacional de Água e Esgotos da Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental do Ministério das Cidades do Governo Federal.

Como você vê a mídia brasileira hoje?

"Se quer ter opinião, compre um jornal", disse Assis Chateaubriand, dono do monopólio Diários Associados, entre as décadas de 1940 e 1960. Esse princípio de Chatô permeou a história dos meios de comunicação no Brasil. Isso porque a comunicação em vez de ser construída por sua função social, foi pautada pela hegemonia do capital. Desde o início, a manipulação da informação é utilizada para privilegiar anseios do mercado e da direita conservadora. Os meios de comunicação ignoram os movimentos sociais, os sindicatos e as parcelas mais oprimidas da sociedade. A mídia, hoje, nada mais é do que o reflexo da organização da sociedade brasileira alicerçada pela desigualdade e acúmulo de riqueza para alguns. Podemos contar nos dedos o número de famílias que detém os meios de comunicação no Brasil.

Quais as possibilidades de disputa nesse processo?

Primeiramente, precisamos reconhecer que houve avanços, mesmo que tímidos. Uma vitória dos movimentos sociais foi a realização da I Conferência Nacional de Comunicação, em 2009. Importantes resoluções foram deliberadas. No entanto, houve e ainda há pouca efetividade na ação prática. Precisamos fortalecer a luta pela democratização da comunicação e também ocupar os espaços que já existem, como a comunicação pública e os veículos comunitários e alternativos.

Você citou a comunicação pública. Por que ainda é tão desvalorizada na sociedade?

A comunicação pública, hoje no Brasil, é representada pela Empresa Brasil de Comunicação (EBC), responsável pelos veículos TV Brasil, TV Brasil Internacional, Rádios EBC, Agência Brasil, Radioagência Nacional e Portal EBC. Há um esforço de construção de um conjunto de mídias que disputem com a mídia privada, mas ainda há gargalos a serem enfrentados, como a afirmação da linha editorial como verdadeiramente pública e o aumento de repasse de verbas públicas. Temos nas nossas mãos uma rede de veículos, que devem ser ocupados por nós, sindicatos e movimentos sociais. O próprio Conselho Curador da EBC é um exemplo de representatividade com jovens, negros, mulheres, sindicalistas, entre outros. Precisamos disseminar mais a EBC pela sociedade, falar sobre a EBC e estimular que as pessoas tenham a comunicação pública como referência de informação. Também precisamos ocupar e fortalecer as rádios e TVs comunitárias.

A informação em vez de informar, desinforma. Como você vê essa contradição?

A mídia privada não cumpre a função social da comunicação que deveria ter como princípio primeiro a informação. Apenas com informação de qualidade teremos uma sociedade verdadeiramente democrática. Não podemos ousar falar em democracia com uma mídia que mais desinforma do que informa. O que vemos é a descarada manipulação da informação em prol de interesses pessoais. E essa é uma característica histórica no nosso Brasil, construída a partir de uma lógica personalista, como vemos na própria política. Os interesses pessoais e privados estão acima dos interesses coletivos e o nosso papel é lutar pela radicalização da democracia todos os dias.

É possível reforma política sem democratização da mídia?

Absolutamente não. Uma reforma do sistema político pressupõe a democratização dos meios de comunicação. E isso não significa censura como setores de direita alardeiam. Pelo contrário. Censura é o que vivemos hoje, pois as nossas vozes e as nossas dores não estão nos jornais. Lá reinam os lucros e a opressão. Queremos uma sociedade verdadeiramente democrática e, para isso, é imprescindível a democratização dos meios de comunicação e o acesso à informação. Até porque sabemos que nenhuma matéria e nenhum veículo é neutro. A imparcialidade é um mito.

Qual o papel da mídia alternativa?

A mídia alternativa de esquerda tem importância para trazer o contraditório. Vivemos um importante momento com as redes sociais e temos feito contraponto diante da manipulação das informações. No entanto, precisamos enfrentar o maior desafio que é a construção da nossa unidade. Precisamos unir forças e concentrar nossos esforços e nossas produções em um veículo com musculatura capaz de disputar as narrativas que estão colocadas. Vamos reverenciar o saudoso companheiro Vito Giannotti, que era defensor da unificação das nossas mídias alternativas.

Quais os principais desafios?

A dificuldade de recursos, a periodicidade e a busca pela interação coletiva são alguns dos desafios. Não é tarefa fácil, mas temos que colocar como meta a unificação das mídias alternativas. As forças da esquerda se dividem muito com diferentes enfoques e prejudica o processo de disputa frente à mídia privada. Para mudar essa história, precisamos ganhar corações e mentes, estabelecendo enfrentamentos.

Como você avalia a comunicação sindical?

Nosso universo é muito restrito e temos aberto mais a nossa comunicação e nosso diálogo com a sociedade. Temos uma história em quadrinhos, que traz como personagem principal uma engenheira, divorciada com dois filhos, a Engenheira Eugenia [www.fisenge.org.br]. Tratamos de temas do cotidiano da mulher trabalhadora e, hoje, é referência em diversas entidades no Brasil. Em breve, essa história em quadrinhos irá se transformar em um desenho animado. Temos compreendido, a cada dia, que a comunicação sindical precisa inovar em suas narrativas e formas de comunicação. Outro canal que precisamos disputar qualificadamente é a rede social. Ali, geramos debate e engajamento. Há disputa de ideias, mas também há ódio. Para vencer o ódio, precisamos de informação, coragem e debate político. Tudo aquilo que o nosso querido amigo Vito Giannotti dizia: “sair do umbigo”. Nesse sentido, o Núcleo Piratininga de Comunicação exerce papel fundamental de formação de comunicadores e dirigentes. Com esse trabalho, percebemos o quanto a comunicação é estratégica na organização de qualquer entidade. Temos uma imensa gratidão ao NPC, que sempre esteve ao nosso lado, inclusive assinando a autoria de nosso livro de memórias “Fisenge 20 anos: duas décadas de lutas e esperança”, cujo título fora dado por Giannotti. Fica a nossa eterna gratidão. Aprendemos com Vito que é preciso reorganizar forças num gesto de amor revolucionário para fortalecer nossa luta. Vito Giannotti, presente!

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxx

- **Amigos de todo brasil**– xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx xxxxxxxxxxxx

- **Herbert Claros**- xxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Televisão no Brasil hoje

- André Gavazza - RJ
- Natana Magalhães - SRJ
- Paulo Victor - Intervozes
- laurindo Lalo Leal - TV Brasil

Moendo corações e forjando mentes

• **André Gavazza**– Comunicador e aluno do Curso de Comunicação Popular do NPC.

Ainda que a chegada de novas tecnologias da informação e comunicação tenha abalado o papel até então incontestável da televisão, gerando debates acalorados sobre seu desaparecimento, a decadente e tão mal falada TV aberta ainda é o veículo mais usado como meio de informação e entretenimento no Brasil.

Tudo no que acreditamos, de que temos medo, o que desejamos, todas as nossas reações, tendências, dúvidas, certezas e inseguranças, ou seja, tudo o que somos, ou ao menos cremos ser, é fruto de um complexo emaranhado de informações a que somos expostos - a maioria das quais sem que sejamos conscientes. O meio audiovisual, do qual a televisão é ainda o maior expoente, é por excelência o modo de comunicação do ser humano contemporâneo. A TV se mostra assim uma das vias mais eficientes para a construção do olhar sobre o mundo que nos rodeia e sobre nós mesmos. Seu impacto e credibilidade fazem dela uma excelente arma de convencimento sobre o que quer que se queira.

O discurso veiculado através da TV é assimilado de maneira fluida e constante. Não é necessário, portanto, que alguém assuma a função de guru e o transmita clara e diretamente, ainda que isso ocorra eventualmente. Absolutamente tudo o que está presente na TV é parte de um mosaico de informações que reproduz sem parar valores, pontos de vista e certezas capazes de ser absorvidos pela maioria desatenta dos espectadores. Palavras soltas, as cores do cenário, a performance do apresentador, a trilha sonora, tudo "entra pelos poros" dos milhões de brasileiros expostos diariamente à televisão.

Muitos Brasis e poucas vozes

O alarmante são os interesses que se apropriaram desse poderosíssimo instrumento de construção da hegemonia. Num país tão plural quanto o Brasil, 90% do conteúdo televisivo transmitido é produzido no eixo Rio-São Paulo e as cinco principais redes de TV são responsáveis por 82,5% da audiência nacional, controlando 65% de todas as emissoras do país.

Como repetia inúmeras vezes o incansável comunicador popular Vito Giannotti, a mídia tem lado. E que lado é esse? Tomando como base os canais de TV aberta do Rio de Janeiro, que pertencem a famílias milionárias e grupos empresariais, a resposta é clara: o lado da elite, da burguesia, do patrão. Os interesses desse grupo são defendidos obedecendo a três motivações básicas: Ideológica (estrutural), comercial (material) e política (conjuntural). Essas motivações se retroalimentam, formando um circuito fechado. Os valores defendidos sedimentam o conjunto de ideias (ideologia) que legitima uma estrutura social benéfica aos interesses da burguesia em detrimento da maioria dos grupos sociais. Os grupos políticos engajados nesse projeto de sociedade garantem seu funcionamento através do acesso às instituições públicas. Os parceiros comerciais também pertencem ao seleto grupo de beneficiários dessa estrutura social e financiam esse mecanismo através de anúncios publicitários e investimentos em campanhas e projetos dos grupos políticos.

Esses três atores (mídia corporativa, políticos conservadores e grupos empresariais) fazem parte do "clubinho" exclusivo que determina a informação que vamos ver, ler e ouvir.

Ocupar, catequizar, cativar

O que as emissoras de TV do "clubinho" nos mostram? Ao sintonizar em qualquer dos seis canais comerciais abertos da cidade do Rio de Janeiro (exceção feita à TV Brasil, pública e que destoa dos canais comerciais), o que "entra pelos nossos poros"? Entra o negro suspeito, bandido, traficante da segunda edição do RJTV. Entra o jovem ladrão e infrator do Bom Dia Brasil. Entra o jovem assassino irrecuperável do Brasil Urgente. E o que sai pela nossa boca, nossos textos inflamados nas redes sociais e nossa reação pública frente às mais diversas situações de injustiça? Sai o apoio ao extermínio da juventude negra, sob o pretexto da "guerra às drogas". Sai a defesa da redução da idade penal, sob o pretexto da defesa do "cidadão de bem". Entra a tolerância à violência contra a mulher do programa Casos de Família. Sai o repúdio à tipificação do crime de feminicídio. Entra a defesa do casamento e a imposição do modelo tradicional burguês de família da novela Os Dez Mandamentos, do Desmanche Espiritual e do programa Casos de Família. Sai o apoio e possível aprovação do Estatuto da Família. Entra a ridicularização do transgênero do Programa da Eliana. Sai a transfobia.

O que é repetido na telinha, qualquer que seja a faixa de horário, emissora comercial ou gênero do programa, não foge do que há de mais conservador no senso comum. A negação da política como instrumento de luta popular, o apagamento ou distorção da figura do homoafetivo e do transgênero, a completa ausência do indígena e a existência tímida e negativa dos movimentos sociais nos ajudam, na melhor das hipóteses, a manter as coisas como estão. Na pior, nos levam ao retrocesso. Enquanto a telenovela nos mostrar que não existe luta de classes, mas apenas pessoas boas e más, o telejornalismo nos informar que movimentos sociais são um estorvo para os que querem trabalhar e que encontrar a vocação profissional é a solução para uma vida digna e feliz, será ainda mais complicado termos um povo organizado e mobilizado para lutar pelos seus interesses. Enquanto os programas vespertinos culparem a mulher pela violência que sofrem e os pastores indicarem limpeza espiritual para tratar de mazelas típicas de uma vida precária, será improvável que os vitimados entendam a natureza estrutural do que os aflige.

Não é de se esperar que os "barões da mídia" e seus parceiros protagonizem uma revolução nos meios de comunicação. Muito pelo contrário. A medir pela reação ao Marco Civil da Internet e à Lei 12.485 (lei da TV paga), é nítido que para o "clubinho" é preciso atrasar o futuro até que eles possam se apropriar completamente dele. Somos nós, trabalhadores, militantes, comunicadores populares, acadêmicos e políticos engajados na bandeira da democratização dos meios de comunicação que devemos ocupar esse lugar.

Racismo e mídia - presença e ausência do negro na TV brasileira

• **Natana Magalhães** – Professora de História e desenvolve trabalhos como arte-educadora, na área da educação antirracista e popular e é vocalista do grupo Som de Preta.

"Comunicar, expressar, se manifestar contra os meios de alienação, construir outras formas de comunicação, se apropriar da informação caminhando na contramão da burguesia que financia o racismo, o machismo, o alicerce do capitalismo, que manipula a massa e cria o consumidor e faz a cabeça do eleitor."
(Trecho da música Antimperiomidiático - O Levante)*

Certa vez, numa reunião entre mulheres negras militantes de diversos lugares do país, onde criticava-se veementemente às mídias hegemônicas e a forma como nós éramos representadas nelas, ouvi a frase: "nós somos espectadoras da nossa ausência". Fiquei com isso na cabeça e, imediatamente, comecei a refletir sobre presença e ausência do negro nesses espaços – sabidamente - formatados aos moldes ocidentais e controlados por famílias brancas, brancocêntricas, que compõem a pequena elite no Brasil.

Levamos em consideração que a mídia não se constitui estanque ao contexto em que se insere. Ao contrário, a estrutura midiática é resultado e reflexo das relações sociais. Mais de 350 de escravidão, onde uma parcela de homens e mulheres (negros e indígenas) tiveram sua humanidade posta em cheque; um país que teve o maior porto de escravizados e escravizadas do mundo e que, atualmente, como resultado de uma política secular de Estado racista, tem os piores indicadores sociais relacionados à população negra demonstrados por dados estatísticos dos mais variados campos. Ressalta-se aqui a mortalidade de jovens negros, que representam 70% dos alvos de homicídio e morrem mais que o dobro do que outros grupos raciais.[1]

Nós negros, sobretudo a militância, sabemos que o contexto é de muito ódio anti-negro, intolerância, racismo declarados e proliferação de grupos fascistas nos grandes centros. A sociedade não poupa em destilar seu veneno racista aos poucos profissionais negros na tv. Poderia ficar horas citando exemplos. São cotidianos, repetíveis, angustiantes.

Em 2014, nos deparamos com o caso de ódio voltado para a repórter especial do SBT, Joyce Ribeiro, que recebeu a seguinte frase na página do facebook da emissora, em dezembro de 2014: "Esta negra chata, vesga, gaguejando, na bancada do jornal é deprimente, fora Joice Sebastiana crioula, volta para o tronco", por uma usuária de nome Simone Hidalgo[2]. No mesmo mês ocorrido, o dono da empresa, Silvio Santos Abravanel, fez uma piada racista direcionada a uma atriz de 11 anos que trabalhava na novela Chiquititas, em que todos seus colegas riram no momento e isso foi transmitido em rede nacional e viralizado nas redes sociais. A assessoria do empresário fez um pronunciamento dizendo que as pessoas deveriam ter mais senso de humor, pois tratou-se de uma brincadeira direcionada ao penteado da menina. Em julho deste ano, a jornalista Maria Julia Coutinho, funcionária da Rede Globo, sofreu ataques com xingamentos racistas de inúmeras pes-

* Ver https://www.youtube.com/watch?v=bFrl2RDkpjU

1 Dados disponíveis em: http://www.ipea.gov.br/agencia/images/stories/PDFs/politicas_sociais/bps_20_cap08.pdf

2 Ver http://www.cartacapital.com.br/blogs/midiatico/jornalista-joyce-ribeiro-do-sbt-e-vitima-de-racismo-na-internet-2444.html

soas no facebook. Comissões de jornalistas pela igualdade racial assinaram nota de repúdio ao ocorrido, além de prestarem solidariedade, e a Federação Nacional dos Jornalistas (Fenaj) exigiu compromisso da mídia no combate ao racismo. [3] Antirracistas de todo o país se engajaram e criaram a campanha nas redes, chamada 'Somos todos Maju'. Ainda na década de 80, a atriz Zezé Motta contracenou com o ator Marcos Paulo e a TV exibiu seu primeiro beijo inter-racial. À época revistas soltavam notas com opiniões do público que chegaram a perguntar se o ator precisava tanto assim de dinheiro para se sujeitar a beijar uma negra feia. O fato fez a atriz entrar em depressão.[4]

Nas últimas décadas, vêm ganhando destaque alguns trabalhos realizados por pesquisadores, intelectuais ativistas dos movimentos sociais negros, com atenção direcionada a assuntos perpassados pelo racismo na mídia. Irei pinçar apenas algumas dessas pessoas que se dedicam a pensar sobre a maneira como o sujeito negro vem sendo representado nas mídias, num país constituído a partir de um ideário racista.

Ainda na década de 80, a antropóloga, professora universitária e militante do movimento negro Lélia González, nos alertava para a dupla opressão do racismo e sexismo a que são submetidas mulheres negras e do impacto dessas opressões tanto nas relações de trabalho das atrizes negras, bem como na estrutura da mídia.

A partir de um enfoque de gênero, Lélia tece a crítica sobre como é percebida a mulher negra na sociedade brasileira a partir de dois eixos estruturantes e suas dimensões simbólicas - onde o racismo se constitui como um sintoma que caracteriza a neurose cultural brasileira e o sexismo se manifesta a partir de três noções que, referidas à mesma origem, são invocadas para definir a mulher negra a depender do contexto em que somos percebidas: mulata, doméstica e mãe preta (GONZÁLEZ, 1983: 223,224).

Joel Zito nos aponta uma 'estética do branqueamento' na mídia brasileira e quando pesquisa telenovelas exibidas num período de 20 anos, verifica que em 1/3 delas não apareciam pessoas negras nem mesmo como figurantes e que no restante, os outros 2/3, 90% das pessoas negras apareciam sob a representação de feios, jagunços, bandidos, malandros e em situação de subalternidade[5]. Para além disso, o autor analisa a consequência dessas representações nos processos de construção de identidades no Brasil. O lugar da subalternidade ainda é comum a personagens negros de telenovelas mais recentes, como podemos perceber com a personagem Helena (primeira Helena negra de Manoel Carlos), encenada por Taís Araújo, que protagonizou uma cena emblemática na qual pedia pra ser esbofeteada de joelhos por Tereza, uma mulher branca, personagem da atriz Lilia Cabral, na novela Viver a Vida, exibida pela Rede Globo.

A presença do negro na televisão é minoritária em programas de entretenimento, telenovelas, seriados, reality shows, e também no quadro de profissionais. Negros são minoria como telejornalistas, tendo essa quase ausência questionada a todo momento por profissionais da área. Entretanto, o corpo negro tem presença é massiva no noticiário recente que mistura um pretenso humor com situações de violência cotidiana e criminalidade. São exemplos dessa afirmação programas como Balanço Geral, Cidade Alerta, ambos veiculados pela TV Record do bispo evangélico Macedo.

Nesses programas, situações de roubo, furtos, prisões são narradas como um grande espetáculo que tem como principais protagonistas supostos bandidos que são expostos, recebem xingamentos do apresentador e já no programa são sentenciados pelo apresentador. Regiões que são quase que completamente invisibilizadas, como as periferias e favelas, nesse momento, aparecem a todo o tempo como cenário principal.

No programa Cidade Alerta RJ que foi ao ar no dia 3 de abril de 2015, expuseram o caso do menino Eduardo, morto por policiais, no Complexo do Alemão e tinha 10 anos de idade. A criança foi a quarta vítima de assassinato naquele local, num período de 24 horas. A mãe e o pai do menino, ainda muito abatidos, começaram a contar a história que a todo o

3 Nota da Federação Nacional dos Jornalista aos ataques sofridos pela Jornalista Maria Julia Coutinho. http://www.fenaj.org.br/materia.php?id=4372

4 Ver http://gshow.globo.com/programas/na-moral/O-Programa/noticia/2014/07/na-adolescencia-passei-por-processo-de-embranquecimento-diz-zeze-motta.html

5 Joel Zito apresenta seminário intitulado 'Por uma Estética da Diversidade'. Ver: *https://www.youtube.com/watch?v=x7egWJaKYz4*

tempo era interrompida pelo entrevistador com aquelas apelações de câmera aproximada... O apresentador pergunta: "agora, Dona Teresinha, me responde um negócio - é uma pergunta dolorosa - mas, eu tenho que fazer aqui... o seu filho era envolvido com traficantes, ele tinha a vida errada, como era a vida do seu filho? (sic) Em seguida, a mãe de Eduardo começa a dar inúmeras informações sobre o cotidiano da criança, nega qualquer tipo de relação da criança com "o tráfico". Então, entrega um documento de um curso que o menino iria começar no bairro da Tijuca, como uma necessária justificativa a uma abordagem imposta pelo entrevistador, muito recorrente nos inúmeros programas com o mesmo formato, que busca naturalizar e/ou tornar aceitável ou justificável a morte de jovens supostamente atrelados à comercialização de drogas. No decorrer da entrevista, com uma música instrumental melancólica de fundo, o pai da criança exibe a carteira de identidade assinada, o que comprova que é um trabalhador, em contraponto ao que o policial teria dito no momento seguinte a morte de Eduardo, de que ele não passava de um vagabundo.

A mídia branca e brancocêntrica, ao produzir e perpetuar a desumanização do contingente social negro, potencializa e naturaliza o genocídio dessa população. É constante a associação do negro como "maldoso", "perigoso", "criminoso em potencial", "sujo", "marginal". Podemos observar o que nos diz Rosane Borges:

> "se o outro é definido a partir da óptica de um mesmo hegemônico, o ocidental e branco, identificado, pela sua "capacidade para as ciências, para o amor, para a política e para as artes" [...] e se esse mesmo ascende à categoria de símbolo (do que é ser humano), pelo seu caráter de generalização, tudo o que entre em confronto com o mesmo será identificado como o outro e será negado em – e por – sua diferença. (BORGES, 2012: 54)

O negro inerte, jocoso, que causa medo, ojeriza, estranhamento, repulsa e tantos estigmas que passam pelo exotismo, atraso e são associados à cor e fenótipos que se ligam diretamente à condição social, aparece na programação diária nesse modelo que vem ganhando cada vez mais espaço e apelo público. Nota-se que o sujeito negro está sendo, mais uma vez, cimentado em determinados lugares sociais.

Vale evidenciar que, o racismo dentro e fora das mídias não é algo específico do Brasil. Grada Kilomba aponta que basta fazer um breve passeio pelas ruas na Europa e se deparar a todo o momento com imagens de propagandas, em que as pessoas negras estarão em situação de dependência, criminalidade, exotismo, desamparo.[6] Para a autora, esses signos que se reproduzem são estruturados pelas relações de poder alicerçadas na ideologia branca colonizadora.

No Brasil, as mídias hegemônicas demonstram o quão falaciosa é a afirmação de orgulho da mistura de raças. Uma das vozes que proclamam uma suposta democracia é a do jornalista Ali Kamel, o mesmo que publicou uma espécie de elogio ao cinismo intitulado 'Não Somos Racistas: uma reação aos que querem nos transformar numa nação bicolor'. [7] O discurso da democracia racial vem servindo como uma cortina de fumaça para esconder os conflitos raciais nesta sociedade e continuar mantendo o poder das elites. A negação funciona como uma blindagem aos grupos que não têm interesse algum por transformação ou avanço no campo dos direitos civis.

No entanto, em contraponto a tudo isso, cada vez mais a mídia vêm sendo questionada pelos movimentos sociais negros. Muitos grupos vêm criando rebatimentos, críticas, manifestos, escrachos. Esses questionamentos compõem um quadro de lutas de resistência como instrumento de insurreição ao assujeitamento. Dentre uma bela constelação de movimentações e manifestações, podemos citar algumas recentes que são a campanha "Não me vejo. Não compro!" e o debate "Arte e a Sociedade: a Representação

6 Ver https://www.youtube.com/watch?v=DdpUFybJddc

7 Livro que faz uma defesa contra as cotas raciais, pois o autor defende que não existe racismo no Brasil. Este mesmo indivíduo é diretor de jornalismo da Rede Globo, um dos principais alvos da crítica e, muitas vezes, do repúdio de negros e negras que reagem dizendo que os produtores simbólicos precisam ser responsabilizados pelos significados que difundem através das imagens pejorativas amalgamadas à essa população. Kamel, é diretor geral de jornalismo e esportes da empresa que teve o primeiro (e único) apresentador negro no Jornal Nacional, apenas no ano de 2002. De acordo com o IBGE, 54% da população se declarou negra no último censo, e, portanto, há uma desproporção inexplicável e escandalosa entre o perfil racial da população brasileira e a equipe profissional.

do Negro" que o Itaú Cultural se viu compelido a realizar a partir da pressão impulsionada através do facebook[8]. Também tem tido grande importância e ampliação, a afirmação de uma estética negra, sobretudo, entre as juventudes negras de várias idades pelo Brasil, sobretudo, através das redes sociais.

Diante desse cenário, é importante que os setores contra hegemônicos estejam sensíveis às discussões sobre racismo. Jornalistas sindicais, populares e comunitários devem abordar o tema em suas matérias, vídeos, eventos. As mídias populares devem se auto-avaliar sobre como e se estão cooperando para a luta antirracista num país majoritariamente negro, onde esta parcela da população é a mais atingida pelas desigualdades. Novas representações de negros e negras são imprescindíveis para que olhemos para nós não mais a partir da perspectiva do outro, o opressor.

São João de Meriti, novembro de 2015.

BIBLIOGRAFIA

BORGES, Rosane. **Mídia, racismos e representações do outro.** In: BORGES, Roberto Carlos da Silva; BORGES, Rosane (Orgs). ***Mídia e racismo.*** Petrópolis, RJ : DP et Alii ; Brasília, DF : ABPN, 2012. 248p. (Coleção Negras e Negros: Pesquisa e Debates).

GONZALEZ, Lélia. **Racismo e sexismo na Cultura Brasileira**. In: SILVA, L. *A. Movimentos sociais* urbanos, minorias étnicas e outros estudos. Brasília: ANPOCS, Cap. 3, 1983. (Ciências Sociais Hoje, 2)

LOPES, Nei. **Enciclopédia da Diáspora Africana**. São Paulo: Selo Negro, 2004.

ARAÚJO, Joel Zito Almeida. **A negação do Brasil.** O negro na história da telenovela

brasileira. São Paulo: SENAC, 2000. 323p.

KILOMBA, Grada. **Plantations Memories: Episodes of Everyday Racism**. Budapeste: UNREST-Verlag, 2010.

8 O debate aconteceu como resultado da mobilização da ativista e blogueira negra Stéfane sobre "A Mulher do Trem", da Cia. Os Fofos Encenam, cancelada após a forte mobilização nas redes sociais contra o uso da prática "blackface".

Televisão, Estado e Direitos Humanos no Brasil: apontamentos

• **Paulo Victor** – Jornalista, doutorando em Comunicação e Política na Universidade Federal da Bahia e integrante do Intervozes – Coletivo Brasil de Comunicação.

A íntima relação entre Estado e meios de comunicação se constitui numa das articulações menos democráticas e transparentes da história brasileira. Uma análise breve sobre as políticas públicas de comunicação revela que o setor de rádio e televisão em nosso país se consolidou ao longo do tempo como fruto de acordos e negociações entre agentes públicos e empresários, com raros momentos em que a sociedade civil não foi ignorada.

Nessa relação, privilegiou-se sempre a comunicação como um negócio e como moeda de troca política e econômica em detrimento da garantia do direito da população à comunicação.

Um marco considerado histórico dessas relações é o Código Brasileiro de Telecomunicações (CBT), promulgado em 1962. Naquele mesmo ano, foi fundada, não por coincidência, a Associação Brasileira de Emissoras de Rádio e Televisão (ABERT), atualmente liderada pelo Grupo Globo. Para ficar em apenas um exemplo, à época, o então presidente João Goulart vetou inúmeros artigos do CBT que favoreciam a iniciativa privada. Porém, numa única sessão do Congresso, sob o olhar vigilante da ABERT, todos os vetos presidenciais foram derrubados.

Outro capítulo dessa história pouco conhecida se desenvolveu durante a Ditadura Militar, quando parte expressiva dos meios de comunicação privado-comerciais, com destaque para o Grupo Globo, atuou como instrumento de legitimação cultural, econômica e política do regime autoritário.

Exemplar neste sentido foi o editorial do jornal impresso O Globo, do dia 2 de abril de 1964, apenas um dia após o Golpe, intitulado "Ressurge a Democracia". No editorial dizia-se: *"Vive a Nação dias gloriosos. Porque souberam unir-se todos os patriotas, independentemente de vinculações políticas, simpatias ou opinião sobre problemas isolados, para salvar o que é essencial: a democracia, a lei e a ordem. Graças à decisão e ao heroísmo das Forças Armadas, que obedientes a seus chefes demonstraram a falta de visão dos que tentavam destruir a hierarquia e a disciplina, o Brasil livrou-se do Governo irresponsável, que insistia em arrastá-lo para rumos contrários à sua vocação e tradições" (O GLOBO, 1964).*

Outro posicionamento favorável do Grupo Globo à Ditadura Militar aconteceu já às vésperas do fim do regime, quando, em 7 de outubro de 1984, o então presidente do grupo empresarial publicou o texto "Julgamento da Revolução". No artigo, fica visível o apoio da Globo ao regime ditatorial, chamado por Roberto Marinho de "revolução". "Participamos da Revolução de 1964, identificados com os anseios nacionais de preservação das instituições democráticas, ameaçadas pela radicalização ideológica, greves, desordem social e corrupção generalizada. Quando a nossa redação foi invadida por tropas anti-revolucionárias, mantivemo-nos firmes e nossa posição. Prosseguimos apoiando o movimento vitorioso desde os primeiros momentos de correção de rumos até o atual processo de abertura, que se deverá consolidar com a posse do novo presidente. Temos permanecidos fiéis aos seus objetivos, embora conflitando em várias oportunidades com aqueles que pretenderam assumir o controle

do processo revolucionário, esquecendo-se de que os acontecimentos se iniciaram, como reconheceu o Marechal Costa e Silva, "por exigência inelutável do povo brasileiro". Sem o povo não haveria revolução, mas apenas um 'pronunciamento" ou "golpe" com o qual não estaríamos solidários" (O GLOBO, 1984).

Mas essa história de beneficiamento mútuo entre Estado e meios de comunicação não se encerrou com o fim do regime militar. Pelo contrário. Após o restabelecimento da democracia, o terreno construído pela articulação entre poder político e poder midiático apenas se consolidou.

Autores como Capparelli (1982) e Jambeiro (2002) já tornaram público em pesquisas acadêmicas que apenas no Governo Sarney 418 concessões de rádio e televisão foram negociadas em troca de votos favoráveis no Congresso Nacional. E mais: o próprio Sarney e o seu Ministro das Comunicações, Antonio Carlos Magalhães, se perpetuaram na política nacional em grande medida a partir do controle de emissoras de radiodifusão.

Como consequência dessa história, mais de 270 políticos que exercem cargos atualmente têm relação direta com a propriedade de rádio e televisão, desrespeitando inclusive a Constituição Federal de 1988 que, em seu artigo 54, estabelece que: "Os deputados e senadores não poderão, desde a expedição do diploma, "firmar ou manter contrato com pessoa jurídica de direito público, autarquia, empresa pública, sociedade de economia mista ou empresa concessionária de serviço público".

Falando em Constituição de 88, a ausência de regulamentação dos artigos sobre a Comunicação nela previstos tem também como causa o poder dos empresários de rádio e televisão do nosso país. Alguns desses artigos são o 221, que determina que a produção e a programação das emissoras de rádio e TV devem atender ao princípio da regionalização da produção cultural, artística e jornalística, e o 223, que prevê que o sistema de comunicação brasileiro deve se organizar respeitando a complementaridade entre os modelos público, privado e estatal. Com isso, mais de 25 anos após a promulgação da Constituição, o setor de rádio e TV permanece como um espaço privilegiado para poucos grupos familiares, econômicos e políticos.

Violação de Direitos

Além desses exemplos mais objetivos e diretos, o papel cumprido pela mídia privado-comercial na propagação de valores e opiniões e na relação com os direitos humanos demonstra também uma relação antidemocrática entre Estado e meios de comunicação.

Assistida cotidianamente por 94% da população, segundo pesquisa da Fundação Perseu Abramo, a televisão brasileira tem como um dos seus pilares justamente a propagação de conteúdos que violam direitos de mulheres, jovens, idosos, negros e negras, indígenas, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência e população LGBT. Dois formatos são emblemáticos nesse sentido: os programas de auditório que exploram conflitos pessoais e abusam da exposição das mazelas de pessoas em situação de vulnerabilidade psicológica e social; e os programas policialescos, que, com base no discurso de ódio e do preconceito, incitam o crime e a violência, criminalizam a pobreza, invadem domicílios e desrespeitam, de todas as formas, a dignidade humana.

Soma-se a esse cenário comentaristas e apresentadores que, utilizando-se de espaços públicos (é sempre importante lembrar que rádio e televisão são concessões públicas), estimulam a "justiça com as próprias mãos" como saída para resolução dos conflitos sociais, comemoram ao vivo o extermínio da juventude negra e defendem a redução da maioridade penal. Exemplos não faltam: José Luiz Datena, Marcelo Rezende, Rachel Sheherazade, Luiz Carlos Prates e tantos outros pelo país afora.

Por isso, não se trata de exagero, mas de uma realidade, estabelecer uma relação direta entre esses conteúdos da televisão e o extermínio da juventude negra e pobre ou entre as opiniões emitidas por essas emissoras e comentaristas e, por exemplo, a defesa da redução da idade penal e da revogação do Estatuto do Desarmamento.

Pesquisa recente realizada pela ANDI – Comunicação e Direitos, com colaboração do Intervozes e da Artigo 19, que realizou o monitoramento de programas policialescos de rádio e TV de várias partes do país, chegou ao seguinte dado: em média, 1.936 violações de direitos são cometidas em um mês por apenas 30 programas de rádio e TV no Brasil.

As violações são dos mais variados tipos, como desrespeito à presunção de inocência; incitação ao crime e à violência; incitação à desobediência às leis ou às decisões judiciais; exposição indevida de pessoas e de famílias; discurso de ódio e preconceito de raça, cor, etnia, religião, condição socioeconômica, orientação sexual ou procedência nacional; identificação de adolescentes em conflito com a lei; violação do direito ao silêncio; tortura psicológica e tratamento desumano ou degradante.

A pesquisa identificou também que 19 dispositivos legais foram violados, sendo 12 marcos legais brasileiros e 7 multilaterais, além de instrumentos de autorregulação e outros parâmetros normativos orientadores do campo da comunicação.

E cabe frisar: essa realidade de permanente violação de direitos humanos pelos meios de comunicação tem como aliadas a omissão e a conivência do Estado brasileiro. Omissão e conivência que são verificadas, por exemplo, no fato do Ministério das Comunicações quase não se manifestar diante das constantes violações ou no fato da legislação estabelecer R$ 89 mil como valor máximo para pagamento de multas pelas emissoras que violem direitos, uma cifra irrisória para as principais redes de TV do país.

Portanto, aos que desejam construir um país verdadeiramente democrático, com igualdade e justiça social, é urgente a tarefa de ampliação do coro pela democratização dos meios de comunicação, denunciando o papel de violadora de direitos humanos da televisão privado-comercial e anunciando a necessidade de uma mídia que garanta a diversidade e o pluralismo de vozes, cores e ideias existentes em nossa sociedade.

A comunicação pública no Brasil

• **Laurindo Leal Filho** – Jornalista e sociólogo, professor da Escola de Comunicação da USP.

A comunicação pública tem sido discutida no Brasil com maior vigor nos anos mais recentes, resultado da criação por parte do governo federal da Empresa Brasil de Comunicação, no final de 2007. A referência central do debate é o dispositivo da Constituição de 1988 que determinou a existência no país desse modelo de radio e teledifusão, ao lado do privado e do estatal.

A falta de maior precisão do que seria o modelo público deu margens a interpretações que beiram o irrealismo, como se ele pudesse ser implantado e gerido sem qualquer vínculo com o Estado e imune às contradições sócio-econômicas existentes na sociedade neste momento histórico.

Nesse sentido, deve-se analisar a comunicação pública no contexto da disputa sobre o papel do Estado nas sociedades contemporâneas. Entre a defesa de um Estado mínimo, garantidor apenas do funcionamento estável do mercado ou de um Estado democrático com forte presença na regulação econômica e no ordenamento social, nos moldes dos Estados de Bem-Estar Social fundados na Europa após a 2ª guerra mundial.

É importante deixar isso claro já que não é possível discutir o papel de qualquer variante da comunicação social sem entender em que tipo de Estado ela está inserida. Em se tratando de comunicação pública a questão é mais aguda já que em última instância ela depende de algum tipo de impulsão dos gestores do Estado. Se a opção for pelo Estado mínimo está condenada ao desaparecimento ou na melhor das hipóteses a um papel residual, muitas vezes apenas para dar conta de dispositivos legais, transformando-se em porta-voz do governo. Se a saúde, a educação e a previdência, entre outras políticas públicas, são desprezíveis nesse tipo de Estado, o que se esperar de uma possível atenção à comunicação pública.

Dito isso, cabe discutir esse tipo de comunicação nos limites de uma política de Estado de amplo espectro social, compromissada com a observância dos direitos humanos fundamentais, neles incluídos o direito à comunicação (Fischer, 1984) do qual a comunicação pública é parte estruturante. É em torno de sua centralidade que se desenvolvem as formas estatais de caráter público, as privadas prestadoras de serviços públicos e as privadas, sem fins comerciais, voltadas para o atendimento de demandas comunitárias.

Todas, independente da titularidade que tenham, são concessões do poder público destinadas a prestar um tipo determinado de serviço à sociedade que deve ter em seu poder mecanismos capazes de acompanhar, avaliar e julgar a qualidade desse serviço, como se faz com qualquer outro tipo de concessão pública. Portanto, nesse ponto os três modelos se igualam, ou deveriam se igualar. Não há porque a comunicação estatal ficar imune ao crivo da sociedade numa democracia que deve ter transparência como um dos seus pilares básicos de sustentação.

O mesmo ocorre com o sistema privado, cujas concessões periódicas, de dez anos para o rádio e quinze para a televisão, deveriam ser submetidas a avaliações constantes a respeito do tipo e da qualidade do serviço prestado. Não vale aqui o argumento de que são livres para operar no mercado de forma absoluta. Têm esse direito na busca pelo financiamento oriundo da publicidade mas o seu conteúdo deve igualmente passar pelo crivo social.

Nesses dois modelos portanto a presença do Estado é fundamental. No governamental ao se apresentar de forma transparente para a sociedade. No comercial operando sob mecanismos públicos capazes de fazer valer nos seus conteúdos os interesses mais amplos da sociedade, balizados pelo dispositivo

constitucional que determina a priorização de objetivos culturais, educativos e informativos (CF, 1988).

Em ambos, como se vê, está presente o controle público impulsionado pelo Estado. O mesmo deve ocorrer com a comunicação pública lato senso, em grau ainda maior. Seu controle social deve ser garantido por uma autonomia em relação aos governos sem no entanto deixar de lembrar que a titularidade sobre ela é do Estado. O grau de independência do veículo de comunicação em relação a ele será dado por uma maior ou menor participação da sociedade nos seus órgãos de gestão.

Realizada essa caracterização geral cabe observar como os modelos institucionais refletem-se e muitas vezes determinam as características dos conteúdos veiculados, introduzindo uma outra variável antes mencionada: o contexto sócio-econômico em que essas práticas são realizadas. A premissa para as considerações que se seguem é que a comunicação é sempre partidária, já que não há comunicação que não tome partido, seja ela pessoal, face-a-face, ou mediada por qualquer tipo de tecnologia.

Isso pode ser percebido nos três modelos aqui descritos da seguinte forma: no estatal o comunicador busca levar à sociedade as ações governamentais a partir do seu ponto de vista podendo ou não debatê-lo com outras esferas da sociedade. Em países como o Brasil, onde a mídia comercial é altamente concentrada e homogênea ideologicamente, a comunicação direta dos governos populares com os cidadãos é totalmente justificável. É inconcebível que um gestor público, respaldado pelas urnas, tenha que submeter suas mensagens à sociedade ao crivo dos empresários da comunicação, assumidos adversários políticos.

No modelo privado o conteúdo é determinado pela audiência entendida como o número de pessoas que optam por uma das programações oferecidas pelas emissoras. É preciso destacar que audiência não corresponde a apoio ou adesão ao que é assistido. É simplesmente uma escolha dentro dos limites de oferta dados pelo mercado, embora isso seja invariavelmente camuflado. No "Príncipe Eletrônico", um texto clássico de Otavio Ianni, o sociólogo dizia "o que singulariza a grande corporação da mídia é que ela realiza limpidamente a metamorfose da mercadoria em ideologia, do mercado em democracia, do consumismo em cidadania" (Ianni, 2003)

Ao modelo público cabe a exibição de um conteúdo alternativo, complementar aos dois outros modelos o que também é determinado pela Constituição Federal. O problema é que muitas vezes essa complementaridade é entendida como uma forma de subordinação aos demais modelos, restando à comunicação pública oferecer conteúdos desprezados especialmente pelos meios comerciais. Não é esse o papel da comunicação pública. Ao contrário cabe a ela oferecer conteúdos mais abrangentes do que aqueles oferecidos pela comunicação estatal e pela comercial. O rádio e as TVs públicas tem a obrigação de incorporar mensagens governamentais, exibir formas e conteúdos comuns às emissoras comerciais e, o mais importante, ampliá-los segundo os interesses e as demandas da maioria da sociedade. Como aferir isso? Através de mecanismos de consulta, os mais precisos possíveis, operados igualmente com a maior freqüência possível. É o que chamo de sensores (com S) fundamentais para que a comunicação pública atenda os mais amplos segmentos da sociedade. (1)

A prática nacional

No Brasil a história da comunicação pública é incipiente. Em 2007 tive a oportunidade de apresentar um trabalho na reunião da Compos, realizada em Curitiba, onde falava de nosso "vazio histórico" nesse área (Compos, 2007). Lembrei as origens de nossa radiodifusão, de caráter público, mas em pouco tempo ofuscado pela ascensão e hegemonia do modelo comercial.

De lá para cá a situação mudou mas não muito. O marco mais importante nesse período foi a consolidação da Empresa Brasil de Comunicação (EBC), ampliando o debate em torno da comunicação pública no país. As vozes contrárias, amplificadas pela mídia comercial serviram, ainda que pelo viés negativo, para revelar a possibilida-

de da existência de um outro modelo de comunicação, consagrado na Europa ocidental mas praticamente desconhecido no Brasil.

No entanto, se a criação da EBC deu alento ao debate sobre o modelo público de comunicação, a sua concretização prática ainda se ressente de uma realização plena. O não atendimento a dois princípios básicos para a sua existência e funcionamento exemplificam esta afirmação. São eles: a universalidade geográfica (Broadcasting Research Unit, 1986) e a ética da abrangência (Blumer,1992) .

A universalidade geográfica refere-se a possibilidade de acesso de toda a população ao serviço público de radiodifusão, condição básica para justificar a existência do sistema. Entendida como direito humano, esse tipo de comunicação deve ser garantida a todos, sem exceção. Vista como serviço deve ser oferecida de forma igual e sem nenhum tipo de discriminação a toda a sociedade que o mantém.

No caso brasileiro esses requisitos ainda não são atendidos. O acesso aos sinais das emissoras públicas de rádio e televisão ainda é parcial, com amplas áreas de sombra por onde elas não trafegam. Com isso, formam-se dois tipos de cidadãos: aqueles que podem usufruir de um sistema público de comunicação e os que dele são alijados.

Cabe uma ação imediata dirigida ao poder concedente de canais de rádio e TV, no caso o próprio Estado brasileiro, no sentido de que sejam abertos espaços no espectro eletromagnético, em todas as regiões do pais, para que os sinais das emissoras da EBC tornem-se universalizados. Trata-se de uma ação no âmbito administrativo cuja realização depende apenas de iniciativa e vontade política. Além da necessidade de priorizar investimentos na área tecnológica, especialmente nos meios de transmissão, para que os sinais cheguem com qualidade a todo o país.

O segundo princípio, a ética da abrangência, trata do atendimento pelo sistema público das necessidades simbólicas de toda a população, através de uma programação capaz de satisfazer o mais amplo espectro de gostos e interesses existentes na sociedade. A explicação torna-se mais clara quando essa ética é contraposta ao modelo público dos Estados Unidos, definido como uma "ilha de bem-estar, num mar de comercialismo. Seriados como Dallas são exclusivos da televisão comercial, enquanto recitais de ópera têm como veículo a televisão pública. O modelo europeu procura 'abranger' os dois públicos" (Blumer, 1986).

O atendimento às necessidades simbólicas da população não exclui naturalmente dos produtores o desafio de ousar levando ao público temas e propostas inovadoras capazes de ampliar os horizontes do conhecimento e da imaginação. As emissoras públicas têm a obrigação de "despertar o público para ideias e gostos culturais menos familiares, ampliando mentes e horizontes, e talvez desafiando suposições existentes acerca da vida, da moralidade, da sociedade. A televisão pode, também elevar a qualidade de vida do telespectador, em vez de meramente puxá-lo para o rotineiro" (Blumer, 1992).

A digitalização amplia horizontes

Limitações tecnológicas dificultaram durante muito tempo a possibilidade da obtenção plena dessa meta. No modelo analógico de rádio e televisão os sistemas públicos consagrados internacionalmente optaram primeiro por constituir emissoras com programações generalistas procurando, numa única freqüência, atender aos gostos dos públicos mais diversos. Posteriormente criando emissoras alternativas para atender interesses mais específicos, os canais voltados para públicos segmentados. Exemplo clássico é a BBC2, no Reino Unido. O advento da digitalização ampliou essas possibilidades dando o suporte tecnológico necessário para que a meta estabelecida pela ética da abrangência se torne mais próxima, com a ampliação significativa do número de canais.

A comunicação no Brasil, salvo raras exceções, sempre foi operada como um instrumento a serviço de interesses políticos ou econômicos, ambos na maioria das vezes concentrados no mesmo grupo empresarial e nos veículos por ele controlados. Cristalizou-se no país a ideia de que a comunicação é um

negócio como outro qualquer obscurecendo no imaginário da sociedade a possibilidade da existência de alternativas.

O monopólio comercial da comunicação, construído ao longo de quase um século mantém-se intacto. Para rompê-lo existem dois caminhos: uma lei que redefina o uso do espaço eletromagnético por onde trafegam as ondas do rádio e da TV, tornando-o equilibrado entre as emissões públicas, privadas e privadas sem fins lucrativos (as comunitárias) e o fortalecimento da comunicação pública com potencial capaz de se tornar alternativa de fato ao modelo hegemônico, tanto de ponto de vista técnico, como de conteúdo.

Comunicação em rede

Aqui tratamos apenas do segundo caminho. Para trilhá-lo é necessária uma articulação que combine vontade e decisão política com a absorção e a aplicação do que se convencionou chamar de convergência midiática. Cabe ao Estado impulsionar esse processo. Ele não nasce de geração espontânea e nem vive acima das disputas em torno da hegemonia política, por sobre os interesses de classe, para ficar mais claro.. Seu caráter público, como de qualquer ente estatal, se dá através da transparência da gestão. No caso da radiodifusão, os veículos serão mais ou menos públicos de acordo com os mecanismos existentes no seu interior que garantam de alguma forma a participação da sociedade em suas linhas gerais de orientação e administração. Exercem esse papel conselhos curadores, audiências públicas, ouvidorias, grupos de assessoramento, sociedades de ouvintes e telespectadores, entre outros.

Hoje a comunicação pública não pode mais ser vista e pensada em torno de veículos isolados como o rádio, a TV e a internet. A complementaridade entre eles é fundamental. A consagrada "sociedade em rede" no caso da comunicação pública não deve se restringir, por exemplo, à internet. A rede deve incluir os vários tipos de emissoras de rádio e TVs não comerciais existentes de forma ainda desarticulada pelo pais. Só assim constituíram uma massa crítica com capacidade para se apresentar como alternativa aos meios comerciais.

Devem, ao contrário, estabelecer padrões de qualidade capazes de se transformarem em paradigmas a serem seguidos pelas demais emissoras. Nesse sentido, a comunicação pública além de oferecer um serviço qualificado ao público tem também a responsabilidade pedagógica de torná-lo capaz de exigir a mesma qualidade das emissoras comerciais.

Para tanto é fundamental a busca da audiência, não para atender ao mercado publicitário, como fazem as emissoras comerciais, mas para qualificar e expandir o debate público tanto na informação como no entretenimento. Tal patamar só será atingido se a comunicação pública estiver dotada, além de uma produção de qualidade, de sinais de frequência fortes e acessíveis em qualquer ponto do país. Exemplificando com a televisão: seu sinal analógico ou digital deve estar à disposição do público, no dial, junto aos das redes comerciais, podendo ser sintonizado com facilidade.

Na história da televisão brasileira há um momento simbólico onde esse processo pode ser visto na prática. Foi quando a TV Cultura de São Paulo, no início da década de 1990, colocou no ar uma grade de programação infantil com programas que se tornaram referência de qualidade no Brasil e no exterior, como Rá-tim-bum, Mundo da Lua, Bambalalão, entre outros. Transmitida no final da tarde conquistou a maior audiência da história da emissora, nunca mais alcançada, incomodando as empresas comerciais. O SBT, por exemplo, reformulou sua programação naquele horário, contratando inclusive profissionais da própria Cultura para fazer frente à concorrência. Nesse momento a TV pública prestava um duplo serviço à sociedade: oferecia bons produtos ao público e contribuía para elevar a qualidade do que era oferecido pelas emissoras comerciais.

O papel do jornalismo

Faço aqui uma breve reflexão sobre as práticas de comunicação existentes atualmente e possíveis de existirem no país dando ênfase ao papel do jornalismo no serviço público. Seu caráter alternativo ao veiculado pelos meios privados apresenta como característica central

a busca de informações que atendam necessidades materiais e simbólicas da ampla maioria da população, sem nenhum comprometimento comercial (audiência) ou político partidário.

A construção desse tipo de pauta caracteriza uma forma diferenciada de produzir, editar e veicular notícias. Uma dinâmica que tem como base teórica a ideia de que o jornalismo é uma forma de construção de conhecimento (Faxina, 2012) e deve oferecer um leque amplo de opções ao público (Rothberg, 2011). Nesse sentido a referência informativa deve ser a busca por pautas alternativas às da mídia comercial buscando temas por ela desprezados ou tratados de forma parcial ou distorcida.

Como exemplos dessas pautas podemos citar os avanços obtidos pela economia solidária, a produção agrícola alcançada pelos assentamentos rurais originados das lutas pela reforma agrária, a contextualização da luta pela moradia nos grandes centros urbanos e a própria questão da regulação da mídia, entre tantos outros, além da necessidade imprescindível de dar voz aos governos populares. É inconcebível que governantes eleitos pelas maioria da população sejam obrigados a se dirigir a ela apenas através de meios comerciais, a quase totalidade controlada por grupos hostis ao governo.

A cobertura dos acontecimentos internacionais necessita igualmente de uma narrativa diferente daquela globalizada pelas grandes agências noticiosas sediadas na Europa ou nos Estados Unidos. As relações políticas e comerciais do Brasil com países do hemisfério sul demandam um conhecimento mais aprofundando do que ocorre nessa região do planeta. Assim é fundamental o estreitamento de relações da EBC com as instituições similares dos países latino-americanos, africanos e asiáticos para um intercâmbio mais ágil de informações.

Em síntese a comunicação pública não pode se reduzir a ser apenas mais um microfone, entre tantos outros, colocados à frente de dirigentes empresariais e financeiros. “se há um modelo hegemônico de fazer jornalismo não há um modo único de fazer jornalismo, basta que os próprios profissionais se apercebam disso. (...) é preciso pensar um jornalismo fora da prática profissional viciada, capaz de desacomodar os profissionais e colocar em xeque esse modelo atual de jornalismo. E esse é um papel inerente a uma TV pública, que para existir precisa oferecer à sociedade outras pautas, outros conhecimentos, outras elaborações, revelar outros modos de vida em sociedade baseados na cidadania e na solidariedade. Uma televisão que tenha um olhar especial para a sociedade civil, como lugar de construção de novas sociabilidades fora da composição mercantil e por poder” (Faxina, 2012). Cabe ainda à comunicação pública realizar a crítica da mídia, papel só a ela possível dada a inapetência dos demais mais meios para esse tipo de assunto.

A televisão

Uma especificação inicial da construção desse tipo de comunicação por veículo será brevemente esboçada aqui. Comecemos pela televisão. Além da universalidade de acesso antes mencionada e válida para todos os veículos cabe caracterizar as formas possíveis para atender ao princípio da ética da abrangência. Com a digitalização e a consequente multiplicidade de canais torna-se possível segmentá-los constituindo um conjunto hipotético formado pelo canal generalista, ao lado do exclusivamente infantil e do exclusivamente noticioso, no formato 24 horas. Este seria o núcleo básico ao qual poderiam se agregar canais de filmes, de música, de arte e de esportes, além dos institucionais com coberturas dos poderes executivo, legislativo e judiciário, nos três níveis político-administrativos existentes no país (união, estados e municípios).

Ao lado das emissoras com cobertura nacional devem operar emissoras públicas regionais e locais. A amplidão do território brasileiro não permite que emissoras com cobertura nacional atendam a todos os interesses e necessidades simbólicas específicas geradas nas cidades e nos Estados. Há pelo menos um exemplo concreto dessa necessidade: a TV Brasil ao ocupar a freqüência da antiga TVE do Rio de Janeiro provocou descontentamento em parte da população do Rio, cidade e Estado, que viu-se privada de uma cobertura televisiva regional realizada por uma emissora pública.

Em termos de conteúdo e primordialmente nos canais generalistas o foco, diante da multiplicidade de ofertas informativas hoje existentes, deve contemplar uma "jornalistização" da programação, com ênfase nas coberturas "ao vivo" e de grandes eventos políticos, culturais e esportivos. A expressão foi cunhada pelo jornalista Vladimir Herzog num plano apresentado em 1974 para a TV Cultura de São Paulo e ainda atual. Um dos pontos dizia que "vale a pena partir para uma 'jornalistização' da programação da TV-2: mais documentários semanais ou mensais, debates misturados com reportagens, programas-pesquisa". No ponto seguinte ressaltava a importância de se "dotar o setor de Jornalismo de recursos técnicos, financeiros e profissionais, para que alimente não só um telejornal diário, mas toda uma gama de programas direta ou indiretamente necessitados de programas jornalísticos" (Jordão, 1988). Quarenta anos depois, guardadas as mudanças provocadas pelas transformações tecnológicas ocorridas nesse período, as recomendações seguem válidas.

A transformação gradual porque passam as formas de ver televisão, com o advento das novas tecnologias, fez com que a audiência de fluxos televisivos fosse transformada em armazenamento. Essa possibilidade de armazenar programas e assisti-los na hora desejada e através de diferentes aparelhos receptores tende a interferir nas grades de programação das emissoras, com o fim até das próprias grades. Restará à televisão a cobertura dos grandes eventos antes mencionada e na ausência deles com a "jornalistização" da programação também já referida.

Quanto ao canal internacional da TV Brasil é fundamental a ampliação de seu raio de abrangência. Há hoje, em todo o mundo, uma disputa por espaços nas operadoras internacionais entre emissoras dos mais diversos países. A presença do Brasil no cenário político e econômico global, expandida nos últimos anos, não tem correspondência com a presença no mesmo cenário da televisão pública brasileiro. Trata-se, nesse caso, de uma questão de Estado e cabe a EBC buscar nas esferas de governo competentes os recursos e as formas de tornar a TV Brasil Internacional acessível, de maneira simples, em qualquer parte do mundo.

O rádio

Ainda que objeto de menor atenção nas pesquisas acadêmicas e no debate público, o rádio continua sendo a segunda fonte mais utilizada para a informação e o entretenimento no Brasil. Duas pesquisas realizadas em 2013 atestam essa afirmação. A primeira realizada pela Fundação Perseu Abramo mostra que o rádio só perde para a televisão em termos acesso: 79% população ouvem rádio, 55% diariamente. A TV é vista por 94% da população, 82% diariamente (Fundação Perseu Abramo, 2014). A segunda, contratada ao Ibope pela Secretaria de Comunicação Social da Presidência da República, aponta o rádio tendo 61% de audiência da população, sendo 21% diariamente. Para a TV essa pesquisa mostra que 97% tem acesso a ela e 65% a assistem todos os dias (Secom/Ibope, 2014). Nas duas pesquisas a internet aparece como o terceiro meio mais utilizado pelos brasileiros: 43% para a Fundação Perseu Abramo e 47% para a Secom/Ibope.

Além dos números, a minha prática como Ouvidor-Geral da EBC entre 2010 e 2012 permitiu verificar o alcance de sua penetração. Ao lado das mensagens eletrônicas recebidas pela Ouvidoria e por apresentadores de programas, persistiam as cartas escritas à mão e remetidas de rincões remotos do país como, por exemplo, das regiões ribeirinhas da Amazônia.

Ao mesmo tempo o rádio continua sendo um importante instrumento de informação nos centros urbanos, através dos receptores instalados em automóveis invariavelmente presos em congestionamentos. Além da força dos chamados "comunicadores populares" que apresentam programas matinais no "horário nobre" do rádio falando para milhões de pessoas em linguagem simples, decodificando as notícias e os editoriais geralmente conservadores publicados pelos grandes jornais diários e pelas revistas semanais.

Assim é fundamental que a estrutura de rádio controlada pela EBC seja mantida, ampliada e dinamizada se pretender atender às demandas inerentes à comunicação pública. São oito emissoras e uma agência noticiosa específica para esse tipo de veículo. As rádios são herança do sistema Radiobrás que,

por sua vez, as herdou de outras instituições públicas federais anteriormente existentes. Atendem públicos e regiões distintas do país mas não são de acesso universal. Na cidade de São Paulo, o maior centro urbano brasileiro, elas não são captadas.

Trata-se de um conjunto heterogêneo e desarticulado de emissoras. São generalistas como a Nacional do Rio, outrora símbolo da era de ouro do rádio no Brasil; segmentadas para os adeptos de diferentes tipos de música, clássica e popular, como as MEC do Rio e Brasília, sendo que a do Rio é sucessora da primeira emissora de rádio a operar no Brasil, a Rádio Sociedade do Rio de Janeiro e a de Brasília fundada em 1958, antes da inauguração da nova capital e as voltadas para a região Amazônica, a Rádio Nacional da Amazônia e a Rádio Nacional do Alto Solimões, responsáveis, ainda hoje, por um importante papel de integração do país.

Com a formação de redes nacionais essas programações poderiam ser acessíveis em todo o Brasil, acrescidas de emissoras noticiosas 24 horas no ar, capazes de produzir uma narrativa distinta das produzidas pelas rádios comerciais desse tipo que tornam homogênea a informação radiofônica em circulação pelo país. A elas, poderiam se articular também, em rede, as emissoras institucionais dos poderes da República e as emissoras chamadas de educativas locais e regionais, além das universitárias e comunitárias.

A internet

No caso da internet, a Agência Brasil já exerce um papel importante voltado para o público leitor e para o municiamento informativo de um número expressivo de veículos em todo o território nacional. Cabe popularizar e ampliar esse serviço tendo como uma das janelas o portal da EBC, dando a ele formas de acessibilidade e fidelização semelhantes as obtidas pelos portais informativos vinculados à mídia comercial. Uma ação chave nesse processo é o oferecimento ao leitor de serviço de correio eletrônico capaz de fazê-lo acessar o portal com constância muito superior a verificada atualmente (2). Além de incorporar em suas páginas as produções de rádio e TV realizadas pelas emissoras da empresa, com a possibilidade de navegação entre os diferentes veículos, dando forma real ao processo de convergência dos meios.

É fundamental ainda a utilização eficiente das redes sociais tanto na ampliação da abrangência noticiosa da Agência Brasil como na tarefa de impulsionar a audiência das produções de rádio e TV da EBC, seja na internet ou chamando para os próprios veículos.

A internet pode ainda servir de repositório para o riquíssimo acervo de programas, gravações musicais, reportagens e outras produções sob guarda da EBC, democratizando o acesso a esse valioso patrimônio público. Cabe, no mesmo sentido, recuperar espaços históricos ainda existentes e que fazem parte da história cultural do pais.

Uma escolha diferente

Esta breve caracterização dos três tipos de veículos permite perceber a existência de um amplo leque de informações e prestação de serviços ainda descoberto e capaz de ser atingido pela comunicação pública. Tal propósito oriundo de um estímulo indutor do Estado tende a se refletir de maneira positiva em toda a sociedade. “Numa democracia seria insatisfatório que o público tivesse só uma fonte de informação, entretenimento ou educação através do rádio ou da televisão. Que seja a televisão independente uma efetiva ampliação de escolhas e não de escolhas ‘todas iguais” (Leal Filho, 1997) dizia a lei britânica de televisão da década de 1960, enfatizando a necessidade da ampliação das alternativas oferecidas ao público.

No Brasil esse debate foi interditado por três fatores: a hegemonia absoluta do modelo comercial como se fosse o único possível, as restrições impostas pela ditadura (1964-85) ao livre debate e a criação do mito da censura como correspondente a qualquer forma de regulação da mídia no período democrático. Este último contou com a repetição exaustiva de frases como “o melhor controle é o controle remoto”, numa tentativa de escamotear o fato de que o seu uso, ao trocar de canais, permite ao público realizar tão somente “escolhas iguais”.

Toquei aqui em alguns pontos que considero centrais para que a comunicação pública se torne efetivamente uma escolha diferente, contrastante com o que hoje é oferecido no país. Para tanto, além de um novo arcabouço legal que dê a ela um espaço e uma projeção semelhantes ao que foi outorgado há décadas para a mídia comercial, é necessário também avivar a imaginação e a criatividade dos profissionais da área, muitos dos quais acham-se impedidos atualmente de dar vazão aos seus talentos devido aos limites impostos pelo modelo único de comunicação existente no país.

Notas

A referência ao "princípio da complementaridade dos sistemas privado, público e estatal" constante do artigo 223 da Constituição Federal leva muitas vezes ao engano, intencional ou não, de tratar a comunicação pública como "complementar" às demais, no sentido subalterno de atuar nos espaços pelos quais as outras, particularmente a privada, não se interessam. A acepção correta do termo remete a uma complementaridade equilibrada onde os três modelos devem se equivaler, tanto em tamanho, como em abrangência de sinais.

Sugestão apresentada pela jornalista Cynara Menezes durante gravação do programa VerTV, da TV Brasil, exibido em 14/11/2014.

Bibliografia

BLUMER, Jay G. – Television and the Public Interest – Vulnerable Values in European West Broadcasting. Londres: Sage, 1992

_____ - Television in the United States: Funding Sources and Programming Consequences in Research on the Range and Quality of Broadcasting Services. Londres: HMSO, 1986. Pp.73-152

BRASIL. Presidência da República. Secretaria de Comunicação Social. Pesquisa Brasileira de Mídia 2014: hábitos de consumo de mídia pela população brasileira. Brasília: Secom, 2014

BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. Brasília: Diário Oficial da União nº 191-A, 5 de outubro de 1988.

BROADCASTING Research Unit – The Public Service Idea in British Broadcasting-Main Principles. Londres: BBC/British Research Unit, 1986

FAXINA, Élson – "Do mercado à academia – O desafio das transformações dos sujeitos discursivos, das institucionalidades e das narrativas jornalísticas na TV pública brasileira" – Tese de doutorado defendida no Programa de Pós-Graduação em Ciências da Comunicação da Unisinos – São Leopoldo, RS – 20/04/2012

FISCHER, Desmond – O direito de comunicar. São Paulo: Brasiliense, 1984

Fundação Perseu Abramo. Núcleo de Estudos e Opinião Pública. Pesquisa de Opinião Pública "Democratização da Mídia". São Paulo: FPA, 201

IANNI, Otavio. Enigmas da modernidade--mundo. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 2003

JORDÃO, Fernando Pacheco - Dossiê Herzog, Global Editora, São Paulo, 1979.

LEAL FILHO, Laurindo Lalo – A televisão pública brasileira, um vazio histórico. Trabalho apresentado ao Grupo de Trabalho sobre Economia Política e Políticas de Comunicação do XVI Encontro da Compôs, UTP, Curitiba, 2007.

_____ - A melhor TV do Mundo, o modelo britânico de televisão. São Paulo: Summus Editorial, 1997

ROTHBERG, Danilo – Jornalismo Público. São Paulo: Editora UNESP, 2011

TV Brasil

TV Brasil Internacional

Agência Brasil

Radioagência Nacional

Rádio Nacional AM – RJ

Rádio Nacional FM – BSB

Rádio Nacional AM – BSB

Rádio Nacional da Amazônia – OC

Rádio Nacional do Alto Solimões – AM/FM

Rádio MEC FM – RJ

Rádio MEC AM – RJ

Rádio MEC AM – BSB

Programas policiais e cobertura de crimes no rádio, na TV e nos jornais

- Danillo Duarte - UFBA
- Kleber Mendonça - UFF
- Cecília Oliveira - LEAP

A importância da comunicação sindical no combate a imprensa golpista

• **Danillo Duarte** – Professor da Universidade Estadual do Sudoeste da Bahia.

A comunicação sindical é sem sobra de dúvida um dos principais elementos de luta dentro dos sindicatos. Por meio da comunicação sindical no geral e de forma específica através da imprensa sindical é possível compreender e dar visibilidade as atividades desenvolvidas no interior do movimento sindical.

A imprensa sindical tem um papel fundamental na comunicação, em primeiro lugar com a sua base e posteriormente com a sociedade, utilizando diversas ferramentas e suportes midiáticos como os jornais, boletins, panfletos, corpo-a-corpo, revistas, televisão, rádio, e-mail, site, redes sociais entre outros.

Cabe a imprensa sindical produzir informações que abasteçam a sua base e a sociedade de um ponto de vista ideológico em defesa do trabalhador, em defesa dos direitos trabalhistas e com um posicionamento combativo em relação as grandes corporações midiáticas que estão em defesa dos patrões e do capital.

Atualmente é imprescindível dar visibilidade as ações sindicais, dar visibilidade aos movimentos sociais e as lutas travadas entre sindicatos e patrões. Sabemos que os sindicatos não podem contar com a cobertura da mídia tradicional, e essa quando cobre alguma ação sindical tende a se posicionar de forma contrária ao movimento sindical. Diante disso, cumpre a imprensa sindical levar informação de qualidade para a sua base, para todos os veículos de comunicação, para instituições sociais, ONGs e toda a sociedade em geral. Como sabemos, notícia sempre interessa a alguém, diante disso, cumpre a imprensa sindical produzir informações com um viés editorial e ideológico que representem as lutas e os interesses da classe trabalhadora, pois, a todo momento a grande mídia bombardeia a sociedade com informações unilaterais que visam a defesa do capital.

De acordo com Giannotti e Santiago (1996) a comunicação sindical se revela como um verdadeiro coração da ação sindical, devido às suas próprias características fundamentais de ação/atuação/influência dos/nos sindicatos e para os trabalhadores1. Diante disso vemos que a política sindical não só determina a importância atribuída a comunicação mas também o comportamento que ela deve assumir.

De acordo com Barros e Carvalhal (2013)2 reafirmamos que a importância da comunicação sindical para os sindicatos é que ela é o elemento de ligação entre o projeto político do sindicato e a sua ação. Nela ficam expostas as próprias concepções dos sindicalistas e suas orientações em torno do movimento sindical. Contudo, isto vai depender do posicionamento político ideológico de cada sindicato frente aos avanços do capital que, por sua vez, buscam sempre a exploração da classe trabalhadora em detrimento de maiores acúmulos de capital.

Segundo Barros e Carvalhal (2013) a imprensa sindical nasce como a imprensa ope-

1 GIONNOTTI, Vito; SANTIAGO, Claudia. Comunicação sindical: falando para milhões. Petrópolis: Vozes, 1996.

2 BARROS, Thiago Pereira; CARVALHAL, Marcelo Dornelis. A Imprensa Sindical como elemento revelador da territorialização dos sindicatos. (in) Revista Pegada – vol. 14 n.1 165 Julho/2013

rária, não que sejam a mesma, afinal a imprensa operária tem um alcance maior que a primeira. Isto é, a existência da imprensa operária, destaca Ferreira (1988) 3, está no fato de que ela sempre estará ligada a alguma forma de organização da classe trabalhadora, seja partido político, sindicato ou outra espécie de agremiação. Mas, é importante que o veículo de comunicação da classe trabalhadora – quer seja representante de sindicato ou de partido – não tem proprietário, e sua mensagem não é uma mercadoria a ser consumida; seu conteúdo é resultado do conjunto de informações, preocupações, propostas etc. produzidos pela coletividade e para ela mesma.

De acordo com Barros e Carvalhal (2013), outra característica importante é que o próprio ato de se comunicar é carregado de ideologias, e a grande imprensa utiliza-se de todo o seu aparato para tentar desmobilizar e fragmentar a classe trabalhadora, ficando claro seu interesse de defender a exploração exacerbada do capital, acentuando a exploração, precarização, degradação das condições do trabalho dos trabalhadores. Logo, a comunicação sindical e mais precisamente a imprensa sindical são muito mais do que meros meios de comunicação, afinal são fenômenos da atividade humana, vinculados aos processos culturais, sociais e políticos que devem estar a serviço da classe trabalhadora. Nela deve ficar exposta e ser contada a história da luta dos trabalhadores por eles mesmos.

Portanto, diante do atual contexto político-econômico e sociocultural urge a necessidade dos sindicatos serem cada vez mais combativos na defesa dos direitos da classe trabalhadora e a imprensa sindical terá um papel estratégico nessa luta, especialmente, levando informações que contraponham o ataque da grande mídia conservadora. Este elemento do sindicato deve buscar contrapor os grandes meios de comunicação que defende o status quo da sociedade burguesa, pois os meios de comunicação não são apenas instrumentos para comunicar, estão vinculados à produção e podem influenciar a conduta humana, estimulando, organizando, desorganizando, ativando ou não indivíduos sociais (FERREIRA, 1995, p. 16)4.

Assim, de acordo com Fígaro (1993, p.3)5 a imprensa sindical deverá ser um instrumento de comunicação com características próprias, produzida a partir de uma perspectiva diferenciada e de outro lugar social. Pressupõe a existência de ação organizada de um setor da sociedade em oposição a outro. Nela os trabalhadores assalariados aparecem como agentes determinantes do processo de comunicação.

Apesar de conhecermos a importância do papel das assessorias de comunicação nos sindicatos, temos muitas organizações sindicais que não valorizam o papel estratégico da imprensa sindical. Diante disso, o papel classista da imprensa sindical vai depender, entre outros fatores, da postura das lideranças sindicais e do projeto político-ideológico dos sindicatos. Cabe aos dirigentes sindicais propiciar a infraestrutura mínima para o bom desenvolvimento das atividades da assessoria de comunicação do sindicato. Afinal, quem dar visibilidade as ações e lutas dos sindicatos é o trabalho da assessoria. Assim, a imprensa sindical se destaca como um elemento importantíssimo da comunicação sindical, e, portanto, da ação sindical, por ser um instrumento que pressupõe uma perspectiva diferenciada e de ação organizada, na busca de formar um contra espaço de resistência dos/pelos trabalhadores ao avanço expropriante do capital.

Atualmente vivenciamos no Brasil o crescimento do pensamento conservador no âmbito político, econômico e social e sabemos que esse pensamento está atrelado aos interesses da elite política, econômica e midiática. Diante disso, a comunicação sindical terá um papel determinante na construção de um discurso classista forte e na defesa dos direitos dos trabalhadores. Portanto, cabe aos sindicatos desenvolver estratégias e mecanismos que amplie as ações e atuação da comunicação sindical junto a sua base e a sociedade.

3 FERREIRA, Maria Nazareth. Imprensa Operária no Brasil. São Paulo: Editora Ática S.A, 1988.

4 FERREIRA, Maria Nazareth (Org.). O Impasse da Comunicação Sindical: de processo interativo a transmissora de mensagens. São Paulo: CEBELA, 1995.

5 FÍGARO, Roseli A. O discurso da Imprensa sindical: formas e usos. 1993. Dissertação de mestrado. ECA/USP, São Paulo, 1993.

A importância da comunicação sindical no combate a imprensa golpista

• Kleber Mendonça – xxxxxxxxxxxxxxxxxa.

A (ir)responsabilidade da imprensa na construção da culpa, da sensação de segurança e do medo

• **Cecília Olliveira** - Jornalista, especialista em criminalidade e segurança pública e administração pública, editora do Blog Arma Branca (http://armabranca.blogspot.com.br).

Calúnia. Injúria. Difamação. Para muitos jornalistas, este é o primeiro contato com a área do direito, ainda na faculdade. A confusão entre os termos é comum, mas ainda mais comum é o fato de todos saberem que não podem "inventar" fatos e notícias e que checar informações e denúncias recebidas é a melhor forma de evitar cometer um destes crimes.

Quando o jornalista atua na área da segurança pública, os cuidados têm de ser redobrados, uma vez que seu trabalho pode construir ou arruinar uma vida. Ou várias. Quem não se lembra do emblemático caso da Escola Base1, uma escola particular de São Paulo que foi fechada em 1994 após seus proprietários serem injustamente acusados de abuso sexual contra uma aluna? Na oportunidade, foram condenados a pagar indenizações os jornais O Estado de S. Paulo, Folha de S. Paulo, a revista IstoÉ e a Rede Globo. Era tarde. A escola já havia sido depredada, os donos estavam falidos e eram constantemente ameaçados de morte em telefonemas anônimos. Os repórteres não foram punidos e continuam suas vidas sem maiores problemas. Exatamente por ter tal poder, a imprensa é chamada de quarto poder, numa referência a sua força. Os outros três seriam o legislativo, executivo e judiciário. O tempo passou, mas isso não é sinônimo e que as coisas evoluíram.

Em maio de 2012, ganhou repercussão nacional uma reportagem feita pela repórter Mirella Cunha, para o programa Brasil Urgente, da Band Bahia. Na entrevista, a repórter não se limita a fazer perguntas ao suspeito, mas o acusa enfaticamente: "Não estuprou, mas queria estuprar". Isto, mesmo diante das incisivas negativas do jovem, que era semianalfabeto e não conseguia pronunciar corretamente algumas palavras. Situação diante da qual, a repórter ri, várias vezes. Além de atribuir o crime ao rapaz, o que pode ser caracterizado como calúnia, previsto no artigo 138 do Código Penal, a repórter passa bem longe da ética. Diante do clamor popular, a Band prometeu demitira repórter, que está sendo investigada pelo Ministério Público por Abuso de autoridade, de ofensa a direitos da personalidade e violação de direitos constitucionais de um preso.

A repórter da Bahia pulou muitas etapas ao chamar um acusado, sob tutela do Estado, de estuprador. Ela ignorou que entre a ocorrência do fato criminoso há a prisão em flagrante ou portaria de instauração de inquérito; remessa ao Ministério Público, após o termino do inquérito; oferecimento de denúncia; citação das partes; oitiva de testemunhas; requisição de pericias; interrogatório do réu; alegações finais da acusação, alegações finais da defesa; julgamento. Se não houver recurso, depois de tudo isso, teremos uma decisão final e talvez, um culpado.

Ao rotular suspeitos como infratores de fato, a imprensa produz criminosos. Ao noticiar fatos com menor potencial ofensivo de forma emotiva e conclamando "justiça", a mídia produz medo e sensação de insegurança de um lado e paladinos da justiça de outro.

PANORAMA BRASILEIRO

Pesquisa feita pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID) estimou o cus-

to financeiro da violência para alguns países latino-americanos e concluiu que o problema é uma das principais barreiras ao desenvolvimento da América Latina (Londoño e Guerrero, 1999). De acordo com o levantamento, os custos estimados da violência em 1997 correspondiam a 14,2% do Produto Interno Bruto (PIB) dos países da América Latina e 10,5% do PIB nacional do Brasil, o que equivale, no país, a cerca de 84 bilhões de dólares anuais. Estes custos se referem a perdas com saúde (anos de vida perdidos e custos médicos), perdas materiais (justiça e segurança pública e privada) e deterioração do consumo e do trabalho.

No que se refere aos custos humanos, à violência tem sido um importante fator no aumento dos sentimentos de medo e insegurança.

> No caso brasileiro, a generalização e ampliação desses sentimentos estão ligadas, entre outros fatores, ao aumento real nas taxas de criminalidade, em especial do crime violento, a partir da década de 1980 (Coelho, 1988; Adorno, 1998; Caldeira, 2003), à falta de confiança nas instituições de segurança pública, à abordagem da violência pela mídia – muitas vezes exagerada e sensacionalista – e à desordem física e social dos ambientes públicos. O sentimento de insegurança e o medo do crime têm assumido, atualmente, uma relevância cada vez maior na sociedade brasileira, uma vez que aspectos como o aumento do crime, sua utilização política, o discurso social e a percepção deperda de controle têm atingido proporções significativas. Além disso, o sentimento de insegurança e o medo do crime afetam mais indivíduos que o problema específico da criminalidade, considerando que abrange um universo muito maior de pessoas. (Borges, 2012)

Levantamento feito pelo Ministério Público em 2011 revelou que a Polícia doestado do Rio de Janeiro deixou de esclarecer 60 mil homicídios nos últimos dez anos. Entre as vítimas, 24 mil sequer foram identificadas. O Rio está perto da média nacional de 8% de elucidação dos crimes. Levando-se em consideração os flagrantes delitos, este índice, no tangente a potencialidade de investigação, fica ainda menor.

Nove em cada dez brasileiros têm medo de ser assassinado, segundo o Sistema de Indicadores de Percepção Social (SIPS) sobre Segurança Pública, divulgado pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) em 2010. Dos2.770 entrevistados em todos os Estados, 78,6% disseram ter muito medo de ser vítima de homicídio e 11,8% disseram ter pouco medo. Apenas 9,6%afirmaram não ter medo do crime.

A pesquisa apontou que os moradores do Nordeste são os que têm mais medo de assassinato, com 85,8% dos entrevistados nesta região alegando muito medo de ser vítima deste crime, contra 78,4% na região Norte, 78,4% na região Sudeste, 75,0% na região Centro-Oeste, e 69,9% na região Sul. Assim, é na região Sul. Segundo o instituto, o SIPS mostra como a população avalia os serviços públicos em áreas especificas, neste caso, a segurança pública, e qual é o grau de importância deles para a sociedade. Nesta edição, os entrevistados foram questionados sobre suas percepções em relação à área e seus principais órgãos (polícias federal, civil, militar e guardas municipais).

> O medo do crime não é construído socialmente, mas uma reação a um tipo de construção social que classificamos como Crenças de Perigos. Em sua formação, as crenças podem ter a participação de toda a sociedade – desde grupos como família, amigos, escola, trabalho e mídia até a conversa com desconhecidos. Podem ainda ser construídas a partir das experiências individuais de um indivíduo com a violência e criminalidade, da sua avaliação sobre as polícias, da sua integração social ou da percepção sobre sua própria vulnerabilidade. (Borges, 2011)

O aumento da criminalidade e do medo do crime nas cidades brasileiras afeta avi-

da cotidiana das pessoas e faz do crime um assunto corriqueiro, gerando oque Caldeira (2003) chamou de "fala do crime". A "fala do crime" pode influenciar o comportamento e as percepções das pessoas, e é nessa fala que medo é trabalhado e disseminado e a violência, combatida e ampliada (Caldeira, 2003). Essa fala do crime, entre outras coisas, é também capaz de criar preconceitos, estereótipos e caricaturas, dividindo o mundo entre o bem e o mal (Borges, 2011).

> "a ordem simbólica engendrada na fala do crime não apenas discrimina alguns grupos, promove sua criminalização e os transforma em vítimas da violência, mas também faz o medo circular através de histórias e ajuda a deslegitimar as instituições da ordem e legitimar a privatização da justiça e uso de meios violentos e ilegais" (Caldeira, 2003).

Em pesquisa de opinião pública nacional realizada pelo Data Senado em 2007 sobre a violência no Brasil, detectou-se que 69% dos entrevistados quer o aumento da pena máxima de 30 anos, 75% apoia a adoção da prisão perpétua e 87% defendem a diminuição da maioridade penal.

> A reivindicação por aumento na severidade na punição demonstra, nestes resultados, a insatisfação da população com a violência e a criminalidade. Os resultados, por sua vez, podem influenciar a tomada de decisões por parte de governantes e gestores públicos que querem, de alguma maneira, atender às demandas da sociedade (...) Além disso, o sentimento de medo do crime de fato está presente nos centros urbanos. Essa atmosfera, juntamente com o discurso que procura lhe dar sentido, parece de alguma maneira orientar as práticas direcionadas ao controle do crime e ao sistema penal. O sentimento de insegurança e o clamor por mais polícias influencia as políticas governamentais. Diante desse fato, a população pede mais rigor nas ações de segurança pública. (Borges 2012)

Mídia e violência

Entre 2004 e 2007 o Centro de Estudos em Segurança Pública e Cidadania da Universidade Cândido Mendes (CeSec), no Rio de Janeiro, realizou pesquisa sobre as tendências na cobertura de criminalidade e segurança pública no Brasil e analisou a evolução desta abordagem. O trabalho registra avanços alcançados em muitos jornais, como o fim das editorias específicas de polícia e a integração de seu conteúdo com outras áreas de cobertura, embora aponte que ainda há muitos desafios a serem superados.

As matérias analisadas na pesquisa, que mais tarde deu origem ao livro "Mídia e Violência", revelaram que a cobertura da imprensa sobre o tema é "focada em episódios factuais e com baixo percentual de iniciativa da própria imprensa. Soma-se a isso a constatação de que os textos analíticos, com abordagem mais abrangente sobre a situação da segurança pública no Brasil, ainda São minoria nos veículos impressos". Foram analisados 5165 textos em dois levantamentos principais, entrevistados 64profissionais de imprensa e 26pesquisadores, policiais e observadores.

À época da pesquisa do CeSec, foi detectado dentre as mudanças, o fim de programas como o "Cidade Alerta". Passados alguns anos, analisando a grade dos programas atualmente em exibição pelos canais abertos do circuito de TV brasileiros, podemos citar, sem muita pesquisa: Balanço Geral, Polícia 24h, Brasil Urgente, Força tarefa, Operação Policial etc. É a retomada do discurso policial das notícias e por consequência, maior exposição aos temas segurança pública e criminalidade, num tom não apenas informativo, mas sensacionalista.

Em Violência, Medo e Mídia, o pesquisador do João Trajano Sento-Sé traça as relações plausíveis entre percepções compartilhadas de insegurança e o tratamento dado

pela mídia às questões de violência e segurança pública, que podem compor um programa de pesquisa no tema. No texto fica demonstrado que, apesar da queda nos índices de criminalidade nos últimos anos, o mesmo não acontece com a sensação de segurança e o medo, que só crescem.

> Isso quer dizer que podemos (e de fato isso ocorre com frequência), em determinadas conjunturas, estar convivendo com índices estacionários ou decrescentes de criminalidade violenta e, na mesma conjuntura, a curva relativa aos sentimentos de vulnerabilidade e inseguranças comportarem de forma ascendente. (Trajano,2003)

Em O medo do crime na Cidade do Rio de Janeiro: Uma análise sob a perspectiva das Crenças de Perigo (2011), Doriam Borges descreve que a perspectiva de vitimização é um dos fatores explicativos para o medo do crime utilizado na literatura sobre o tema. Essa perspectiva é baseada na ideia deque o medo do crime é causado pelo nível de atividade criminal ou pelo que as pessoas ouvem sobre a criminalidade, quer em conversas com outras pessoas, por conta da mídia ou experiência direta (Bennett, 1990, apud Borges 2011).

> A mídia, por sua vez, enquanto maior fonte de informação, possui um papel significativo na determinação do medo do crime (Hale, 1996; Smith, 1985, 1986) como um tipo de vitimização indireta. A mídia, muitas vezes, sensacionaliza, dramatiza (Smith, 1985, 1986) e amplia (Pidgeon et al., 2003) as ocorrências criminais, além de valorizar os crimes mais sérios e com maior comoção social em detrimento dos de maior incidência. (Borges, 2011)

Neste trabalho o pesquisador coligou acumulações que geram crenças que identificam os estímulos e acionam os sentimentos de insegurança e medo nas pessoas. Por essa perspectiva, o medo do crime não é construído socialmente, mas é uma reação a um tipo de construção social classificadas como Crenças de Perigos. "Além dos fatores sociológicos, o Modelo de Crenças de Perigo também utiliza fatores da psicologia social, como a atratividade, o nível de autossegurança e autoconfiança, o sentimento de controle em relação ao crime e o espaço criminalizado (Van der Wurff et al., 1989; Farral et al., 2000, apud Borges, 2011)

Formada por duas variáveis que compõem a crença, foram estudadas sob as perspectivas de clusters2. No cluster 6, Borges representou a crença de que "há muita violência e criminalidade", formado por duas variáveis: a avaliação das notícias de violência e criminalidade divulgadas pelos meios de comunicação e a percepção de que a criminalidade está aumentando na cidade. Isto, crendo que a mídia pode ser um fator fundamental na construção da crença de que existe muita violência e criminalidade, já que uma vez construída tal crença, as pessoas se sentem inseguras em andar pelas ruas ou ir aos locais que foram pauta de noticiários sobre situações de violência ou criminalidade.

> A mídia tem desempenhado um papel cada vez mais importante no debate público sobre a violência, influenciando a opinião da sociedade e das políticas de Estado. Mais especificamente, ela tem um papel determinante na formação do "medo do crime" na população, sobretudo porque ocupa na sociedade contemporânea o importante papel de mediadora social. Afinal, a mídia, ao lado da família, da escola e de outras instituições, é também um agente de socialização. (Borges, 2011)

Responsabilidade da mídia:

difícil mudar

Em 2009, o então secretário Segurança Pública e Defesa Social de Fortaleza, o policial federal aposentado, Roberto Monteiro, estabeleceu mudanças na cobertura da imprensa sobre assuntos de segurança pública.

Na oportunidade, a imprensa se limitou a mostrar fotos de suspeitos de crimes e perseguições da Polícia. Foram muitas críticas por parte dos jornalistas e de pessoas envolvidas com a produção de notícias.

Uma matéria publicada pelo Jornal O Povo, em 05.10.2009, traz algumas opiniões: "O vereador Vítor Valim (PHS), apresentador do programa Cidade190, questionou a defesa dos direitos humanos de presos, que segundo ele, não são "humanos direitos". Durante a transmissão de seu programa, o parlamentar disse que Roberto Monteiro iria receber uma medalha dos "marginais" quando sair do comando da Secretaria"3.

Diante da responsabilidade da imprensa na construção da culpa e da sensação de insegurança e medo, o prefácio do livro Mídia e Violência, escrito pelo então Ministro dos Direitos Humanos da Presidência, Paulo Vannuchi, finaliza bem.

> "Considerando que a mídia exerce um papel relevante no debate e na implementação de todas as políticas públicas em curso no país, e levando em conta que o tema Segurança está hoje entre os temas que mais despertam interesse, preocupação e medo na população brasileira, o que se espera dos jornais – e dos veículos de comunicação em geral 0 é que não se limitem a denunciar fatos. E, sim, que assumam a dianteira na promoção de um consciente debate público sobre a questão"

Bibliografia

LONDOÑO, J.L.; GUERRERO, R. (1999) Violencia en América Latina. Epidemiología y costos. BID, Washington D.C.

CALDEIRA, T. (2003) Cidade de Muros: crime, segregação e cidadania em São Paulo. São Paulo – Edusp.

Sento-Sé, João Trajano. Violência, medo e mídia: Notas para um programa de pesquisa. Comum, Rio de Janeiro, vol. 8, nº 21, p. 24-38, jul/dez 2003.

BORGES, Doriam. (2011) O medo do crime na Cidade do Rio de Janeiro: Uma análise sob a perspectiva das Crenças de Perigo (2011), Rio de Janeiro, Appris.

Democratização da comunicação

- Renata Mieli - Barão de Itararé
- Alessandro Molon - Deputado Federal/RJ
- Rodrigo Murtinho - Fiocruz
- Gustavo Gindre - Intervozes

xxedo
xxxx

• Renata Mieli - xxxxxxxxxxxxxxxxxx.

xxedo
xxxx

• Alessandro Molon - xxxxxxxxxxxxxxxxxx.

xxedo
xxxx

• Rodrigo Murtinho - xxxxxxxxxxxxxxxxxx.

xxedo
xxxx

• Gustavo Gindre - xxxxxxxxxxxxxxxxxx.

Por que não é noticiado a Guerra do Contestado

- Eloi Giovane Muchalovski - SESI/SC
- Alexandre Assis Tomporoski - UnC

xxedo
xxxx

• Eloi Giovane Muchalovski - xxxxxxxxxxxxxxxxxx.

xxedo
xxxx

• Alexandre Assis Tomporoski - xxxxxxxxxxxxxxxxxx.

A mídia, a gentrificação e os trabalhadores

- Sabrina Duran - Repórter Brasil
- Guilherme Boulos - MST
- Marcelo Freixo - Deputado Estadual/RJ

Mirante 9 de Julho: o que a dificuldade de acesso a documentos públicos revela sobre a importância desses documentos?

• **Sabrina Duran** - Jornalista do Repórter Brasil.

Primeiro, a notícia nova: o Arquitetura da Gentrificação conseguiu acessar e fotografar todas as páginas do processo administrativo sobre o Mirante 9 de Julho, novo negócio de empresários do entretenimento de São Paulo instalado nos baixos do viaduto Professor Bernardino Tranchesi, atrás do Museu de Arte de São Paulo (MASP). O novo espaço, que mistura café, bar, restaurante, espaço de exposição e exibição de filmes foi inaugurado em agosto desse ano e é fruto de um Termo de Cooperação entre empresários e prefeitura no qual, em caráter provisório, precário e gratuito, a prefeitura permite que os agentes privados explorem comercialmente o espaço – que pertence ao município. O acesso ao processo administrativo número 2014-0.156.247-3, com quase 400 páginas divididas em dois volumes, foi conseguido graças à ajuda do advogado Daniel Biral, que se dispôs a acompanhar a reportagem até a Secretaria Municipal de Cultura (SMC), onde estava o processo, e pedir vistas do documento.

A reportagem recorreu a este procedimento, muitas vezes restrito pelo poder público apenas a advogados, após ter solicitado acesso ao documento via Lei de Acesso à Informação (LAI) e ter seu pedido negado pela sub-prefeitura Sé, onde, segundo informações no Diário Oficial do município, estaria o processo administrativo. A primeira recusa foi feita com base na lei municipal 14.141/2006, que trata de processos administrativos e que, entre os procedimentos para consulta desses documentos, exige uma justificativa daquelas pessoas que não são parte diretamente interessada no processo. Ocorre que tanto a LAI (lei federal 12.527/2011) quanto o decreto municipal que a regulamenta (53.623/2012) vedam a necessidade de qualquer tipo de justificativa para acessar documentos públicos. Veja aqui a argumentação formulada pelo AG com a ajuda de leitoras e leitores e enviada como recurso em 1a. instância à sub-Sé.

Em resposta ao recurso, a pasta continuou insistindo na tal lei 14.141/2006, mas deu uma "pista nova": sugeriu que a requerente consultasse o sistema de processos online da prefeitura, o SIMPROC, para saber em qual repartição se encontrava o processo. Feita a pesquisa, a reportagem apurou que o documento havia sido transferido da sub-Sé para a SMC. O detalhe é que a transferência foi feita duas semanas antes de a pasta enviar a primeira negativa. De acordo com a LAI, o órgão público a quem é solicitada uma informação é obrigado a comunicar à/ao requerente quando não possui a informação pedida, e "indicar, se for do seu conhecimento, o órgão ou a entidade que a detém." O prazo para esta resposta não pode ultrapassar 20 dias. No entanto, entre o pedido feito, a primeira resposta, o recurso em 1a. instância e a resposta da pasta ao recurso, passaram-se 28 dias. Veja aqui o posicionamento do AG sobre a atuação da sub-Sé nesse caso, enviado à pasta via plataforma e-SIC como recurso em 2a. instância.

Agora, a notícia velha: quando se trata de acesso a documentos capazes de deixar à mostra os meandros da gestão pública, rapi-

dez e transparência na abertura não costumam ser regra, mesmo com uma lei federal que obrigue gestores e gestoras nesse sentido. E não estamos falando aqui, necessariamente, de meandros fraudulentos, de documentos comprometedores, de gestores envolvidos em alguma ilegalidade. Estamos falando de documentos que simplesmente revelam quem são os atores do poder público, como trabalham, sob quais leis, com quais verbas e com quais agentes externos. Também não estamos falando apenas falta de transparência de gestores do alto escalão, mas de funcionários de "patentes" mais baixas, que trabalham exemplarmente – por que não? –, que não têm nada a esconder, mas que se incomodam e perdem a desenvoltura diante da possibilidade do acesso de terceiros a documentos internos não sigilosos que estão sob sua responsabilidade. Documentos públicos, importante dizer, e que só são internos [inacessíveis ao público] pela contingência das regras burocráticas, pois sua natureza, positivada pela LAI, exige que estejam disponíveis a qualquer pessoa sem que esta precise justificar o porquê do acesso.

O que a dificuldade de acesso a documentos públicos revela sobre a importância desses documentos?

Revela, em primeiro lugar, que tensionar a questão do tratamento de documentos públicos como coisa privada é fundamental para minar e desconstruir a cultura patrimonialista que incide, entre outras esferas, sobre a informação pública. Sem essa informação a ação política contra-hegemônica daquelas e daqueles que querem disputar a cidade com o horizonte do bem coletivo perde fôlego e foco. A LAI é uma ferramenta excelente nesse sentido, uma vez que funciona como um canal de acesso direto à gestão pública, com processos minimamente objetivos e padronizados da plataforma e-SIC dos governos, e que permite um registro histórico dos pedidos e suas respostas [ou não-respostas]. Se publicizados, esses registros geram debate público, suscitam questões, ideias e caminhos que, acumulados, podem ser replicados e melhorados por outras iniciativas civis que buscam a transparência na gestão pública.

Em segundo lugar, a dificuldade de acesso a documentos públicos, principalmente a certos documentos, como processos administrativos e licitatórios, planilhas de gastos, relatórios de gestão e de atendimento ao público revela que esses documentos podem conter, justamente, as respostas para problemas sistêmicos, sejam os de má gestão por incapacidade dos/as gestores/as, por processos inadequados, sejam os de fraude pura e simples.

Avanço

Quanto ao tensionamento, os pedidos de informação via LAI sobre o Mirante 9 de Julho já renderam um avanço importante. O posicionamento do AG sobre a atuação da sub-Sé enviado à pasta via e-SIC como recurso em 2a. instância rendeu uma resposta interessante da Controladoria Geral do Município (CGM). O órgão reconheceu que existe um conflito entre a LAI e a lei municipal 14.141/2006, sobre processos administrativos. No entanto, diz a CGM, "para evitar que este problema se torne rotineiro, tornando-se um óbice para aplicação da Lei de Acesso à Informação, estamos reformulando o entendimento a fim de preservar plena a aplicação da LAI em conjunto com a Lei 14.141/2006." Nesta mesma resposta, a Controladoria indeferiu o pedido de acesso ao processo administrativo via LAI, e sugeriu que eu seguisse o procedimento da lei municipal para acessar o documento. "No mais, como forma de auxiliar no alcance da informação solicitada, solicitamos, em caso de negativa por parte do órgão responsável pelo fornecimento, que faça denúncia a esta Controladoria Geral do Município", finalizou a CGM. Sem dúvida, trata-se de um avanço em direção à consolidação e padronização de procedimentos que garantam a transparência na gestão pública por meio do cumprimento da LAI.

Promover fissuras, atuar nas brechas

Um dia depois que a reportagem do AG, com a ajuda do advogado Daniel Biral, conseguiu acesso ao processo administrativo do Mirante 9 de Julho na Secretaria Municipal de

Cultura (SMC), a mesma pasta respondeu ao pedido de acesso via LAI feito pelo AG tão logo apurou-se que o processo não estava mais na sub-Sé. A resposta da SMC veio, de forma positiva, apenas uma semana depois de aberto o pedido – a sub-Sé levou 19 dias, um a menos do prazo regulamentar, para negar o acesso com base em exigência vedada pela LAI. "O processo foi encaminhado à Seção Técnica de Projeto, Restauro e Conservação do Departamento do Patrimônio Histórico, em 08/09/2015, e encontra-se em análise. O interessado pode dirigir-se ao local e realizar a consulta", respondeu a SMC.

As diferenças de conteúdo e prazo entre uma resposta e outra mostram que mesmo a cultura da transparência não sendo, ainda, norma na gestão pública, há espaço para brechas mais arejadas – e estas, sem dúvida, não se dão sem disputa.

Jornalistas independentes e também da imprensa corporativa, ativistas de direitos humanos, ONGs, coletivos, pessoas de diversas áreas e atividades estão utilizando a LAI, cada vez mais, como uma ferramenta que garante subsídios estratégicos [informações] às suas pautas e demandas. A constância e insistência não só abrem precedentes como forçam a adoção de padrões de transparência dentro do poder público. É fundamental promover fissuras e atuar nas brechas em cenários adversos.

O que está dito no não dito

Quanto ao que revelam os documentos públicos que têm sua publicidade negada por gestores, reportagens do Brasil e do mundo nos dão notícias sobre a necessidade dessas informações "represadas" chegarem às mãos da população. Para ficar em um exemplo próximo, cito a divulgação recente de um decreto de 2014 do governo de Geraldo Alckmin (PSDB) impondo sigilo de 25 anos para documentos relacionados ao transporte público metropolitano. O sigilo foi imposto na época em que surgiam denúncias de corrupção nas obras do trem e metrô durante gestões tucanas e a quatro meses do pleito eleitoral que reelegeu o governador. Em maio desse ano, em meio à grave crise de gestão hídrica, a Sabesp, companhia de abastecimento de água subordinada ao governo do Estado, decretou sigilo de 15 anos sobre informações a respeito de fornecimento de água à região metropolitana de São Paulo. O que estas informações públicas sonegadas de antemão podem revelar?

Talvez nada. Ou talvez tudo.

Voltando ao caso do Mirante 9 de Julho: o que o processo administrativo que compila documentos das tratativas entre a gestão municipal e agentes privados revela sobre o novo negócio aberto nos baixos do Viaduto Professor Bernardino Tranchesi? O interesse do AG nesses documentos está, fundamentalmente, em entender quais forças econômicas, políticas e culturais disputam o espaço público; quais argumentos sustentam essa disputa, como eles aparecem nos documentos oficiais e como estes se desdobram em narrativas legitimadoras na imprensa e nas redes sociais. Saber quem disputa a cidade, e com quais ferramentas, já é um bom começo para subsidiar debates e atuações políticas. O AG pretende, em breve, disponibilizar para download todas as páginas do processo.

Quem são mesmo os invasores?

• **Guilherme Boulos** - Formado em filosofia pela USP e membro da coordenação nacional do MTST e da Frente de Resistência Urbana.

Não vamos falar aqui de Pedro Álvares Cabral, muito embora a origem das escrituras de imóveis privados sobre áreas públicas esteja nas capitanias hereditárias dos portugueses. Já faz muito tempo e ninguém mais se interessa pelo assunto.

O que gera furor é quando os sem-teto descamisados ocupam áreas ou edifícios ociosos para poderem ali morar. É um ataque ao direito e à lei. Onde já se viu, invadir o que é dos outros? Forma-se então uma "Santa Aliança" entre promotores, o Judiciário e políticos de plantão em defesa do Direito à Propriedade.

"Invadiu, tem que 'desinvadir'!", disse certa vez o governador de São Paulo para delírio da elite paulista.

Pois bem, é preciso ser coerente. Invadiu, tem que "desinvadir"? Vamos lá então. Apenas na cidade de São Paulo as áreas públicas invadidas ou com concessão de uso irregular para a iniciativa privada representam mais de R$ 600 milhões de prejuízo anual para o poder público.

A CPI das áreas públicas de 2001 mostrou que as 40 maiores invasões privadas representavam na época 731 mil m² de área.

E QUEM SÃO OS INVASORES?

Comecemos pelo setor de divertimentos. Os clubes Pinheiros, Ipê, Espéria, Paineira do Morumby e Alto de Pinheiros estão total ou parcialmente em áreas públicas e com cessão de uso irregular. Invadiu, tem que "desinvadir"! Cadê a bomba de gás na piscina do Morumbi?

Ah sim, isso sem falar no Clube Círculo Militar de São Paulo e no Clube dos Oficiais da Polícia Militar. E aí, quem topa despejar?

E os shoppings então... Os shoppings Continental, Eldorado e Center Norte invadiram expressamente áreas públicas, especialmente em suas zonas de estacionamento. No caso do Center Norte o abuso é gritante. A invasão foi legitimada pelo Judiciário, o que segundo o relatório da CPI configurou uma "decisão inusitada, inédita e revestida de ilegalidades que prejudicam o município".

Ué, o Judiciário legitimou invasão?! Cadê o direito à propriedade? No caso, ainda mais grave, trata-se de propriedade pública.

Compreensível, na medida em que a Apamagis (Associação Paulista dos Magistrados) está sediada numa área pública, com irregularidades na cessão de uso, no bairro nobre do Ibirapuera. E aí, não vai ter bala de borracha nos ilustríssimos juízes?

Querem mais? As agências do Bradesco na praça Panamericana e no Butantã invadiram áreas públicas em seus empreendimentos. O mercado Pão de Açúcar, na mesma praça Panamericana, e o Extra da avenida Juscelino Kubitschek fizeram o mesmo. Assim como as faculdades privadas Unisa e Unip Anchieta.

Por sua vez, o Itaú Seguros e a Colgate-Palmolive foram denunciados pela CPI de 2001 por concessão de uso irregular de áreas públicas.

Outro caso escandaloso é o da Casa de Cultura de Israel, ao lado do metrô Sumaré. Não satisfeitos em invadir o território palestino, os israelenses resolveram também tomar

área pública em São Paulo. Tiveram concessão de uso de área pública e não cumpriram com termos e prazos.

E aí, governador: Invadiu, tem que "desinvadir"! Cadê a tropa de choque para despejar essa turma toda?

E ao Judiciário paulista, tão rápido em conceder liminar de reintegração de posse contra as ocupações de sem-teto, onde está o mandado contra os clubes, os shoppings e os bancos?

Neste momento há mais de 25 ordens de despejo contra ocupações de sem-teto só no centro de São Paulo. Nas periferias são outras tantas. Várias foram cumpridas nas últimas semanas, normalmente com truculência policial, como a da rua Aurora, quando o advogado Benedito Barbosa da Central de Movimentos Populares foi agredido e preso abusivamente.

Também neste momento mais de 8.000 famílias sem teto, de ocupações da região do Isidoro, em Belo Horizonte, estão à beira de serem jogadas violentamente na rua. A PM mineira está preparando uma operação de guerra, que pode vir a ter consequências trágicas nos próximos dias.

E então? Querem defender o direito à propriedade acima do direito à vida? Defendam, mas sejam ao menos coerentes. Despejem primeiro os bancos, mercados, shoppings e clubes em áreas públicas para depois virem falar da legitimidade de despejar trabalhadores sem teto.

X

X

- Marcelo freixo - xxxxxxxxxxxxxxxxxl.

Jornalista de esquerda como intelectual orgânico dos trabalhadores

- Rita Casara - Senge/SP
- Ednubia Ghisi - CEFÚRIA
- Rogério Almeida - NAEA/UFPA
- Cristian Góes - SE

X

X

- Rita Casara - xxxxxxxxxxxxxxxxxl.

X

X

- Ednubia Ghisi - xxxxxxxxxxxxxxxxxl.

Comunicações de resistências na(s) Amazônia(s)

• **Rogério Almeida -** Graduado em Comunicação Social, mestre em Planejamento do Desenvolvimento (NAEA/UFPA), autor de Pororoca pequena: marolinhas sobe a(s) Amazônia (s) de Cá.

Vem ver comigo o rio e suas leis.

Vem aprender a ciência dos rebojos,

vem escutar o canto dos banzeiros,

o mágico silêncio do igapó

coberto por estrelas de esmeralda.

Thiago de Mello

A ética de conquistas das Américas estabeleceu alguns parâmetros de percepção sobre a Amazônia. Eldorado e Paraíso são dois deles. O primeiro tem relação com as riquezas locais, e a segunda com a exuberante natureza. Tais horizontes perceptivos existem desde as narrativas dos primeiros viajantes sobre o novo mundo, eles constam em relatos de aventureiros, de comerciantes e de religiosos, sendo um dos mais célebres o de Gaspar de Carvajal.

Nestes mesmos relatos as populações locais foram tratadas como representações do atraso, desprovidas de conhecimento e sem a capacidade de gerir as próprias vidas. Sob tal horizonte o colonizador impôs aos nativos a catequese, a escravidão e o extermínio. **Aguirre – a Cólera dos Deuses (1972)**, filme do diretor alemão Werner Herzog retrata tal momento. A película revela a fase da expansão do capitalismo comercial dos Séculos XV\XVI sobre as novas fronteiras, a partir da expedição do espanhol Francisco Pizarro.

No entanto, em todos os momentos sempre existiram formas de resistências. Durante a insurreição popular Cabanagem (1835-1840), quando os setores marginalizados alcançaram o poder, o religioso e jornalista Batista Campos editava boletins contra o império. A revolta que findou coma morte de mais 30 mil pessoas, aglutinou negros, índios e parte da classe média.

Quem morre calado é sapo debaixo de pé de boi

Este espirito de revolta se mantém. Entre os camponeses da região, em momentos de luta existe a seguinte máxima: **"Quem morre calado é sapo debaixo de pé de boi".** Neste contexto de contra hegemonia, durante a ditadura civil existiram algumas publicações que são referência no campo da comunicação população

Nesta a conjuntura, editado em Belém, **o jornal Resistência** se constitui como um marco da comunicação considerada alternativa no Pará, e circulou de forma regular entre os anos de 1978 e 1983. Como os pares enquadrados como alternativo ou popular, não gozava de saúde financeira, padecia de irregularidade na produção e não tinha periodicidade definida. No contexto histórico em que surgiu, foi um aglutinador das forças populares que se reorganizavam em um mosaico de possibilidades: partidos políticos, movimentos sociais, ONG's, sindicatos e segmentos da Igreja Católica inspirados nos princípios da Teologia da Libertação.

Varadouro, publicação acreana, rivaliza

com o Resistência em importância na seara do jornalismo alternativo na Amazônia. O boletim acreano foi o canal de comunicação dos seringueiros contra a jagunçada dos fazendeiros. O Vara, como o trata o seu editor da época, Elson Martins, circulou entre 1977 e 1981. Ao contrário do Resistência, o Varadouro tem tido atenção de pesquisadores dentro e fora do estado. Há algumas dissertações e teses sobre ele, e o governo do Acre investiu na digitalização das edições que podem ser acessadas no site da Biblioteca da Floresta, instituição do governo local.

No sudeste do Pará, região mais violenta quando o assunto é a luta pela terra, o **Grito da PA 150** foi publicado na fronteira de Carajás na década de 1980. Leigos e ativistas no município de Marabá e Jacundá e vizinhança colaboravam para a consecução do boletim de formato A4, em papel chamex em preto e branco, tributário de ilustrações toscas que retratavam entre outras coisas, a violência na luta pela terra. Visualmente é o que tem a diagramação mais precária.

Mais recente, na mesma região, o **coletivo Justiça nos Trilhos,** que agrupa trabalhadores do campo e da cidade na luta contra os grandes projetos na região, tem produzido uma série de conteúdos em diferentes suportes, em defesa de seus direitos. Sendo os passivos sociais e ambientais induzidos pelos empreendimentos da Vale a pauta principal. As ações ocorrem a partir de redes em diferentes escalas (locais, estaduais, regionais, nacionais e internacionais).

Uma vitória interessante do grupo que nasceu às margens da rodovia Belém-Brasília, na pequena cidade de Açailândia foi o *"Nobel" de pior empresa do mundo* por violar direitos humanos em várias partes do planeta. A chancela foi anunciada após 21 dias de acirrada disputa, no dia 26 de janeiro de 2012 no *Public Eye Awards*, conhecido como o "Nobel" da vergonha corporativa mundial. Criado em 2000, o *Public Eye* é concedido anualmente à empresa vencedora, escolhida por voto popular em função de problemas ambientais, sociais e trabalhistas, durante o Fórum Econômico Mundial, na cidade suíça de Davos.

A Vale concorreu com as empresas Barclays, Freeport, Samsung, Syngenta e Tepco. Nos últimos dias da votação, a Vale e a japonesa Tepco, responsável pelo desastre nuclear de Fukushima, se revesaram no primeiro lugar da disputa, vencida com 25.041 votos pela mineradora brasileira.

Rede de Notícia da Amazônia – RNA – No oeste paraense, em Santarém, cidade irrigada pelos caudalosos rios Amazonas e Tapajós, nasceu em 2008 uma ousada iniciativa de criação da **RNA.** A Rádio Rural de Santarém, emissora que opera em amplitude modulada(AM), é a ponta da lança.

A rádio que soma 51 anos é ligada ao setor progressista da Igreja Católica colocou no ar pela primeira vez o programa **Amazônia é Notícia** numa rede que articula 13 emissoras de seis estados da Amazônia (Pará, Acre, Amapá, Maranhão, Roraima e Rondônia).

Conforme o manifesto da RNA, a missão principal é a produção de conteúdo que favoreça os direitos e demandas das populações locais. A rede, composta em sua maioria por emissoras ligadas à Igreja Católica produz ainda o programa Caminhos da Amazônia.

No fim da década de 1970 e começo de da década de 1980, na mesma região, a partir do Sindicato dos Trabalhadores Rurais (STTR) de Santarém, circulou na região o **boletim Lamparina.** Recentemente o STTR tem reeditado o jornal. As terras de Santarém é prenhe de reconhecidos jornalistas, entre Manuel Dutra, Lúcio Flávio Pinto e Palmério Dória.

Eis um resumo de algumas iniciativas de comunicações de resistências que emergem nas Amazônia (s) profundas, distante demais de palácios, fóruns e catedrais, que apesar da sua importância estratégica na geopolítica, omitida mesmo nos espaços considerados do campo democrático.

X

X

X

- Cristian Góes - xxxxxxxxxxxx.

Oficinas

A Mídia de Esquerda Contra o Conservadorismo no Brasil
VITO
VIVE!

O que aconteceu em junho de 2013 no Brasil?

- Flavia Braga Vieira - UFRRJ
- Breno Bringel - IESP
- Rogério Almeida - NAEA/UFPA
- Josué Medeiros - NPC/IESP

CONHEÇA A EDITORA NPC

E CONTRATE NOSSOS SERVIÇOS

Núcleo Piratininga de Comunicação
nucleopiratinnga.org.br // npiratininga@piratininga.org.br
(21) 2220-5618 // 99628-5022

HÁ 20 ANOS A SERVIÇO DA CLASSE TRABALHADORA

LIVRARIA ANTONIO GRAMSCI

Especializada em

- comunicação
- trabalhadores
- história
- política
- marxismo
- cultura

Vendas pelo site

http://livrariagramsci.com.br

Telefones:

(21) 2220-4623 | 2524-8952

E-mail: livraria@piratininga.org.br
Endereço: Rua Alcindo Guanabara, 17
Térreo - Cinelândia - Rio de Janeiro

NPC - Núcleo Piratininga de Comunicação

Rua Alcindo Guanabara, 17, sala 912 (ao lado da Câmara Municipal) CEP: 20031-130 — Centro — Rio de Janeiro Fone-Fax: (21) 2220-5618 / 2220-4895 / 9628-5022 / 8859-1486